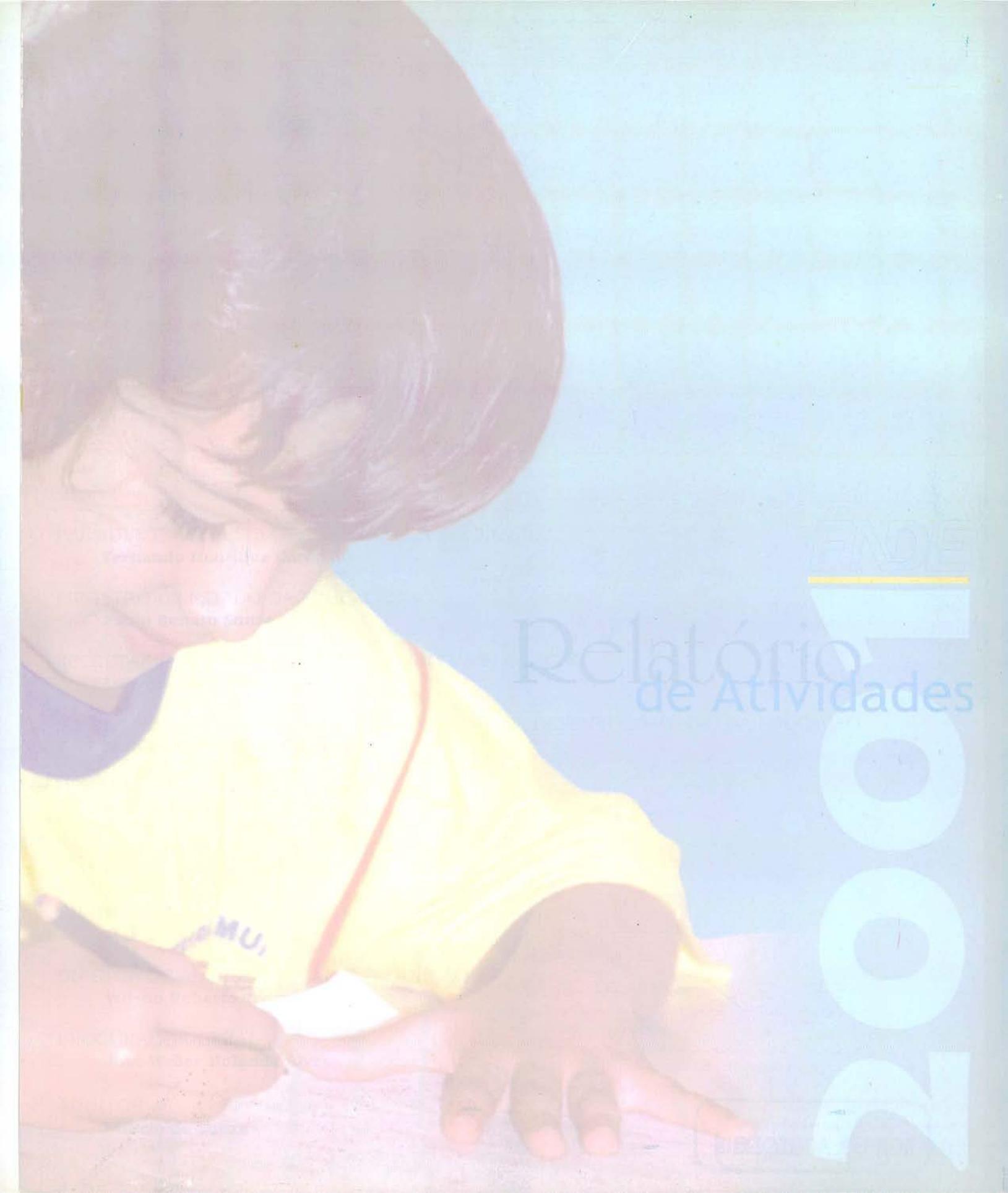


idades 2001

37.014.543(047)
F981rat
2001

Rel



Relatório de Atividades

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Fernando Henrique Cardoso

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Paulo Renato Souza

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Luciano Oliva Patrício

SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Mônica Messenberg Guimarães

DIRETOR FINANCEIRO

Vinicius de Lara

DIRETOR DE PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS

Pedro Crisóstomo Rosário

DIRETORA DE AÇÕES E ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL

Maria Elza da Silva

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PRODUÇÃO

Wilson Roberto Trezza

PROCURADOR-GERAL

José Weber Holanda Alves

AUDITOR

Márcio de Souza



APRESENTAÇÃO	09
1. INTRODUÇÃO	13
2. ASPECTOS INSTITUCIONAIS	17
2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	19
2.2. COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	20
3. ASPECTOS LEGAIS	25
3.1. PROCURADORIA-GERAL	27
3.2. AUDITORIA	31
3.3. CONSELHO DELIBERATIVO	34
4. DESEMPENHO INSTITUCIONAL	43
4.1. DIRETORIA FINANCEIRA	47
4.1.1. PLANEJAMENTO	49
SEMINÁRIOS - PRASEM	49
INFORMAÇÕES GERENCIAIS	49
4.1.2. SALÁRIO-EDUCAÇÃO	50
4.1.3. SISTEMA DE MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - SME	52
ESCOLA PRÓPRIA	52
INDENIZAÇÃO DE DEPENDENTES	53
AQUISIÇÃO DE VAGAS	53
ESQUEMA MISTO	53
VALOR DA BOLSA DO SME	53
4.1.4. PROGRAMA INTEGRADO DE INSPEÇÃO EM EMPRESAS E ESCOLAS - PROINSPE	54
4.1.5. ORÇAMENTO	56
4.1.6. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF	59
4.1.7. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	61
APLICAÇÃO FINANCEIRA DAS DISPONIBILIDADES	65
CONTAS CORRENTES	65
PUBLICIDADE DOS PAGAMENTOS	66
4.1.8. CONTABILIDADE	66
4.1.9. PRESTAÇÃO DE CONTAS	66
4.2. DIRETORIA DE PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS	71
4.2.1. TODA CRIANÇA NA ESCOLA	74
TRANSPORTE DO ESCOLAR	74
SAÚDE DO ESCOLAR	75
FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA	76
4.2.2. ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS	77
ENSINO FUNDAMENTAL	77
INFORMÁTICA NA ESCOLA	78
EQUIPAMENTOS PARA TV ESCOLA	78
CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR	79
4.2.3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	80
4.2.4. DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	82
4.2.5. ATENÇÃO À CRIANÇA	83
4.2.6. ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS	84
4.2.7. CULTURA AFRO-BRASILEIRA	85
4.2.8. PAZ NAS ESCOLAS	85
4.3. DIRETORIA DE AÇÕES E ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL	91
4.3.1. TODA CRIANÇA NA ESCOLA	93
DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	93
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- PNAE	97
4.4. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PRODUÇÃO	103
4.4.1. TODA CRIANÇA NA ESCOLA	106
LIVRO DIDÁTICO -PNLD	106
BIBLIOTECA DA ESCOLA - PNBE	110
4.4.2. APOIO ADMINISTRATIVO	112
4.4.3. RECURSOS HUMANOS	114
4.4.4. ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	115
4.4.5. INFORMÁTICA	115



Apresentação

As ações desenvolvidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - registram a efetivação dos Programas ligados ao Ensino Fundamental Público e Pré-escolar em todos os municípios brasileiros. Retratam estratégias adotadas para minimizar as desigualdades educacionais, por meio de organismos federais, estaduais, municipais e organizações não-governamentais. A política traçada alcançou grande sucesso graças à participação efetiva da sociedade no controle dos recursos e na qualidade dos produtos.

No ano de 2001, 130 mil escolas do ensino fundamental e especial foram atendidas com a Ação Dinheiro Direto na Escola; 37 milhões de alunos beneficiados durante 200 dias letivos através do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD com 110 milhões de livros didáticos distribuídos atendendo a 33 milhões de alunos de 1^a a 8^a séries; 1.200 convênios firmados entre municípios e APAEs para transporte escolar por intermédio da Ação Transporte do Escolar; 577,4 mil obras literárias distribuídas no exercício, atendendo a todos os municípios brasileiros com a Ação Biblioteca da Escola. Ademais, Toda Criança na Escola, Cultura Afro-Brasileira, Paz nas Escolas, Desenvolvimento da Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos são Programas financiados pela Autarquia, imbuídos de integrar professores, pais e alunos na solução de problemas e aprimoramento da qualidade do ensino brasileiro.

Números tão significativos demonstram o esforço empreendido na universalização do ensino básico. Verificou-se que noventa e seis por cento das crianças entre sete e catorze anos encontram-se na escola. Registrou-se, em todo o país, um aumento significativo da freqüência escolar em crianças de baixa renda.

Observaram-se, também, avanços obtidos no controle social. A comunidade tem auxiliado na fiscalização dos recursos repassados. Um exemplo disso são os Conselhos de Alimentação Escolar - CAEs, formados por pais, professores e membros da comunidade. Os conselhos são obrigatórios e atuam na fiscalização e aceitação da merenda escolar, culminando na correta aplicação dos recursos e prestação de contas ao FNDE.

Temos convicção de que o trabalho desta Autarquia, ao longo desses anos, tem contribuído para a participação efetiva do cidadão no controle do ensino, estabelecendo como objetivo maior a edificação de uma sociedade mais consciente na formação das gerações futuras.

MÔNICA MESSENBERG GUIMARÃES
Secretária-Executiva do FNDE



1

Introdução

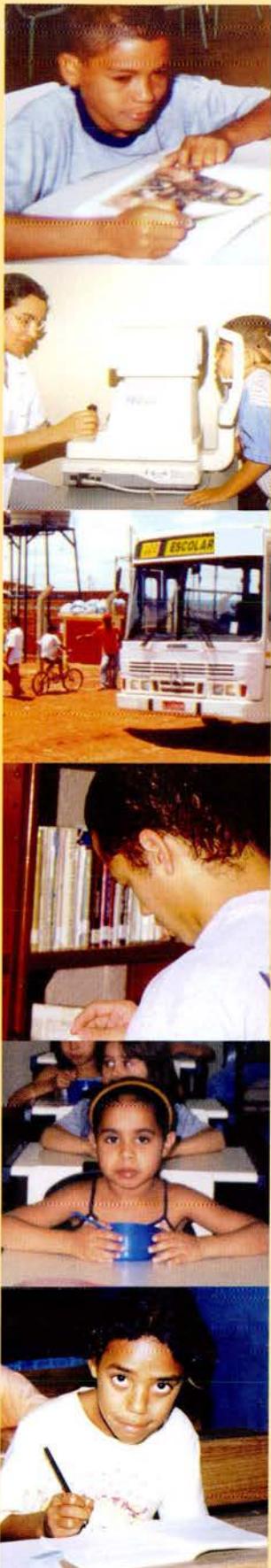
O FNDE atua junto ao Governo Federal executando ações voltadas ao ensino ministrado nas escolas públicas do País. Com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais e regionais, ampara-se na Constituição Federal, cumprindo o estabelecido no artigo 208, caput e inciso I. "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria."

A nova concepção de planejamento contempla a identificação dos problemas e uma visão estratégica, estabelecendo objetivos e metas. E, como consequência, uma maior interação entre planejamento e orçamento. O módulo que integra Plano Plurianual e Orçamento é o novo conceito de Programa que se subdivide em ações de governo. Estas ações traduzem-se em projetos e atividades, com a identificação dos produtos e valores autorizados para sua execução.

O enfoque deste Relatório centra-se nos programas gerenciados por esta Autarquia, confrontando-se os produtos previstos e alcançados em cada ação. Nem todas as ações subordinadas a determinado Programa são de responsabilidade do FNDE. Há Programas interministeriais, executados pelo Ministério da Justiça. Há outros, cuja execução está a cargo da Autarquia e do MEC. A Capacitação de Recursos Humanos para o Uso de Tecnologias tem seu orçamento junto a esta Autarquia. Os recursos são repassados à Secretaria de Educação à Distância - SEED/MEC, por meio de convênios.

Este relatório descreve as ações viabilizadas pelos recursos provenientes do Salário-Educação, como também, aqueles oriundos de outras fontes de arrecadação, transferidos pelo Tesouro Nacional.

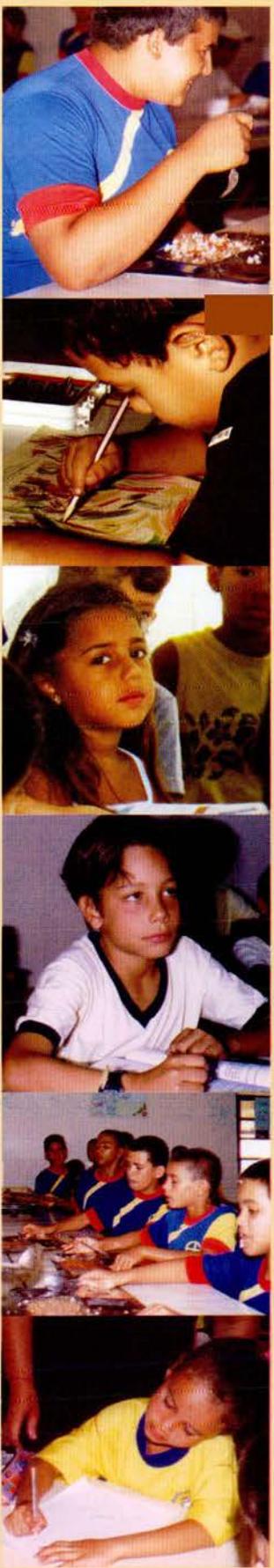
Acredita-se que com a adoção das medidas de cunho gerencial apresentadas, a Autarquia contribuiu para a efetiva universalização e elevação da qualidade do Ensino Fundamental.





2

Aspectos Institutionais



2.1 Estrutura Organizacional

O FNDE é uma Autarquia federal, criada pela Lei 5.537/68 alterada pelo Decreto-lei 872/69, vinculada ao Ministério da Educação - MEC.

Missão - captar recursos financeiros e destiná-los ao financiamento do ensino e, sobretudo, prestar assistência financeira a projetos e programas voltados ao ensino fundamental público brasileiro.

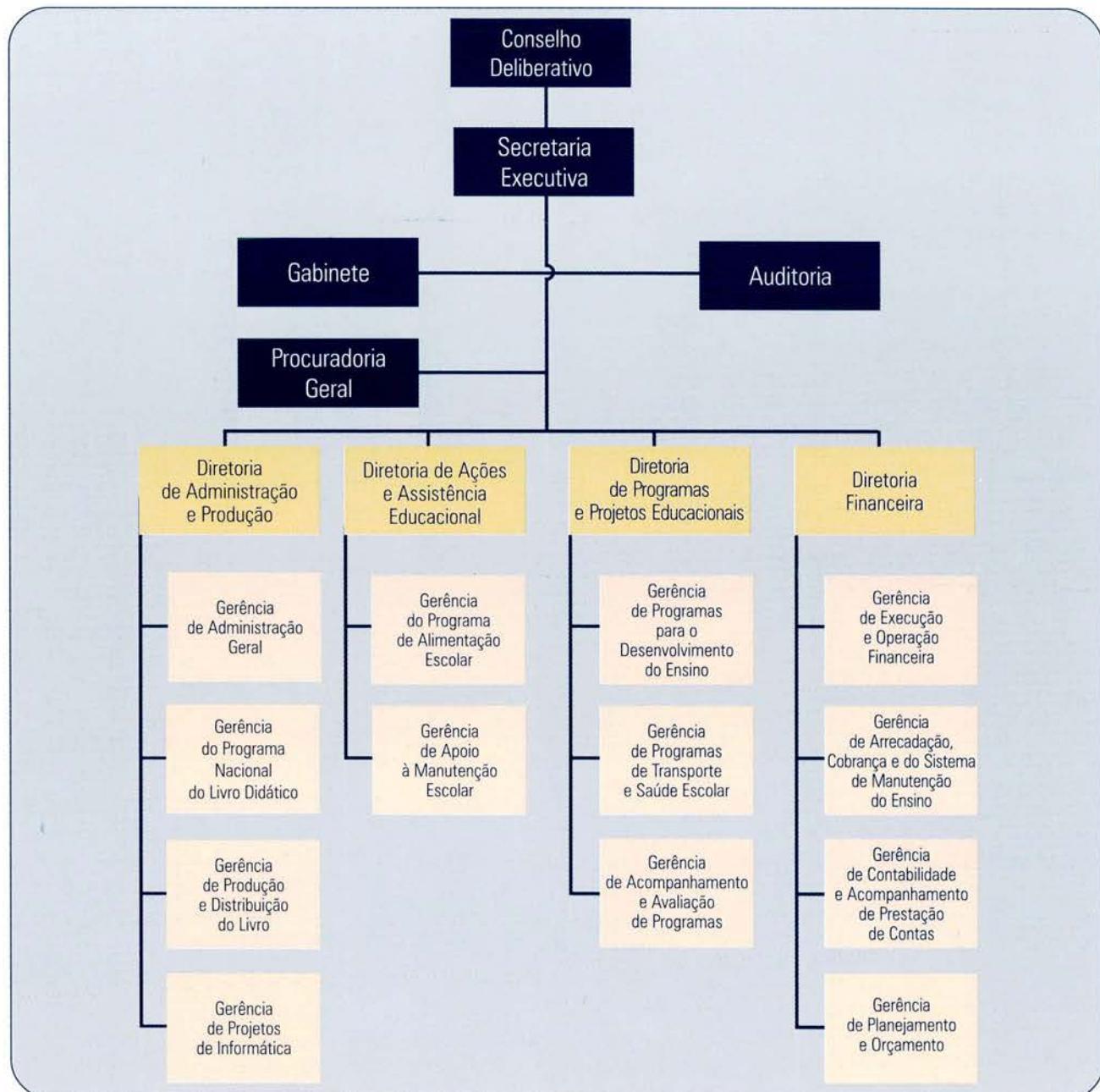
Fontes de recursos - Contribuição Social do Salário Educação e outros repasses do Tesouro Nacional.

Regimento - Decreto 3.034/99, inclusive com as atividades da extinta Fundação de Assistência ao Estudante - FAE

O Conselho Deliberativo, presidido pelo Ministro da Educação, é o órgão superior responsável pelas atividades do FNDE, cabendo à sua Secretaria-Executiva assessorar o Conselho e executar as ações decorrentes das decisões do Colegiado.

A Figura 1, a seguir, expõe a estrutura organizacional do FNDE.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO FNDE



2.2 COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

A Assessoria de Comunicação Social do FNDE - Ascom passou por um processo de reformulação, tornando-se mais atuante junto aos parceiros e o público interno. Atividades de Imprensa, Marketing e Publicidade divulgaram e fortaleceram a imagem da Autarquia junto à opinião pública.

Principais ações internas:

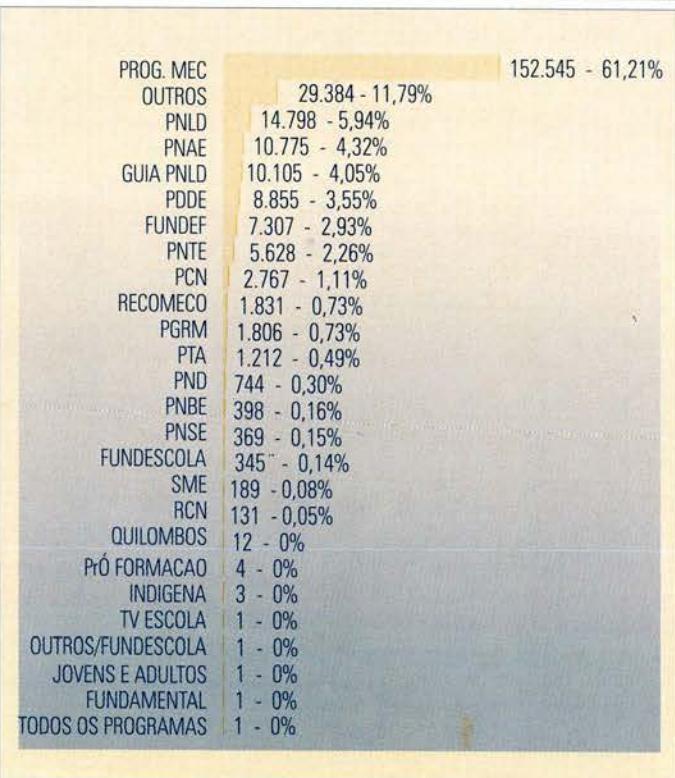
- Palestras para técnicos e dirigentes.
- Assessoramento a entrevistas e eventos promovidos pelo FNDE.
- Divulgação interna das ações.

Principais ações externas:

- Respostas a pedidos de informações, denúncias e reclamações do público em geral.
- Reformulação do Site, visualização gráfica e editorial, conteúdos, serviços, interação com o público e repaginação.
- Projeto em desenvolvimento - concurso "Sob foco da Educação" nas categorias "livro didático, biblioteca, merenda e dinheiro direto na escola, saúde e transporte do escolar" com previsão para o início dos trabalhos no 1º trimestre de 2002 quando serão veiculadas inserções publicitárias em jornais, rádios e TV, além de confecção de folders para todos os municípios.
- Projeto de sinalização das dependências físicas.

Foram atendidas cerca de cinqüenta mil chamadas mensais, totalizando 629.547 anuais. O Programa Nacional do Livro Didático - PNLD foi o campeão de ligações, com 5,94%, seguido do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, com 4,32%. O crescimento das chamadas relação ao ano anterior foi de 538% (Gráfico 1).

GRÁFICO 1
ATENDIMENTO À CHAMADAS TELEFÔNICAS - 01.01.2001 A 27.12.2001



2.2.1 CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

A Central de Atendimento ao Cidadão é um serviço exclusivo de atendimento dirigido aos usuários do FNDE (prefeitos, alunos, professores, diretores de escolas, funcionários e comunidade em geral), em âmbito nacional. A Central, além de orientar e esclarecer esses usuários sobre os serviços e benefícios da Autarquia, dispõe do serviço de ouvidoria para receber, processar, registrar queixas, denúncias, críticas e sugestões. Elabora, ainda, relatórios com o intuito de criar subsídios que possibilitem mudanças de metodologias, na medida em que o processo de avaliação avança.

Principais ações da Central de Atendimento:

- Produção de manuais, cartilhas, folhetos, releases, vídeos e outros para uso dos operadores do 0800.
- Unificação das chamadas entre o FNDE e MEC por meio do 0800.

As visitas ao Site chegaram a quatro mil mensais. A sessão "Fale Conosco" atendeu 5.723 consultas (Tabela 1).

A reformulação do Site agregou novos conteúdos como: enquetes, curiosidades, notícias em tempo real, tira-dúvidas, agenda e serviço de busca.

Com a inclusão de enquetes, a Ascom passou a elaborar uma estimativa, por amostragem, sobre a opinião do público em relação aos programas. O ícone "Você Sabia?" apresenta curiosidades, geralmente baseadas em números, mostrando ao internauta a dimensão e o alcance desses programas na área educacional.

Um tira-dúvidas completo, realizado a partir de um levantamento das indagações mais comuns feitas ao "Fale Conosco" e ao 0800, contribuiu para o aperfeiçoamento do serviço "perguntas e respostas" sobre cada programa. O balanço foi feito a cada mês.

As notícias em tempo real passaram a ser destacadas na home page da Autarquia. Lá se encontram todas as informações sobre o que acontece no dia a dia do FNDE. Também, foi disponibilizada uma agenda de eventos com os parceiros. Além dessas inovações, a linguagem foi aperfeiçoada.

2.2.4 SEGMENTO: PUBLICIDADE E MARKETING

As ações de publicidade e marketing têm como público-alvo os secretários de educação, prefeitos, conselhos de alimentação escolar, diretores, professores e alunos da rede pública, além do corpo funcional do FNDE. Fazem-se presentes também, em eventos como feiras, exposições, congressos e similares, nos quais se difundiu a marca FNDE, disseminando os programas da Autarquia e estreitando o relacionamento com o público.

2.2.3 SEGMENTO: IMPRENSA

Principais ações da Assessoria de Imprensa em relação à mídia:

- Resposta tempestivas a jornalistas setoriais.
- Esclarecimentos em relação à denúncias, notícias, repercussões negativas ou interpretações equivocadas.
- Produção de materiais para divulgação no jornal do MEC, Rede MEC, rádio MEC e outros jornais e revistas com temática na área de educação.
- Assessoramento nas entrevistas, gravações ou coberturas fotográficas nas dependências do FNDE.

A melhoria na distribuição de tarefas, para a coleta de dados e elaboração das informações, tornou mais eficiente o processo de comunicação entre as gerências e a alta administração.

Foram produzidos capas para livros didáticos em braille, cartilhas, versões em inglês e espanhol para todos os folders, Guia do Livro Didático, kits de folders em português, inglês e espanhol, letterings, manuais de orientações, pastas institucionais, folders sobre o Salário-Educação, folders institucionais, livretos, banners dos programas do FNDE e três novos vídeos, um institucional e outro sobre a Merenda Escolar.

O Book do FNDE foi atualizado para ser distribuído no início de 2002. Na publicação, estão todos os detalhes de cada programa, assim como a história do FNDE. Repleto de fotos, gráficos e ilustrações, o Book tem como público-alvo ministros de Estado, governadores, parlamentares e formadores de opinião.

Finalmente, a Assessoria de Imprensa se envolveu na campanha de racionamento de energia e na comemoração dos 33 anos do FNDE, que contou com a participação do Ministro da Educação.

TABELA I
MENSAGENS ELETRÔNICAS RECEBIDAS - FALE CONOSCO

2001	PDDE	PNAE	PNBE	PNLD	PNSE	PNTE	Projetos Educacionais	Recomeço	Salário-Educação	Assuntos do MEC	Diversos
Janeiro	30	65	10	34			46		146	30	25
Fevereiro	28	69	14	53		13	23		59	71	28
Março	49	120	44	82	11	33	29		37	90	65
Abril	49	90	27	152	10	24	38	6	25	85	44
Maio	49	52	16	157	4	31	37	5	27	50	33
Junho	28	21	12	124	3	19	36	2	21	18	15
Julho	42	60	26	233	10	23	104	8	26	32	66
Agosto	64	32	43	57	4	55	27	3	40	45	45
Setembro	52	45	28	62	1	45	17	1	47	39	38
Outubro	119	50	65	75	6	25	20	3	59	45	39
Novembro	40	11	35	39	3	36	5	5	32	13	19
Dezembro	18	36	49	67	5	28	2	4	79	12	14
TOTAL	568	657	369	1735	61	353	384	37	598	530	431

TOTAL GERAL : 5.723 mensagens recebidas e respondidas on-line



3

Aspectos Legais



3.I PROCURADORIA GERAL

À Procuradoria Geral - Proge, órgão vinculado à Advocacia-Geral da União, compete:

- representar o FNDE em juízo ou fora dele;
- assistir à Secretaria-Executiva do FNDE e a seus Diretores, em assuntos de sua competência, exercendo atividades de consultoria e assessoramento;
- exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao FNDE, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11, da Lei Complementar no 73, de 10/02/1993;
- apurar a certeza e liquidez dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades do FNDE, inscrevendo-os em Dívida Ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

A Procuradoria Geral compõe-se de três unidades organizacionais: Divisão de Consultoria Administrativa - Dicad, Divisão do Contencioso - Dicon, e Serviço de Cálculos Administrativos e Judiciais - Secaj (Divisão da Dívida Ativa).

Destaca-se, no ano de 2001, a vitória judicial obtida pela Proge/FNDE no Supremo Tribunal Federal - STF. Após longa batalha junto aos Ministros do STF, em 17.10.2001, em sessão plenária, aquele Tribunal Superior, ao julgar o Recurso Extraordinário nº 290/079-6, por 10 votos a 1, considerou recepcionado pela Constituição Federal de 1988, o Decreto-Lei nº 1442/75 e Decretos regulamentares, sendo, portanto, a referida exação exigível desde o seu nascido ou até o advento da Lei nº 9.424/96, lei esta declarada constitucional em 02.12.1999, mediante Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 3.

Essas conquistas pacificaram a jurisprudência em todos os Tribunais Federais que, já ao final de 2001, começaram a proferir decisões totalmente favoráveis ao FNDE no que se refere ao Salário-Educação, gerando à sua Procuradoria elogios públicos pelo desempenho e eficiência de seus membros. Esse foi o reconhecimento público da Advocacia-Geral da União - AGU e de todos os Procuradores Federais, transmitido através de ofícios enviados pela Coordenadoria dos Órgãos Vinculados à AGU e pela Associação Nacional dos Procuradores Federais - Anpaf.

Outro acontecimento em 2001 foi a passagem da representação judicial do FNDE nos estados federados, com exceção do Distrito Federal, ao Instituto Nacional de Previdência Social - INSS, por meio da Portaria Conjunta nº 36, da AGU, do Ministério da Educação e do Ministério da Previdência e Assistência Social, de 28.11.2000, publicada no Diário Oficial da União de 29.11.2000, para vigorar a partir de 01.01.2001.

Tal providência visava provocar a redução do serviço na Procuradoria Geral do FNDE, especialmente na Divisão

do Contencioso, em virtude do reduzido número de Procuradores lotados naquela Divisão, responsáveis, até 31.12.2000, por acompanham 40.490 ações judiciais em todo o Brasil.

Todavia, a passagem do acompanhamento das ações judiciais do FNDE ao INSS demandou um trabalho de ajuste na Proge/FNDE, sendo o ano de 2001 considerado um período de transição, que, até o seu final, ainda não havia sido concluído.

3.I.I CONSULTORIA ADMINISTRATIVA

No exercício de 2001, na Divisão de Consultoria Administrativa - Dicad entraram 1.024 documentos e saíram 1.038, foram emitidos 68 pareceres, 677 informações e 91 despachos, englobando os seguintes assuntos (Tabelas 2 e 3):

- manifestação jurídica em todas as fases do procedimento administrativo fiscal do Salário-Educação (defesa ao Secretário-Executivo, recurso ao Conselho Deliberativo e inscrição em Dívida Ativa), além de análise e parecer sobre questionamentos efetuados pela Gerência de Arrecadação e Cobrança - Gearn, da Diretoria Financeira;
- exame, prévio e conclusivo, de minutas de editais de licitação, contratos, convênios, acordos, ajustes e de instrumentos congêneres e suas eventuais rescisões, bem como hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, encaminhados pelas diretorias do FNDE;
- elaboração e/ou análise de Termos de Minutas Padrão de editais de licitação, contratos, convênios e resoluções;
- análise e edição de atos normativos e interpretativos do FNDE, quanto aos aspectos legais e formais de sua elaboração;
- pronunciamentos em processos administrativos sobre matéria de pessoal;
- pronunciamentos em processos administrativos disciplinares; e
- outras manifestações técnico-jurídicas.

Em 2001, a Divisão de Consultoria Administrativa manteve o significativo resultado de anos anteriores na condução dos trâmites relativos aos procedimentos de inscrição em Dívida Ativa do Salário-Educação. O trabalho de saneamento e aceleração da análise dos processos e emissão de pareceres jurídicos, iniciado no exercício anterior, continuou no exercício de 2001. A Divisão tem conseguido melhorar o desempenho em relação ao ano anterior, reduzindo o tempo de permanência de processos e, respondendo, de forma eficaz, à demanda de expedientes em tramitação, mantendo o nível de produção satisfatório, junto aos setores solicitantes.

TABELA 2
DOCUMENTOS CADASTRADOS QUE TRAMITARAM NA DICAD

	ENTRADA	TOTAL	
		SAÍDA	
DESPACHO		5	5
MEMORANDO		51	50
PROCESSO		950	966
OFÍCIO		4	6
REQUERIMENTO		2	2
PROCESSO JUDICIAL		8	5
INFORMAÇÃO		4	4
TOTAL DO ANO		1.024	1.038

TABELA 3
DOCUMENTOS ANALISADOS NA DICAD

SERVIDORES	TIPO DE DOCUMENTO				TOTAL DO ANO
	DESPACHOS	INFORMAÇÕES	PARECERES	INICIAIS DE EXECUÇÃO FISCAL	
PROCURADORES	91	677	68	344	1.180
ESTAGIÁRIOS	25	205	04	344	578

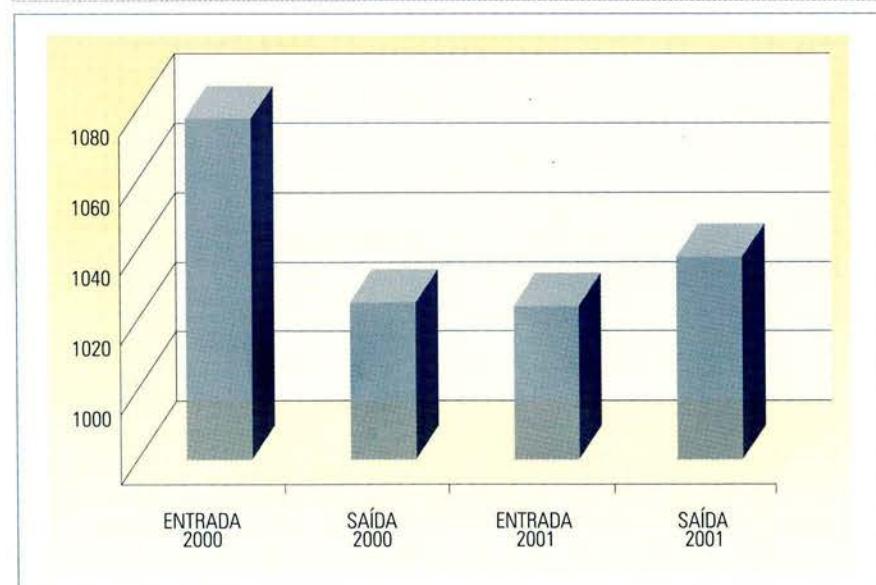
Média de documentos que entraram na Dicad por mês de janeiro a dezembro.

$1.024/12 = 85,33 \rightarrow$ total de 85 documentos por mês

Média de documentos que saíram da Dicad por mês de janeiro a dezembro.

$1.038/12 = 86,5 \rightarrow$ total de 86 documentos por mês

GRÁFICO 2
COMPARATIVO DE DOCUMENTOS CADASTRADOS QUE TRAMITARAM 2000 E 2001



3.1.2 O CONTENCIOSO

A Divisão do Contencioso - Dicon, tem como principal demanda as ações nas quais são questionadas a exigibilidade do Salário-Educação.

Um dos maiores problemas enfrentados pela Dicon, até o ano de 2000, foi a carência de reforço humano que apresentava-se urgente e insuperável, em virtude do número insuficiente de Procuradores Federais.

Tal situação foi resolvida, em parte, com a passagem parcial da representação judicial do FNDE nos estados ao INSS.

Essa medida melhorou, tecnicamente, o serviço da Divisão, especialmente, em termos de confecção de peças judiciais, viagens de Procuradores para providências jurídicas necessárias e urgentes por todos os Tribunais Nacionais, além de proporcionar ao FNDE uma economia significativa dos gastos com passagens e diárias.

Por outro lado, demandou um trabalho de adequação dos procedimentos a serem adotados pela Dicon, diante da nova situação quanto à representação judicial do FNDE, definindo rotinas, visando a adoção da melhor maneira das Procuradorias das duas Autarquias Federais procederem durante o período de transição dos processos judiciais.

As principais atividades desenvolvidas, no exercício de 2001, pela DICON foram:

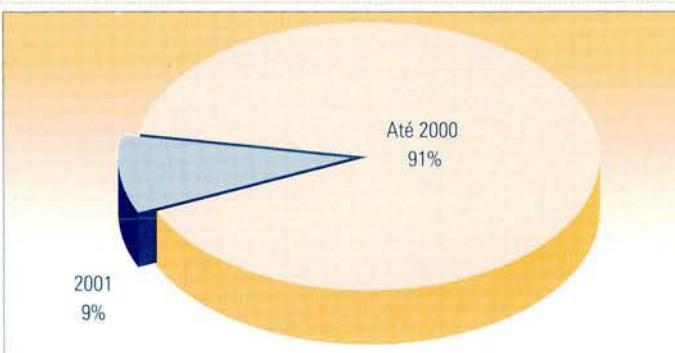
- ingresso, em juízo, de 415 novas ações de execuções fiscais, sendo 24 específicas de acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU, que podem ser visualizados na Tabela 6;
- saneamento e incremento no acompanhamento das ações de execução de acórdãos do Tribunal de Contas da União (execução fiscal);
- análise e saneamento de, aproximadamente, 5.042 pastas que passaram a ser processos administrativos, inclusive com depuração nos sistemas de Controle dos Processos Jurídicos - Scpj e Tramita (sistema de protocolo adotado pela Autarquia);
- gestões junto ao INSS para recebimento dos depósitos judiciais das ações do FNDE e criação de conta específica, a partir de julho/2001, alcançando o montante de R\$ 14.340.976,62, ilustrados pela Tabela 7, a seguir.

- implantação de uma Central de Atendimento ao INSS, com pessoal de plantão, para responder às indagações solicitadas pelas Procuradorias Previdenciárias, disponibilizando subsídios, peças processuais, processos administrativos e judiciais, informações financeiras e sobre convênios celebrados com o FNDE, entre outras;
- elaboração de 16.240 peças judiciais referentes às citações, notificações e intimações recebidas pelo FNDE de todo o país, bem como cassação de liminares em todos os estados, perfazendo um total de 2.320 por procurador;
- leitura de Diários da Justiça de todo o país, alimentando o sistema SCPJ com 48.180 intimações, repassando parte ao INSS, para atuação no estado respectivo;
- acompanhamento de, aproximadamente, 8.000 processos no Distrito Federal (Tabela 8).
- elaboração de memoriais, atuação forense, sustentação oral nos Tribunais do Distrito Federal nas ações mais relevantes para o FNDE, conseguindo resultados positivos em todas as intervenções;
- análise, saneamento e liquidação de precatórios pendentes de outros exercícios.

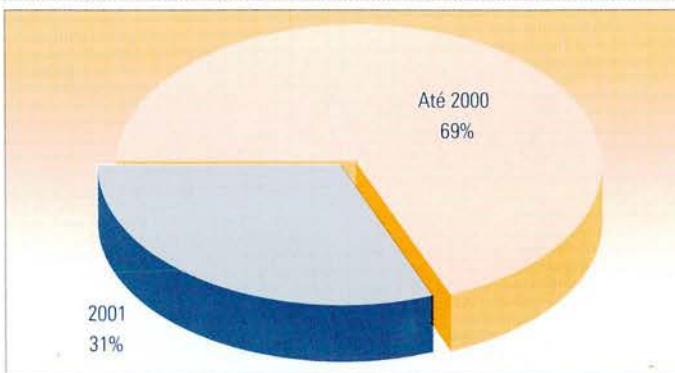
TABELA 4
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DO FNDE

Comparativo de Ações	Até 2000	2001	Total em 31/12/01
ACAO ANULATORIA	1	4	5
ACAO CAUTELAR	434	139	573
ACAO CIVIL PUBLICA	26	9	35
ACAO DE ALIMENTOS	1	0	1
ACAO DE ANULACAO DE DEBITO	1	0	1
ACAO DE CONSIGNACAO	3	2	5
ACAO DE EXECUCAO	196	4	200
ACAO DE PRESTACAO DE CONTAS	1	5	6
ACAO DE REPARACAO DE DANOS	1	5	6
ACAO DE RESSARCIMENTO	26	11	37
ACAO DE RESTITUICAO	1	0	1
ACAO DECLARATORIA	1606	147	1753
ACAO ORDINARIA	14805	1044	15849
ACAO PENAL	5	4	9
ACAO POPULAR	3	0	3
ACAO RESCISORIA	50	7	57
DEPOSITO PREPARATORIO	12	1	13
EMBARGOS A EXECUCAO	7	18	25
EXCECAO DE INCOMPETENCIA	0	0	0
EXECUCAO DE SENTENCA	4	5	9
EXECUCAO DIVERSA POR TITULO	76	18	94
EXECUCAO FISCAL	1523	415	1938
INQUERITO POLICIAL	1	0	1
INTERDITO PROIBITORIO	1	0	1
INTERPELACAO	1	0	1
INVENTARIO	1	1	2
JUSTIFICACAO JUDICIAL	2	0	2
MANDADO DE SEGURANCA	5262	655	5917
MEDIDA CAUTELAR	119	11	130
NOTIFICACAO	2	0	2
OPOSICAO	1	0	1
PRECATORIO	2	9	11
PROTESTO	14	0	14
RECLAMACAO TRABALHISTA	314	9	323
SEQUESTRO	1	1	2
SUMARIA	3	0	3
Subtotal	24506	2524	27030
Recursos	15984	7243	23227
TOTAL	40490	9767	50257

COMPARATIVO DO NUMERO DE PROCESSOS



COMPARATIVO DO NÚMERO DE RECURSOS



COMPARATIVO DO NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS/RECURSOS

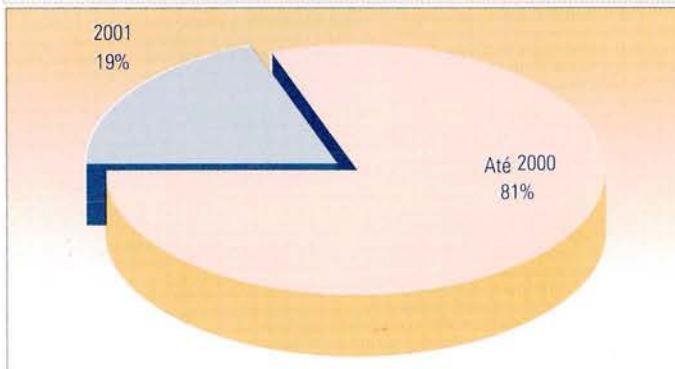


TABELA 5
DISTRIBUIÇÃO DE INTIMAÇÕES AOS PROCURADORES E NO SCPJ/2001

ANO	QUANTIDADE DE INTIMAÇÕES	NÚMERO DE PROCURADORES	INTIMAÇÃO POR PROCURADOR
2000	75429	12	6.285,75
2001	48182	7	6.883,14

TABELA 6
EXECUÇÕES FISCAIS E ACÓRDÃOS TCU

Execuções Fiscais	Acórdão TCU		
	Até 2000	2000	2001
Até 2000	1116	Até 2000	181
2000	473	2000	5
2001	415	2001	24
Total	2004	Total	210

TABELA 7
DEPÓSITOS JUDICIAIS (JULHO A DEZEMBRO)

CÓDIGO	NOME	VALOR (em R\$)
007-4	Execuções Fiscais Salário-Educação	1.196.399,64
021-X	Execuções Diversas/ Proge	142.531,61
022-8	Execuções/Fiscais/SAED/Tributária/ Proge	2.941.186,53
029-5	Conversão em Renda SAED/ Proge	10.060.858,84
	TOTAL	14.340.976,62

TABELA 8
QUANTIDADE DE PROCESSOS NO DISTRITO FEDERAL

PROCESSOS NO DF	2063
RECURSOS STF	657
RECURSOS STJ	332
RECURSOS TRF 1ª REGIÃO	4653
RECURSOS TRT / DF	194
RECURSOS TST	79

3.1.3 CÁLCULOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

O Serviço de Cálculos Administrativos e Judiciais - Secaj, em 2001, continuou a ser, informalmente, a Divisão da Dívida Ativa da Procuradoria Geral, setor responsável pela apuração da certeza e liquidez dos créditos tributários e não tributários do FNDE, desenvolvendo as seguintes atividades:

Análise de processos administrativos para cobrança do Salário-Educação, com vistas a:

- inscrição em Dívida Ativa;
- elaboração de ofícios de cobrança, comunicando que o não pagamento sujeitará a inclusão do nome do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais - Cadin;
- cópias autenticadas dos processos administrativos de débito, confecção das respectivas Certidões de Dívida Ativa - CDA, atualização dos cálculos, através de demonstrativos de débito e encaminhamento dos processos copiados e autenticados, juntamente com as petições iniciais das execuções fiscais, às Procuradorias do INSS em todo o país;
- concessão de parcelamentos de débitos, com expedição mensal das guias de recolhimento e acompanhamento das quitações das parcelas, conforme tabela 9.

TABELA 9

INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA	EMISSÃO DE OFÍCIOS - CADIN	CÓPIAS AUTNET.INSS	PARCELAMENTO
407	2469	407	69

- Análise dos processos referentes aos postos de vendas da extinta FAE, para fins de cobrança amigável ou judicial dos consignatários responsáveis.
- Montagem e análise dos processos de acórdãos do TCU, resultados de julgamento de Tomada de Contas Especiais de convênios celebrados com o FNDE, para fins de cobrança e inscrição em Dívida Ativa.
- Análise de processos de escolas particulares que celebram contrato com o FNDE, para aquisição de vagas no Sistema de Manutenção de Ensino - SME, para fins de cobrança e inscrição em Dívida Ativa.
- Análise de processos referentes a reclamações trabalhistas, visando a conferência e impugnação de cálculos judiciais.
- Análise de processos de precatórios judiciais, visando a conferência e atualização dos cálculos (tabela 10).

TABELA 10

	INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA	EMISSÃO DE OFÍCIOS CADIN	COBRANÇAS EFETIVADAS	ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS
POSTO DE VENDAS		96	48	
ACÓRDÃO TCU	59	80		
ESCOLAS	30	30		
RECLAMAÇÃO TRAB.				11
PRECATÓRIO				13

- Atendimento às solicitações internas da Dicon, para fins de:
 - 100 atualizações de débito;
 - 150 atualizações de CDA;
 - 200 confirmações de créditos em conta do FNDE.

Essa unidade, no exercício de 2001, conseguiu um crescimento significativo do número de inscrições e arrecadação da Dívida Ativa do FNDE, em função da implantação de sistemas informatizados, ampliação do espaço físico, aumento e modernização dos equipamentos, assim como na qualificação e treinamento dos servidores, prestadores de serviços e estagiários ali lotados, conforme tabela 11 e 12.

TABELA II
COMPARATIVO DAS INSCRIÇÕES

ANO	QUANTIDADE	MONTANTE (em R\$)
1999	268	43.669.218,42
2000	460	64.083.861,13
2001	476	86.007.730,38

TABELA 12
EVOLUÇÃO DAS INSCRIÇÕES

	QUANTIDADE	MONTANTE (em R\$)
Jan/01	54	3.816.667,18
Fev/01	32	3.805.442,93
Mar/01	47	11.161.765,33
Abr/01	39	9.121.150,82
Mai/01	43	22.518.962,10
Jun/01	50	13.270.866,93
Jul/01	46	2.481.899,08
Ago/01	52	6.144.509,12
Set/01	13	1.919.583,39
Out/01	48	5.221.951,23
Nov/01	32	2.928.447,53
Dez/01	20	3.616.484,74
Total	476	86.007.730,38

A agilidade na tramitação de processos administrativos de débito, iniciada no exercício de 2000, aumentou, proporcionando melhor localização dos endereços dos devedores e de seus bens passíveis de penhora. Um dos grandes responsáveis por isso foi o convênio celebrado entre o FNDE e a Secretaria da Receita Federal, o que permitiu a utilização, pela Proge/FNDE, dos dados disponíveis no sistema informatizado daquela Secretaria, além da utilização dos sistemas: Sistema de Inscrição na Dívida Ativa - SIDA, Aviso de Recebimento - AR, Controle de Termos e Contratos da Dívida Ativa - Contec e Serviços de Cálculos Administrativos e Judiciais - Cpsecaj.

Ainda, a inclusão periódica dos devedores inadimplentes com o FNDE no Cadin aumentou, consideravelmente, os pedidos de parcelamento de débitos, gerando maior arrecadação do FNDE (Tabela 13).

TABELA 13
QUADRO DE LEVANTAMENTO DO CADIN

	INCLUSÃO	SUSPENSÃO
2000	219	3
2001	408	35

3.2 AUDITORIA

As atividades exercidas pela Auditoria compreendem: acompanhar o cumprimento das normas; assessorar as diversas áreas, no âmbito da Autarquia; fiscalizar a execução das ações governamentais e Programas de Governo gerenciados pelo FNDE, bem como auxiliar os trabalhos dos órgãos de controle interno e externo.

As atividades da Auditoria são desenvolvidas conforme descrição a seguir:

3.2.1 ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO

A Coordenação de Acompanhamento e Orientação - Coori, tem a finalidade de orientar, coordenar, supervisionar e acompanhar as atividades desempenhadas pela Auditoria. No exercício de 2001, as seguintes tarefas foram efetuadas:

- elaboração do Plano Anual de Atividades da Auditoria PAAA/2001 e acompanhamento de sua execução;
- orientação, coordenação e supervisão da execução das atividades das demais áreas da Auditoria;
- padronização dos procedimentos administrativos;
- consolidação dos resultados dos trabalhos executados pelas áreas da Auditoria e posterior encaminhamento aos interessados;
- elaboração do Relatório de Atividades do exercício de 2000;
- comunicação aos interessados quanto às providências adotadas nas denúncias registradas na Auditoria (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
COMUNICAÇÃO AOS DENUNCIANTES - QUATITATIVO

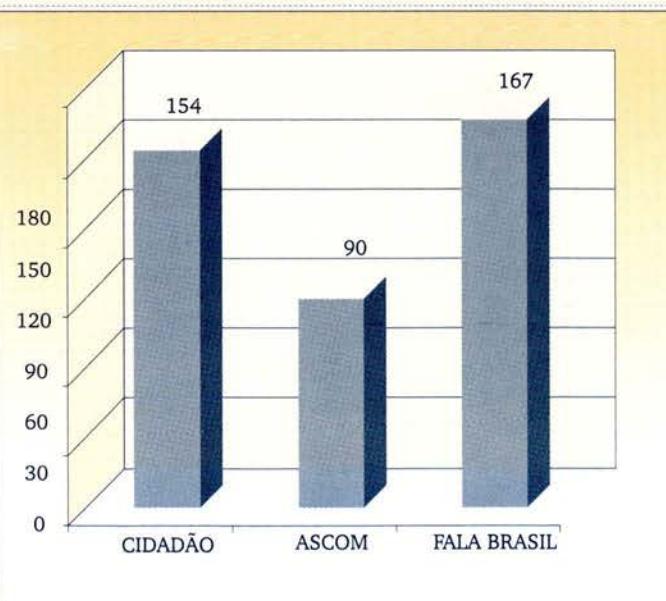
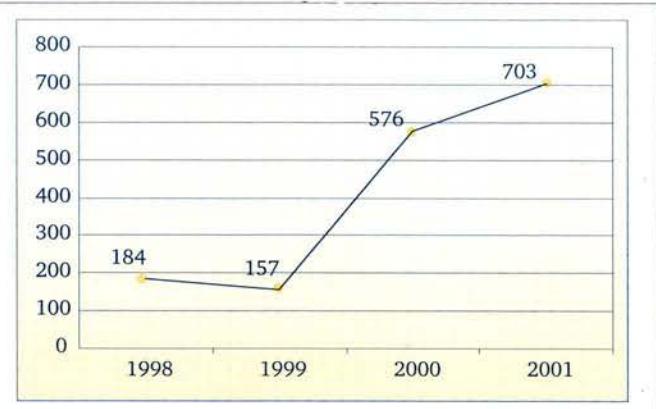


GRÁFICO 4
CONVÉNIOS/REPASSES FISCALIZADOS NO PERÍODO DE 1996 A 2001



O Gráfico 4 demonstra a evolução da execução do PAAA, no período de 1998 a 2001, objetivando destacar a relevância para a Auditoria da implantação da Coori, a partir do ano de 1999.

3.2.2 AUDITORIA DE PROGRAMAS

A Divisão de Auditoria de Programas - Divap, no exercício de 2001, atuou na fiscalização de ações de governo gerenciados pelo FNDE, promoveu o atendimento das denúncias recebidas, subsidiou a elaboração do Plano Anual de Atividades da Auditoria, como também analisou as justificativas apresentadas pelos auditados e pelas entidades diligenciadas, resultando em acatamento ou não de suas defesas.

O PAAA/2001 priorizou fiscalizações em entidades selecionadas pelas diretorias, nas secretarias estaduais de educação e prefeituras de capitais que receberam volume relevante de recursos, em entidades solicitadas pelos órgãos de controle interno e externo e, ainda, naquelas que tiveram denúncias consideradas de natureza grave.

O gráfico 5 demonstra as demandas fiscalizadas em 2001 e a Tabela 14 os quantitativos por programa/projeto.

GRÁFICO 5
FISCALIZAÇÃO



TABELA 14
FISCALIZAÇÕES REALIZADAS

UF	Nº. DE MUNICÍPIOS INSPECIONADOS	Nº. DE ENTIDADES FISCALIZADAS	TOTAL DE CONVÉNIOS/ REPASSES FISCALIZADOS	FISCALIZAÇÕES REALIZADAS			TOTAL DE RECURSOS FISCALIZADOS (em R\$)
				PAAA 2001	EXTRA PAAA		
AC	5	7	28	26	2	6.081.146,49	
AL	8	8	22	20	2	6.906.051,47	
AM	5	6	20	19	1	18.722.979,84	
AP	4	5	21	14	7	5.384.143,93	
BA	22	24	79	48	31	82.802.544,71	
CE	7	8	24	16	8	28.130.633,94	
DF	1	10	15	15	0	63.157.754,77	
ES	6	6	24	22	2	3.421.110,43	
GO	7	8	19	19	0	1.566.946,19	
MA	20	23	75	55	20	15.256.366,21	
MG	14	18	49	37	12	13.351.088,23	
MS	4	5	25	25	0	4.278.738,70	
MT	7	8	28	21	7	4.389.061,75	
PA	7	9	21	18	3	4.428.460,65	
PB	8	9	27	24	3	10.527.729,87	
PE	7	8	26	24	2	25.904.331,12	
PI	7	8	19	11	8	9.435.882,20	
PR	9	10	29	27	2	13.967.802,80	
RJ	7	9	33	32	1	74.841.986,83	
RN	11	11	30	16	14	12.205.280,55	
RO	2	4	9	8	1	399.914,80	
RR	1	2	7	7	0	4.093.815,55	
RS	7	7	18	15	3	23.567.387,41	
SC	5	5	11	6	5	1.111.264,94	
SE	2	2	8	6	2	8.696.005,48	
SP	5	10	23	18	5	217.899.898,92	
TO	4	6	13	11	2	5.914.657,45	
TOTAL	192	236	703	560	143	666.442.985,23	

Em 2001, a Central de Atendimento "Fala, Brasil", vinculada à Ascom/FNDE, recebeu por meio de cartas, e-mails e fax, 1.495 denúncias. As providências adotadas pela Divap compreenderam: análises, diligências, encaminhamento ao Ministério Público, apuração mediante fiscalização e inclusão na demanda do PAAA/2002.

Os gráficos 6 e 7 demonstram o quantitativo e a situação das denúncias recebidas em 2001, bem como o perfil dos denunciantes.

GRÁFICO 6
SITUAÇÃO DAS DENÚNCIAS RECEBIDAS

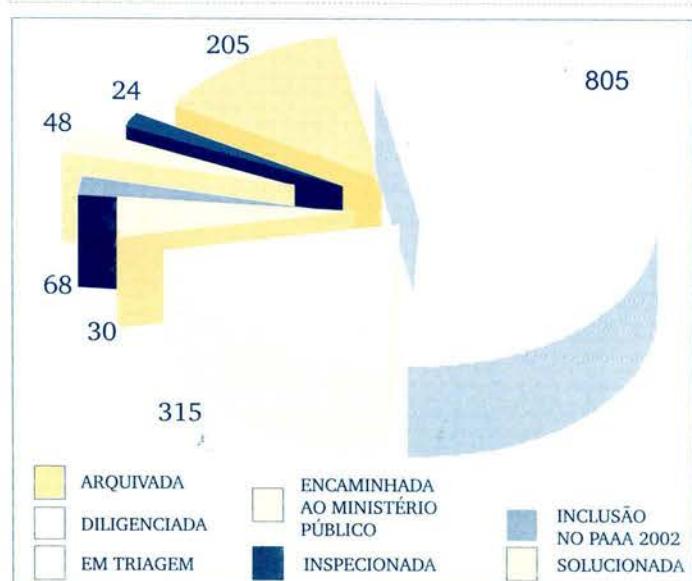
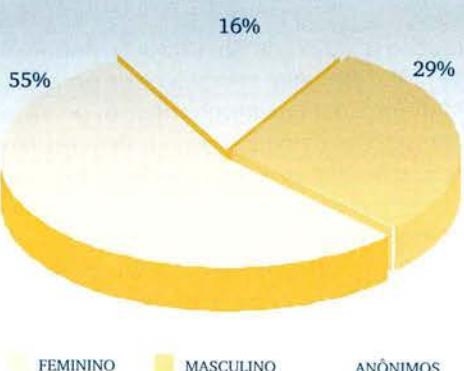
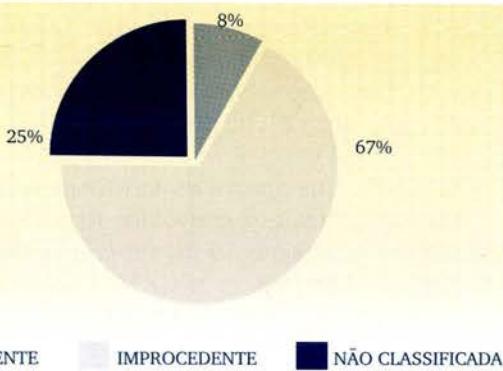


GRÁFICO 7
PERFIL DOS DENUNCIANTES



O gráfico 8 demonstra o montante de denúncias fiscalizadas, o percentual procedente, improcedente e as "não classificadas", por ausência de documentação para análise.

GRÁFICO 8
CLASSIFICAÇÃO DAS DENÚNCIAS FISCALIZADAS



3.2.3 CONTROLE INTERNO

Objetivando contribuir para o aperfeiçoamento dos controles administrativos desta Autarquia, bem como prevenir a ocorrência e/ou reincidência de impropriedades na gestão das diversas unidades administrativas do FNDE, em 2001 foram promovidas auditorias nas seguintes áreas:

- 1) Unidade: Diretoria de Ações de Assistência Educacional
Área: Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
- 2) Unidade: Diretoria de Programas e Projetos Educacionais
Área: Educação Pré-Escolar; Ensino Fundamental; Correção do Fluxo Escolar e Educação de Jovens e Adultos.
- 3) Unidade: Diretoria de Administração e Produção
Área: Patrimônio

A Autarquia recebeu 817 diligências dos órgãos de controle, do Ministério Pùblico, do Poder Judiciário e outros, que no cumprimento de suas respectivas missões, buscaram esclarecimentos ou determinaram adoção de medidas.

A tabela 15, a seguir, demonstra a distribuição das diligências.

TABELA 15
DISTRIBUIÇÃO DAS DILIGÊNCIAS

ENTIDADES	DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADE ADMINISTRATIVA						
	PROGE	AUDIT	DIRAD	DIRAE	DIRPE	DIROF	ÓRGÃOS EXTERNOS
CORREGEDORIA GERAL DA UNIÃO	0	5	1	0	0	1	0
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	1	7	1	29	0	67	0
PÓDER JUDICIÁRIO	1	8	0	11	0	18	0
ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO	0	0	0	0	0	1	0
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	0	2	1	2	0	3	0
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	0	11	0	13	0	21	1
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	0	53	5	37	0	89	1
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	0	33	3	13	3	203	1
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO	0	29	2	11	16	109	2
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	0	0	0	0	0	1	0
TRIBUNAL DE CONTAS DOS ESTADOS	0	0	0	1	0	0	0
TOTAL	2	148	13	117	19	513	5

FONTE:FNDE/Auditoria

No exercício de 2001, a Secretaria Federal de Controle Interno submeteu à Autarquia duas auditorias. A primeira, para avaliação da gestão, ocorrida em março; a segunda, para acompanhamento de gestão, ocorrida em dezembro.

Em relação às contas do FNDE do exercício de 2001 foi emitido parecer, sugerindo sua aprovação pelo Conselho Deliberativo da Autarquia.

3.2.4 APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

As Unidades da Auditoria são apoiadas pela Divisão de Apoio Técnico-Administrativo - Diata, mediante o suprimento de recursos e informações necessárias para o desenvolvimento de suas atividades.

Compete à Diata expedir documentos procedentes dos trabalhos realizados pelas áreas da Auditoria, bem como controlar as diligências decorrentes desses trabalhos quanto ao cumprimento do prazo fixado e instrução dos autos para análise do mérito das alegações e contra alegações encaminhadas pelas entidades diligenciadas.

3.3 CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo - CD/FNDE, no exercício de 2001, em 4 reuniões ordinárias e 2 reuniões extraordinárias, cumpriu sua finalidade institucional, aprovando e conduzindo a captação e a canalização de recursos financeiros para o financiamento de projetos e programas educacionais.

Em suas reuniões aprovaram-se: uma resolução referente a programas executados em 2000 e cinquenta e quatro resoluções relativas ao ano de 2001 que versaram sobre o aprimoramento contínuo das ações de governo, principalmente aquelas que envolvam execução por convênios, de maneira a propiciar a devida adequação destes às normas legais vigentes, propiciando sua execução por variadas entidades governamentais e não-governamentais.

Neste cenário, os principais pontos das resoluções, deliberações e atos do colegiado foram: estabelecimento de orientações e diretrizes para assistência financeira e suplementar do FNDE, aprovação de normas para financiamento de projetos educacionais no âmbito do Fundescola II, adequação das normas para a assistência financeira a programas e projetos educacionais de 2001 e a apreciação e o julgamento dos recursos administrativos alusivos a arrecadação do Salário-Educação.

Complementando as decisões, pode-se ressaltar também outras resoluções relativas à deliberação sobre a execução do Programa Nacional do Livro Didático, ao estabelecimento de critérios para elaboração de convênios e a aprovação de convênios relativos à execução do Programa Nacional de Transporte do Escolar, Programa Nacional de Saúde do Escolar e do Programa de Trabalho Anual.

Integraram também o conjunto de medidas, o estabelecimento de critérios e formas de transferência de recursos financeiros para as unidades executoras à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola, a ampliação do número de acervos de livros de literatura e a distribuição de Atlas Geográfico referentes ao Programa Nacional de Biblioteca na Escola.

Outros temas fizeram parte da pauta de deliberação, tais como: o procedimento para parcelamento de débitos com o FNDE, oriundos de contratos administrativos, a apresentação do Plano Anual de Atividades de Auditoria para 2001, a aprovação da prestação de contas, do Relatório Anual de Atividades 2000 do FNDE e dos contratos firmados com estabelecimentos particulares para prestação de serviços ao FNDE, envolvendo o ano de 2000.

Completando o quadro de assuntos relevantes abordados, destacaram-se: a aprovação dos procedimentos administrativos, referentes aos prazos e às formas, necessárias à prestação de contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar e a aprovação para execução de campanhas nacionais a serem veiculadas.

3.3.1 21^ª REUNIÃO - REALIZADA EM 20.02.2001

ATOS PUBLICADOS NO DOU A SEREM REFERENDADOS:

- Resolução nº. 027, de 15.12.2000, publicada no DOU de 18.12.2000, que estabelece os prazos e as formas de elaboração e encaminhamento, pelos municípios, das prestações de contas anuais dos recursos relativos à execução de programas de garantia de renda mínima, associados a ações socioeducativas, nos exercícios de 1999 e 2000.
- Resolução nº. 001, de 06.02.2001, publicada no DOU de 07.02.2001, com o objetivo de sistematizar, consolidar, otimizar e disciplinar os procedimentos administrativos, no âmbito do FNDE, relativos à Prestação de Contas dos recursos financeiros repassados à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE.

ATOS SUBMETIDOS À DELIBERAÇÃO DO CD/FNDE:

- Resolução que prorroga os prazos de execução e prestação de contas dos recursos repassados no ano 2000 para os municípios participantes do Programa Garantia de Renda Mínima-PGRM.(Resolução nº 02, de 21.02.2001, publicada no DOU de 22.02.2001).
- Nova Resolução sobre a execução do PNLD.(Resolução nº 03, de 21.02.2001, publicada no DOU 28.02.2001).
- Resolução que aprova os apostilamentos de recursos orçamentários aos convênios firmados pelo FNDE, referente à execução do Programa de Garantia de Renda Mínima - PGRM, no exercício de 2000.(Resolução nº04, de 21.02.2001, publicada no DOU de 22.02.2001);
- Resolução que aprova os contratos firmados com estabelecimentos particulares de ensino prestadores de serviços ao FNDE, no exercício de 2000.(Resolução nº 05, de 21.02.2001, publicada no DOU de 22.02.2001).
- Resolução que aprova os convênios referentes à execução das Ações Transporte do Escolar e Saúde do Escolar, financiados com recursos do Salário-Educação e outras fontes, firmados pelo FNDE (firmados e publicados a partir de 14.10.00).(Resolução nº 06, de 21.02.2001, publicada no DOU de 22.02.2001).
- Resolução que aprova os convênios referentes à execução do Programa de Trabalho Anual-PTA, financiados com recursos do Salário-Educação e outras fontes, firmados pelo FNDE. (firmados e publicados de 14.10.00 a 08.01.2001).(Resolução nº 07, de 21.02.2001, publicada no DOU de 22.02.2001).
- Processo 23034.001008/2001-91 - (SESI - Serviço Social da Indústria) - Recurso Administrativo. Pedido pela Remuneração do Programa de Trabalho "Aquisição de Vagas" sem prévio credenciamento.

Tentativa extemporânea de credenciamento. Inexistência de contrato e de previsão para a despesa. Conhecimento e Improvimento do Recurso.

- Processo 23034.004510/98-79 - (Valisere Indústria e Comércio Ltda.) - Recurso Administrativo. Pedido pela suspensão da cobrança referente ao Salário-Educação ante ingresso de ação de execução fiscal pelo INSS. Inexistência de norma legal impeditiva dessa cobrança. Inexistência de violação ao princípio da legalidade, constitucionalidade e exigibilidade da exação - Improvimento do Recurso.
- Relatório Plano Anual de Atividades da Auditoria - PAAA-2000.
- Apresentação do Plano Anual de Atividades da Auditoria - PAAA referente ao ano 2001.

3.3.2 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14.03.2001

ATOS SUBMETIDOS À DELIBERAÇÃO DO CD/FNDE:

- Apresentação e aprovação da Prestação de Contas, incluindo o Balanço relativo ao ano 2000.
- Apresentação e aprovação do Relatório Anual de Atividades do FNDE relativo ao ano de 2000.

3.3.3. 2II^ª REUNIÃO - REALIZADA EM 12.06.2001

ATOS PUBLICADOS NO DOU A SEREM REFERENDADOS:

- Resolução nº 08 de 02.03.2001, publicada no DOU de 17.04.2001, que estabelece as normas e diretrizes para financiamento de projetos educacionais no âmbito do Projeto Fundescola II para o ano de 2001.
- Resolução nº 09, de 20.03.2001, publicada no DOU de 22.03.2001, que dispõe sobre critérios e as formas de transferência e de prestação de contas dos recursos destinados à execução do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, e dá outras providências.
- Resolução nº 10, de 20.03.2001, publicada no DOU de 23.03.2001, que estabelece os critérios e as formas de transferência de recursos financeiros aos governos dos estados e dos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.
- Resolução nº 11, de 20.04.2001, publicada no DOU de 04.05.2001, que estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar a projetos educacionais, no âmbito da Educação Pré-Escolar, para o ano de 2001.
- Resolução nº 12, de 26.04.2001, publicada no DOU de 07.05.2001 que estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar a projetos educacionais no âmbito da Educação de Jovens e Adultos para o ano de 2001.
- Resolução nº 13, de 26.04.2001, publicada no DOU de 04.05.2001, que estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar a projetos educacionais no âmbito do Ensino Fundamental referente ao ano de 2001.

• Resolução nº 14, de 16.05.2001, publicada no DOU de 05.06.2001, que estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar aos programas Paz nas Escola, Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas e Cultura Afro-Brasileira, e a Ação Correção do Fluxo Escolar e Aceleração da Aprendizagem, para o ano de 2001.

• Resolução nº 15, de 07.06.2001, publicada no DOU de 12.06.2001, que dispõe sobre os critérios e as formas de transferência e de prestação de contas dos recursos da Ação Dinheiro Direto na Escola - PDDE, destinados ao atendimento das escolas de Educação Especial, e dá outras providências.

ATOS SUBMETIDOS À DELIBERAÇÃO DO CD/FNDE:

- Processo nº 23034.001082/97-60, referente ao Contrato nº 2080/96 que entre si, celebram o FNDE e Poliedro - Informática, Consultoria e Serviços Ltda., que tem como objeto alocar recursos orçamentários para cobertura das despesas com a execução do Contrato nº 2080/96, no exercício de 2001, conforme disposto no Art. 30 do Decreto nº 93.872, de 23.12.1986
- Processo nº 23034.005304/98-12 - (PSA Indústria de Papel S/A) - Recurso Administrativo - Débito apurado em fiscalização Proinspe. Constitucionalidade do Salário-Educação - compensação sendo efetuada por autolançamento sem autorização legal - acréscimos legais aplicados em consonância com legislação que rege a matéria. Recursos conhecidos e não providos.
- Processo nº 23034.000928/95-28 - (Olivetti do Brasil S/A) - Recurso Administrativo. Salário-Educação. Pedido pela insubsistência do débito. Decadência parcial. Inexistência. Incidência sobre falsa remuneração de autônomo. Vício forma de lançamento. Inocorrências. Competência do INSS para descartar falsa relação autônoma. Legítima. Incidência sobre verbas remuneratórias "in natura", inexistência de prova em contrário. Conhecimento e improvimento do recurso.
- Processo nº 23034.000850/96-13 - (Instituto Educacional José da Silva Ltda.) - Recurso Administrativo. Débito apurado em fiscalização Proinspe. Intempestividade. Não conhecimento do Recurso.
- Processo nº 23096.00924/96-58 - (Escola de Primeiro Grau Cosmorama Ltda-Me) - Recurso Administrativo. Pedido pelo afastamento da cobrança total do débito. Questionamento de juros e mora. Ausência de fundamentação. Improvimento do Recurso.
- Processo nº 23034.003979/98-18 - (Leson da Amazônia Componentes Eletrônicos Ltda) - Recurso Administrativo. Pedido pela inconstitucionalidade da Contribuição Social do Salário-Educação. Recepção do Decreto Lei nº 1.422/75. Ausência de violação ao princípio da legalidade. Natureza jurídica do Salário-

Educação. Constitucionalidade do Art. 15, § 1º, incisos I e II e parágrafo 3º da Lei nº 9.424/96. Constitucionalidade e exigibilidade da exação. Improvimento do Recurso.

- Processo nº 23034.005331/98-95 - (Habitasul Informática e Tecnologia Ltda) - Recurso Administrativo. Pedido pela inconstitucionalidade da Contribuição Social do Salário-Educação. Recepção do Decreto Lei nº 1422/75. Ausência de violação ao princípio da legalidade. Natureza Jurídica do Salário-Educação. Constitucionalidade do Art. 15, § 1º, Incisos I e II, e Parágrafo 3º da Lei nº 9.424/96. Constitucionalidade e exigibilidade da exação. Improvimento do Recurso.
- Processo nº 23034.005332/98-58 - (Habitasul Trading S/A Comércio Exterior) - Recurso Administrativo. Pedido pela inconstitucionalidade da Contribuição Social do Salário-Educação. Recepção do Decreto Lei nº 1422/75. Ausência de violação ao princípio da legalidade. Natureza Jurídica do Salário-Educação. Constitucionalidade do Art. 15, o § 1º, Incisos I e II, e § 3º da Lei nº 9.424/96. Constitucionalidade e exigibilidade da exação. Improvimento do Recurso.
- Processo nº 23034.005330/98-22 - (Habitasul Turismo) - Recurso Administrativo. Pedido pela inconstitucionalidade da Contribuição Social do Salário-Educação. Recepção do Decreto Lei nº 1422/75. Ausência de violação ao princípio da legalidade. Natureza Jurídica do Salário-Educação. Constitucionalidade do Art. 15, § 1º, Incisos I e II, e § 3º da Lei nº 9.424/96. Constitucionalidade e exigibilidade da exação. Improvimento do Recurso.
- Processo 23034.005329/98-43 - (Empresa Riograndense de Desenvolvimento Urbano) - Recurso Administrativo. Pedido pela inconstitucionalidade da Contribuição Social do Salário-Educação. Recepção do Decreto Lei nº 1422/75. Ausência de violação ao princípio da legalidade. Natureza Jurídica do Salário-Educação. Constitucionalidade do Art. 15, § 1º, Incisos I e II, e § 3º da Lei nº 9.424/96. Constitucionalidade e exigibilidade da exação. Improvimento do Recurso.
- Processo nº 23034.005321/98-31 - (Hotel Laje de Pedra S/A) - Recurso Administrativo. Pedido pela inconstitucionalidade da Contribuição Social do Salário-Educação. Recepção do Decreto-Lei nº 1422/75. Ausência de violação ao princípio da legalidade. Natureza Jurídica do Salário-Educação. Constitucionalidade do Art. 15, § 1º, Incisos I e II, e § 3º da Lei nº 9.424/96. Constitucionalidade e exigibilidade da exação. Improvimento do recurso.
- Processo nº 23034.000163/97-08 - (Husky S/A) - Recurso Administrativo. Débito apurado em fiscalização PROINSPE - constitucionalidade do Salário-Educação - Recursos conhecidos e não provados.
- Processo nº 23034.004578/98-11 - (Cooperativa

Agrícola e de Produção Maranguape Ltda) - Recurso Administrativo. Débito apurado em fiscalização PROINSPE. Impossibilidade de isenção dos acréscimos legais previstos em lei. Recurso conhecido e não provido.

- Resolução que aprova o programa, a ação de ensino, o nível/modalidade referente ao processo que especifica, referente ao exercício de 2001, nos moldes previstos no manual de orientações para Assistência Financeira a Projetos Educacionais de Jovens e Adultos de 2001. (Resolução nº 16, de 12.06.2001, publicada no DOU de 13.06.2001).

3.3.4 212ª REUNIÃO - REALIZADA EM 13.11.2001

ATOS PUBLICADOS NO DOU A SEREM REFERENDADOS:

- Resolução nº 17, de 20.06.2001, publicada no DOU de 21.06.2001, que aprova a execução da Campanha Nacional de Reabilitação Visual "Olho no Olho", no âmbito do Programa Nacional de Saúde do Escolar, referente ao exercício de 2001.
- Resolução nº 18, de 20.06.2001, publicada no DOU de 22.06.2001, que aprova o programa, a ação de ensino e o nível/modalidade referente ao processo que especifica, referente ao exercício de 2001, nos moldes previstos no Manual de Orientações para Assistência Financeira a Projetos Educacionais do Ensino Fundamental - processo nº 23400.001003/2001-42.
- Resolução nº 19, de 20.06.2001, publicada no DOU de 22.06.2001, que aprova o programa, a ação de ensino e o nível/modalidade referente ao processo que especifica, referente ao exercício de 2001, nos moldes previstos no Manual de Orientações para Assistência Financeira a Projetos Educacionais do Ensino Fundamental - processo nº 23400.001005/2001-31.
- Resolução nº 20, de 20.06.2001, publicada no DOU de 22.06.2001, que aprova o programa, a ação de ensino e o nível/modalidade referente ao processo que especifica, referente ao exercício de 2001, nos moldes previstos no Manual de Orientações para Assistência Financeira a Projetos Educacionais do Ensino Fundamental - processo nº 23400.005628/2001-83.
- Resolução nº 21, de 20.06.2001, publicada no DOU de 22.06.2001, que aprova o programa, a ação de ensino e o nível/modalidade referente ao processo que especifica, referente ao exercício de 2001, nos moldes previstos no Manual de Orientações para Assistência Financeira a Projetos Educacionais do Ensino Fundamental - processo nº 23400.005620/2001-17.
- Resolução nº 22, de 20.06.2001, publicada no DOU

de 22.06.2001, que aprova o programa, a ação de ensino e o nível/modalidade referente ao processo que especifica, referente ao exercício de 2001, nos moldes previstos no Manual de Orientações para Assistência Financeira a Projetos Educacionais/1999 - processo nº 23400.005676/2001-71.

- Resolução nº 23, de 20.06.2001, publicada no DOU de 22.06.2001, que aprova o programa, a ação de ensino e o nível/modalidade referente ao processo que especifica, referente ao exercício de 2001, nos moldes previstos no Manual de Orientações para Assistência Financeira a Projetos Educacionais de Jovens e Adultos - processo nº 23400.001001/2001-53.
- Resolução nº 24, de 20.06.2001, publicada no DOU de 04/07/2001, que estabelece as orientações e diretrizes para assistência suplementar a projetos educacionais, no âmbito da Educação Especial, referente ao ano de 2001.
- Resolução nº 25 (cancelada);
- Resolução nº 26, de 28.06.2001, publicada no DOU de 03.07.2001, que aprova o programa, a ação de ensino e o nível/modalidade referente ao processo que especifica, referente ao exercício de 2001, utilizando os anexos de 1 a 5 e adendo "c" no Manual de Orientações para Assistência Financeira a Projetos Educacionais do Ensino Fundamental - processo nº23400.000971/2001-31.
- Resolução nº 27, de 28.06.2001, publicada no DOU de 04.07.2001, que estabelece critérios para apresentação dos documentos de habilitação necessários à celebração de convênios, alterar prazo para encaminhamento de projetos e alterar formulários de prestação de contas, no exercício de 2001-(publicada retificação no DOU de 13.08.2001, Seção I- pag. 67, por ter saído com incorreção - onde se lê: Parágrafo único do art. 15; leia-se: Parágrafo único do art. 16 e desconsiderar o item VI do art. 7º.
- Resolução nº 28, de 28.06.2001, publicada no DOU de 04.07.2001, que estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar a projetos educacionais no âmbito do Programa Nacional de Transporte do Escolar - PNTE, para o ano de 2001.
- Resolução nº 29, de 06.07.2001, publicada do DOU de 10.07.2001 que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros adicionais à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, para os municípios da região da seca, e dá outras providências.
- Resolução nº 30, de 10.07.2001, publicada no DOU de 12.07.2001, que altera os municípios, pólos e conjuntos de municípios participantes, relacionados nos anexos "b" das Resoluções nº 11 e 12 e no anexo "c" da Resolução nº 13, do Conselho Deliberativo do FNDE referentes ao exercício de 2001.
- Resolução nº 31, de 11.07.2001, publicada no DOU

de 12.07.2001, que aprova o programa , a ação de ensino e o nível/modalidade referente ao processo que especifica, para o exercício de 2001, nos moldes previstos no manual de Orientações para Assistência Financeira a Projetos Educacionais referente a Educação de Jovens e Adultos - Processo nº 23400.000685/-2001-76.

- Resolução nº 32, de 30.07.2001, publicada no DOU de 08.08.2001, que aprova o programa, a ação de ensino e o nível/modalidade referente ao processo que especifica, para o exercício de 2001, nos moldes previstos no Manual de Orientações para Assistência Financeira a Projetos Educacionais do Ensino Fundamental processo nº 23400.000613/2001-29;
- Resolução nº 33, de 30/07/2001, publicada no DOU de 08/08/2001, que aprova o programa , a ação de ensino e o nível/modalidade referente ao processo que especifica, referente ao exercício de 2001, nos moldes previstos no manual de Orientações para Assistência Financeira e Projetos Educacionais do Ensino Fundamental - Processo nº 23400.000724/2001-35;
- Resolução nº 34, de 30/07/2001, publicada no DOU de 08/08/2001, que aprova o programa, a ação de ensino e o nível/modalidade referente ao processo que especifica, referente ao exercício de 2001, nos moldes previstos no Manual de Orientações para Assistência Financeira a Projeto Educacionais de Jovens e Adultos - Processo nº23400.000689/2001-54;
- Resolução nº 35 de 30/07/2001, publicada no DOU de 08/08/2001, que aprova o programa, a ação de ensino e o nível/modalidade referente ao processo que especifica, referente ao exercício de 2001, nos moldes previstos no Manual de Orientação para Assistência Financeira a Projetos Educacionais do Ensino Fundamental - Processo nº 23400.000718/2001-88;
- Resolução nº36 de 02/08/2001, publicada no DOU de 08/08/2001, que aprova o programa, a ação de ensino e o nível/modalidade referente ao processo que especifica, referente ao exercício de 2001, nos moldes previstos no Manual de Orientação para Assistência Financeira a Projetos Educacionais do Ensino Fundamental - Processo nº23400.000652/2001-26;
- Resolução nº37 de 07/08/2001, publicada no DOU de 13/08/2001, que dispõe sobre critérios e procedimentos para a concessão de Bolsa Parcial de Estudo de Idioma Estrangeiro a servidores em atividade no FNDE;
- Resolução nº 38 de 15/08/2001, publicada no DOU de 16/08/2001, que aprova o programa, a ação de ensino e o nível/modalidade referente ao processo que especifica referente ao exercício de 2001, nos moldes previstos no Manual de Orientações para

Assistência Financeira a Projetos Educacionais do Ensino Fundamental - Processo nº 23400.000072/2001-39;

- Resolução nº 39, de 24/09/2001, publicada no DOU de 25/09/2001, que aprova a assistência financeira suplementar a projetos educacionais, no âmbito do Ensino Fundamental, referente ao exercício de 2001, à Secretaria de Educação à Distância - SEED/MEC para produção de 14 vídeos educativos, com propósito de documentar o projeto Oficina: Livro de Receitas da Merenda Escolar;
- Resolução nº 40, de 24/09/2001, publicada no DOU de 25/09/2001, que prorroga o prazo para recebimento de documentos de habilitação e projeto específico para assistência financeira suplementar a projetos educacionais, no âmbito da Educação Especial, referente ao exercício de 2001;
- Resolução nº 41, de 28/09/2001, publicada no DOU de 05/10/2001, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito do Ensino Fundamental, referente ao exercício de 2001, à Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA/MEC, para aquisição de equipamentos visando a ampliação do atendimento pelo MEC às escolas públicas, via Internet - (publicada retificação no DOU 5.10.2001, por ter saído com incorreção no nome da Subsecretaria de Assuntos Administrativos-SAA/MEC.
- Resolução nº 42, 16/10/2001, publicada no DOU de 18/10/2001, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito do Ensino Fundamental, referente ao exercício de 2001- ao Viva Rio - RJ e à Fundação Instituto de Extensão e Pesquisas Educacionais - Fiepe/SC para promover o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação - Prasem III, nos estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul;
- Resolução nº 43, de 16/10/2001, publicada no DOU de 18/10/2001, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito do Ensino Fundamental, referente ao exercício de 2001, para a contratação do Serviço de Postagem do material didático-pedagógico da Secretaria de Educação à Distância - SEED/MEC às escolas públicas de todo país;
- Resolução nº 44, de 23/10/2001, publicada no DOU de 25/10/2001, que inclui um § único no art. 5º da Resolução/CD/FNDE nº 10, de 20.03.2001, que estabelece critérios e as formas de transferência de recursos financeiros aos governos dos estados e dos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.
- Resolução nº 45, de 07/11/2001, publicada no DOU de 09/11/2001, que altera dispositivos da Resolução CD/FNDE/nº 10, de 20.03.2001.

ATOS SUBMETIDOS À DELIBERAÇÃO DO CD/FNDE:

- Resolução nº 46, 13.11.2001, publicada no DOU de 16.11.2001, resolução que aprova os convênios referentes à execução do Programa de Trabalho Anual-PTA, financiados com recursos do Salário-Educação e outras fontes, firmados pelo FNDE (firmados e publicados de janeiro/2001 e 31 de outubro de 2001).
- Processo nº 23034.002367/2000-84, referente ao Contrato nº 286/2001 que, entre si, celebram o FNDE e Poliedro - Informática, Consultoria e Serviços Ltda., que tem como objeto a prestação de serviços de suporte operacional e apoio Administrativo nas diversas atividades e funções discriminadas no ítem III do anexo I ao Edital de Concorrência nº 002/2000, considerados essenciais referente ao suporte técnico-Administrativo, necessários ao funcionamento dos diferentes segmentos organizacionais do Contratante, para ratificação.

3.3.5 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21.11.2001

ATO SUBMETIDO À DELIBERAÇÃO DO CD/FNDE:

- Resolução nº 49, de 21.11.2001, publicada no DOU de 12.12.2001, que altera o Regimento Interno do Conselho Deliberativo do FNDE.

3.3.6 213ª REUNIÃO - REALIZADA EM 12.12.2001

ATOS PUBLICADOS NO DOU A SEREM REFERENDADOS:

- Resolução nº 47, de 19/11/2001, publicada no DOU de 12/12/2001, que aprova a assistência financeira, no âmbito da Educação Especial, ao Instituto Nacional De Educação De Surdos - Ines, para promover o Encontro e Simpósio entre profissionais, familiares e pessoas com surdos e cegueira visando a troca de experiências, o aperfeiçoamento profissional, a divulgação do trabalho e a ampliação do atendimento ao cidadão surdo cego.
- Resolução nº 48, de 20.11.2001, publicada no DOU de 12.12.2001, que aprova a assistência financeira no âmbito da Educação Fundamental, a Fundação Victor Civita - SP para promover o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação - Prasem III, nos Estados de Minas Gerais e São Paulo.
- Resolução nº 50, de 23.11.2001, publicada no DOU de 12.12.2001, que aprova a assistência financeira, no âmbito do Programa Nacional de Saúde do Escolar PNSE, ao Conselho Brasileiro de Oftalmologia para desenvolver o Projeto Nacional de Baixa Visão.
- Resolução nº 51, de 23.11.2001, publicada no DOU de 12.12.2001, que aprova a assistência financeira, no âmbito da Educação Especial, ao Instituto de Educação de Surdos - Ines, para realização de estudos, pesquisas e reprodução de material visando à melhoria do atendimento prestado aos aprendizes surdos.

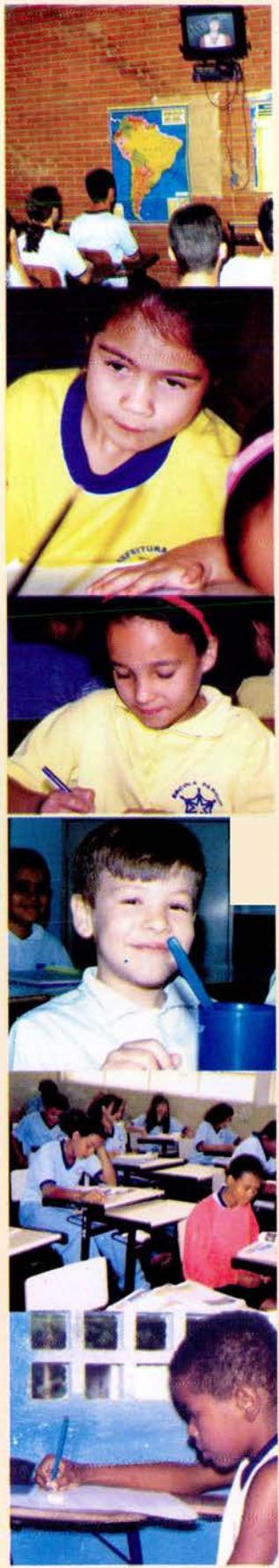
- Resolução nº 52, de 28.11.2001, publicada no DOU de 12.12.2001, que aprova a assistência financeira, no âmbito da Educação Especial, à Fundação Dorna Nowil para Cegos, para aquisição de equipamentos que visam ao aumento da capacidade de produção e da qualidade dos livros em braile.
- Resolução nº 53, de 03.12.2001, publicada no DOU de 12.12.2001, que aprova a assistência financeira, no âmbito da Educação Especial, à União Brasileira de Cegos, para capacitação de professores, aquisição de material pedagógico e aquisição de equipamentos, objetivando a implantação de Centros de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual - CAP.
- Resolução nº 54, de 10.12.2001, publicada no DOU de 12.12.2001, que aprova a assistência financeira, no âmbito da Educação Especial, à APAE de Santo André - SP, visando adaptar, recuperar e equipar a escola especializada localizada à Rua Joana Hannes, 166 - Santo André-SP.

ATOS SUBMETIDOS À DELIBERAÇÃO DO CD/FNDE:

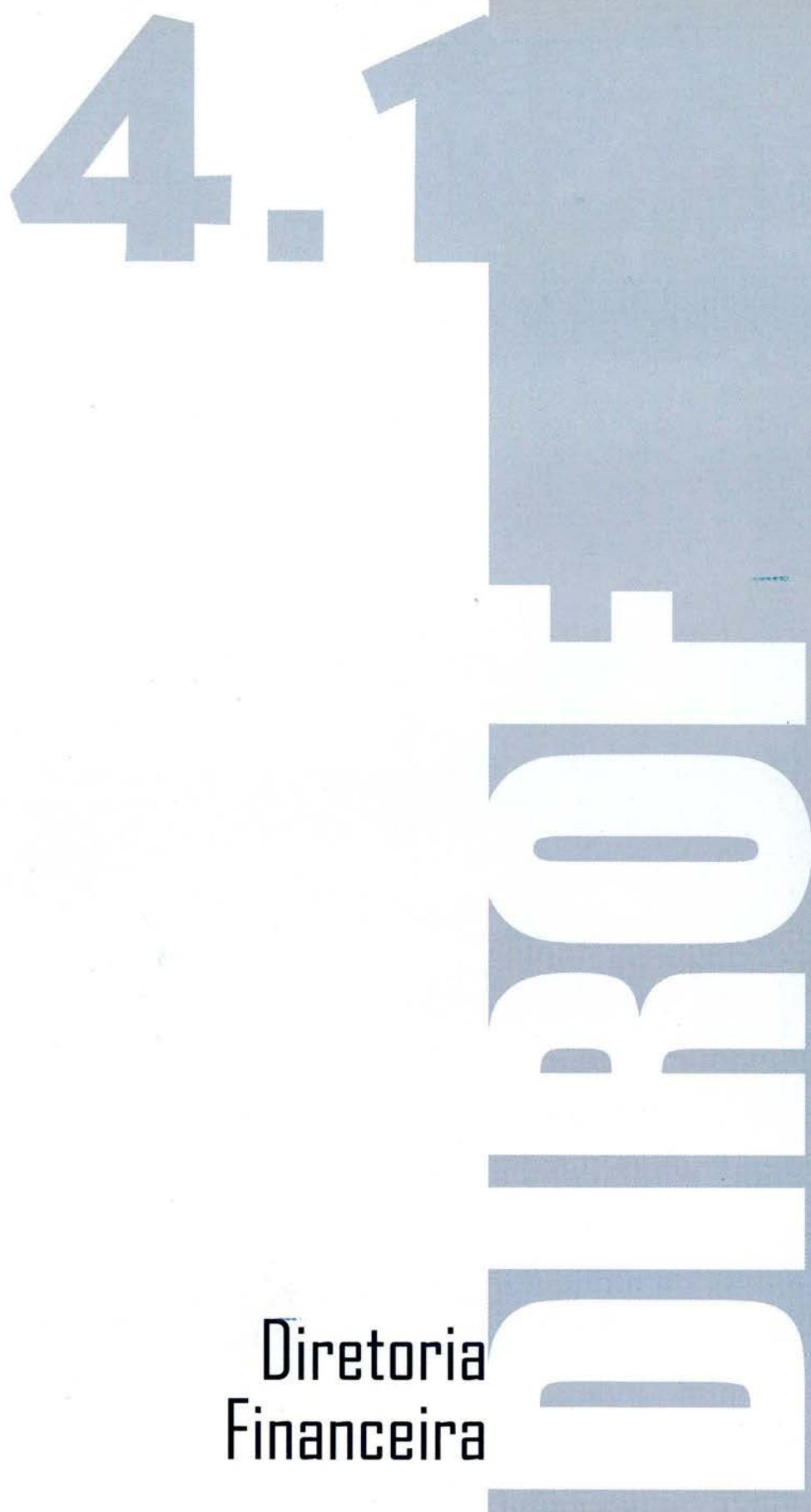
- Minuta de Portaria Ministerial, versando sobre a ampliação de acervo de livros de literatura e distribuição de Atlas Geográfico Escolar, no Programa Nacional Biblioteca da Escola-PNBE.
- Resolução nº 55, DE 12.12.2001; publicada no DOU de 17.12.2001, que autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE a aplicar suas disponibilidades financeiras na conta única do Tesouro Nacional e em instituição financeira pública federal, nas modalidades e nas proporções a seu critério.
- Aprovação do Cronograma e Plano de Elaboração do Relatório de Atividades FNDE-2001.



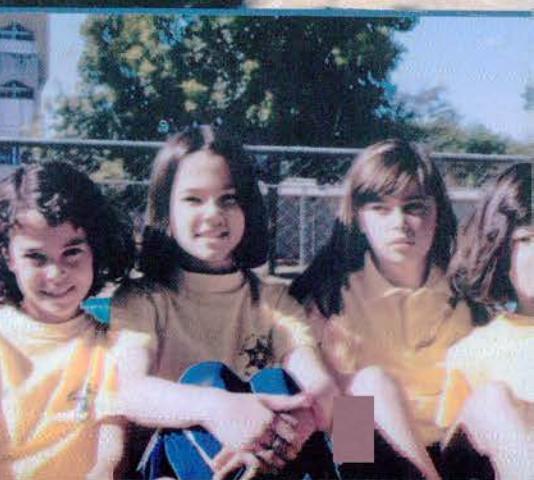
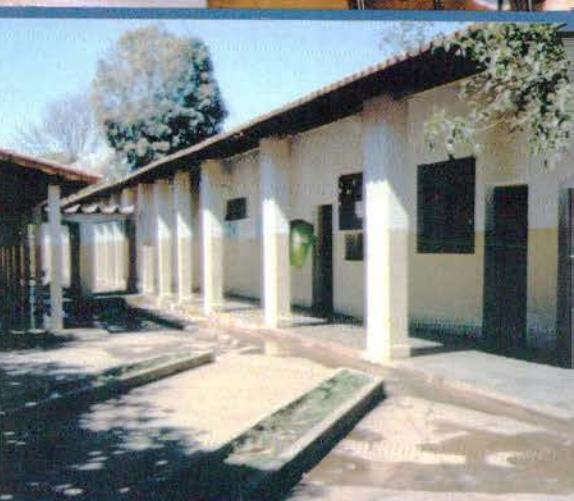
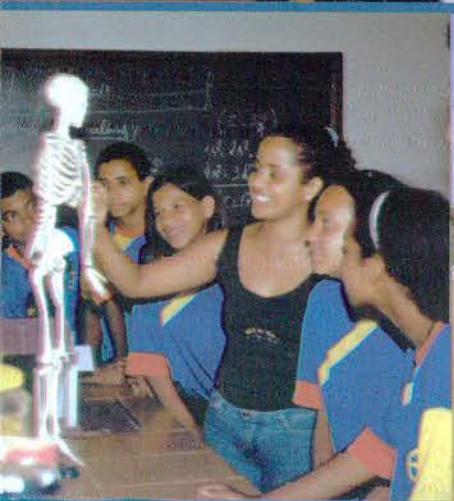
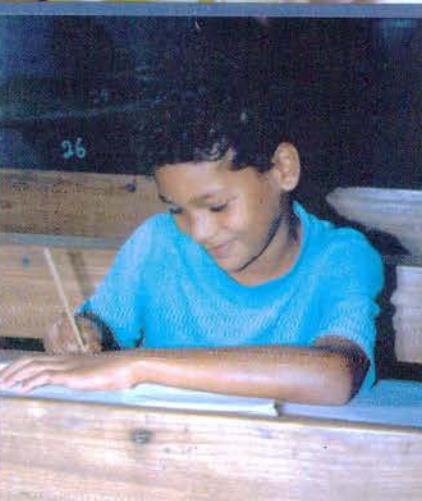
Desempenho Institucional







**Diretoria
Financeira**



As atividades desenvolvidas na Dirof visam otimizar a arrecadação e a gestão financeira e orçamentária do FNDE, de forma a obter uma aplicação eficiente dos recursos consignados no orçamento.

Para tanto, cabe à Dirof planejar, coordenar e controlar a execução das atividades orçamentárias, financeiras e contábeis, bem como acompanhar a prestação de contas da Autarquia, dos convenentes e dos beneficiários de transferências de recursos.

A Dirof busca, ainda, o incremento da arrecadação da Autarquia, por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos de controle da arrecadação de receitas, além de coordenar e supervisionar a execução das atividades do Sistema de Manutenção do Ensino - SME.

4.11 PLANEJAMENTO

Na área de planejamento, a Diretoria Financeira atuou no apoio às relações institucionais da Autarquia, acompanhando o cumprimento das metas físicas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual - LOA/2001 e Plano Plurianual - PPA 2000/2003, a disponibilização das informações gerenciais, orçamentárias, físicas e financeiras dos Programas implementados pelo FNDE e a disseminação de informações e dados gerais sobre a Instituição.

SEMINÁRIOS - PRASEM

A extinção das delegacias do MEC nos estados, em 1999, exigiu do FNDE contato mais estreito com seus parceiros. Como primeira iniciativa nesse relacionamento, foi realizado em 2000, o ciclo de seminários/FNDE - Aspectos Financeiros cujo público-alvo constituiu-se de técnicos das Secretarias Estaduais de Educação.

Dando continuidade ao processo, o FNDE participou do Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação - Prasem promovido pelo Projeto Fundescola - MEC/BIRD. Este programa dividiu-se em três módulos alcançando públicos distintos:

- Conselheiros do Fundef.
- Seminário para Prefeitos e Secretários Municipais de Educação.
- Seminário de Capacitação dos Técnicos das Secretarias de Educação - regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste - Prasem III.

O segundo módulo, das regiões Sul e Sudeste foi financiado com recursos do FNDE.

O módulo III foi implementado de forma descentralizada em dezenove capitais, sendo que, em algumas delas, houve mais de um evento. Técnicos da

Autarquia proferiram a palestra "Conheça o FNDE" abrangendo as ações governamentais assistidas pelo FNDE, fontes e repasse de recursos aos municípios no que se refere a modalidades e operacionalização. Além disso, proferiu-se palestra sobre prestação de contas acompanhada de oficinas de treinamento realizadas por técnicos da Secretaria Federal de Controle (Tabela 16).

TABELA 16
PARTICIPAÇÃO DO FNDE PRASEM III

EVENTOS	DATA	Nº DE PARTICIPANTES	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
AC	27 e 28/06/01	40	20
AL	4 e 5/10/2001	94	54
AM	25 e 26/06/01	55	30
AP	18 e 19/07/01	22	12
BA I	10 e 11/09/01	150	11
BA II	12 e 13/09/01	114	57
BA III	8 e 9/10/01	163	96
CE I (*)	20 e 21/08/01	-	-
CE II (*)	22 e 23/08/01	-	-
GO I	2 e 3/07/01	135	78
GO II	4 e 5/07/01	130	75
MA I	20 e 21/08/01	120	73
MA II	22 e 23/08/01	109	72
MS	4 e 5/07/01	130	67
MT	2 e 3/07/01	144	106
PA	16 e 17/07/01	150	94
PB I	10 e 11/09/01	78	46
PB II	12 e 13/09/01	134	87
PE I	17 e 18/09/01	149	84
PE II	19 e 20/09/01	154	86
PI I	20 e 21/08/01	137	81
PI II	22 e 23/08/01	123	77
RN	17 e 18/09/01	176	109
RO	25 e 26/06/01	85	52
RR	11 e 12/07/01	18	11
SE	12 e 13/09/01	103	62
TO (*)	-	-	-
TOTAL		2718	1431

FONTE: FNDE/Dirof/Geplo

(*) Dados não disponíveis pelas Secretarias Estaduais de Educação.

INFORMAÇÕES GERENCIAIS

Os Relatórios Gerenciais, com edição mensal, têm sido fonte de consulta periódica para as unidades da Autarquia e para órgãos externos ao FNDE. Sua continuidade tem consolidado esse documento como ferramenta importante referente ao cumprimento das metas físicas e para o gerenciamento orçamentário-financeiro das ações implementadas pela Autarquia.

A estrutura das informações que compõem o periódico mantém-se fiel àquela idealizada no ano de 1999. Os dados físicos são informados pelas unidades responsáveis pela

execução de cada projeto/atividade por meio da ferramenta RGerente, disponibilizada na rede de dados do FNDE, o que contribui para diminuir a probabilidade de erros, uma vez que os dados financeiros são extraídos do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi Gerencial.

A elaboração de relatórios e documentos ilustrativos da execução foi desenvolvida ao longo do ano de 2001, incluindo a consolidação do Relatório de Atividades 2000 da Autarquia, concluído em março de 2001. Outros relatórios com informações de cunho gerencial tais como Mensagem Presidencial, Balanço Geral da União, assim como materiais instrucionais para subsidiar seminários voltados à clientela externa (secretarias municipais de educação e organizações não-governamentais) foram desenvolvidos de forma a apresentar de maneira transparente os recursos orçamentário-financeiros, operacionalizados pelo FNDE.

4.1.2 SALÁRIO-EDUCAÇÃO

O Salário-Educação é uma Contribuição Social prevista no artigo 212, § 5º, da Constituição Federal, autorizada pela Lei 9766/98 e regulamentada pelo Decreto 3.142/99. A alíquota é de 2,5 %, incidente sobre o valor total das remunerações pagas ou creditadas pelas empresas, a qualquer título, no mês, aos empregados.

Tal recurso arrecadado serve de fonte adicional de financiamento do ensino fundamental público, permitindo às três instâncias do governo investirem em programas, projetos e ações que qualifiquem profissionais da educação e estimulem alunos a permanecerem em sala de aula concluindo o ensino fundamental (1^a a 8^a série).

A arrecadação do Salário-Educação é realizada da seguinte forma:

- Ao INSS, por meio da Guia da Previdência Social - GPS, na rubrica "Outras Entidades" - campo 9, como regra geral;
- Diretamente ao FNDE, utilizando o Comprovante de Arrecadação Direta - CAD, distribuído pela Autarquia anualmente, em carnê, nos casos em que a empresa é optante pelo Sistema de Manutenção de Ensino Fundamental - SME.

O valor arrecadado diretamente pelo FNDE, bem como o arrecadado pelo INSS, constituem, por definição, a Arrecadação Bruta.

Por força do Decreto 3.142/99, os recursos oriundos da Arrecadação Bruta do Salário-Educação têm a seguinte destinação:

- Taxa de administração devida ao INSS, correspondente a 1% incidente sobre o montante por ele arrecadado.
- Despesas realizadas com o Sistema de Manutenção do Ensino - SME, autorizadas em Lei, com dotação orçamentária específica na fonte de recursos 0250. No exercício de 2001 o montante dispendido foi de R\$ 40.000.000,00, tendo sido deduzido, 1/12 mensalmente.
- Cota Federal, correspondente a 1/3 do montante líquido dos recursos arrecadados. Permanecem no FNDE para a assistência financeira de programas e projetos voltados para a universalização e melhoria da qualidade do Ensino Fundamental, implementados segundo diretrizes traçadas pelo Ministério da Educação.
- Cota Estadual, correspondente a 2/3 do montante líquido dos recursos arrecadados, que é repassada mensal e automaticamente às Secretarias Estaduais de Educação e do Distrito Federal, para assistência financeira a programas, projetos e ações do Ensino Fundamental. A distribuição é proporcional ao valor arrecadado em cada Unidade da Federação, constituindo-se numa das principais fontes de financiamento das redes estaduais e municipais de educação, em relação ao ensino fundamental público.

Em 2001, por força, inclusive, do reconhecimento da constitucionalidade do recolhimento da Contribuição do Salário-Educação pelo Supremo Tribunal Federal, que influenciou, também, no recebimento de algumas contribuições que se encontravam suspensas ou em atraso, constatou-se um incremento de, aproximadamente, 12% em relação ao exercício anterior, algo em torno de R\$ 332 milhões.

A tabela 17 apresenta a evolução histórica da Arrecadação Bruta do Salário-Educação, sem qualquer dedução, desde 1996 (Gráfico 9).

TABELA 17
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ARRECADAÇÃO BRUTA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - 1996 A 2001

	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Em R\$	2.778.482.241	2.815.019.895	2.647.146.524	2.412.213.945	2.791.251.209	3.123.278.364

Fonte:FNDE/Dirof/Geofi

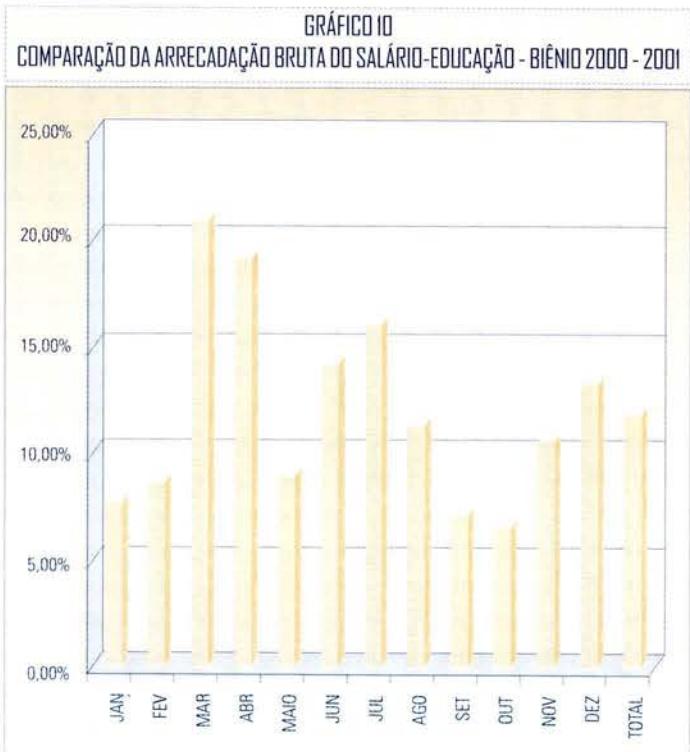
GRAFICO 9
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ARRECADAÇÃO BRUTA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - 1996 A 2001



A tabela 18 permite identificar as variações ocorridas na Arrecadação Bruta do Salário-Educação, mês a mês, no exercício de 2001, comparando-as às variações ocorridas no exercício de 2000 (Gráfico 10).

MÊS	TABELA 18				VARIAÇÃO 2001/2000 (%) ^a	
	2000		2001			
	VALOR	PART. (%)	VALOR	PART. (%)		
JAN	278.476.345	9,98	300.030.827	9,61	7,74%	
FEV	217.079.267	7,78	235.869.973	7,55	8,66%	
MAR	199.557.666	7,15	241.401.345	7,73	20,97%	
ABR	204.949.964	7,34	244.333.308	7,82	19,22%	
MAIO	216.810.125	7,77	236.249.710	7,56	8,97%	
JUN	213.946.916	7,66	244.353.231	7,82	14,21%	
JUL	212.053.470	7,60	246.255.596	7,88	16,13%	
AGO	234.561.129	8,40	261.148.415	8,36	11,33%	
SET	229.140.220	8,21	245.623.177	7,86	7,19%	
OUT	228.113.783	8,17	243.298.352	7,79	6,66%	
NOV	224.448.112	8,04	248.286.566	7,95	10,62%	
DEZ	332.114.212	11,90	376.427.864	12,05	13,34%	
TOTAL	2.791.251.209	100,00	3.123.278.364	100,00	11,90%	

Fonte: FNDE/Dirof/Geofi



Da contribuição arrecadada no exercício de 2001, R\$ 1,63 bilhão ocorreu diretamente por meio do FNDE, e R\$ 1,49 bilhão por intermédio do INSS (Tabela 19 e 20).

TABELA 19
COMPARAÇÃO DA ARRECADAÇÃO BRUTA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO VIA FNDE - BIÊNIO 2000 - 2001

MÊS	2000	2001	VARIAÇÃO	
			2001/2000 (%)	Em R\$
JAN	116.827.971	129.130.836	10,53%	
FEV	114.484.783	125.169.973	9,33%	
MAR	108.157.666	120.701.345	11,60%	
ABR	106.949.964	118.333.308	10,64%	
MAI	107.810.125	125.249.710	16,18%	
JUN	108.946.916	128.653.231	18,09%	
JUL	102.053.470	120.555.596	18,13%	
AGO	122.561.129	134.448.415	9,70%	
SET	109.140.220	128.923.177	18,13%	
OUT	108.113.783	124.598.352	15,25%	
NOV	109.448.112	127.586.566	16,57%	
DEZ	217.114.212	250.727.864	15,48%	
TOTAL	1.431.608.351	1.634.078.373	14,14%	

Fonte: FNDE/Dirof/Geofi

TABELA 20
COMPARAÇÃO DA ARRECADAÇÃO BRUTA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO VIA INSS - BIÊNIO 2000 - 2001

MÊS	2000	2001	VARIAÇÃO	
			2001/2000 (%)	Em R\$
JAN	161.648.373	170.899.990	5,72%	
FEV	102.594.484	110.700.000	7,90%	
MAR	91.400.000	120.700.000	32,06%	
ABR	98.000.000	126.000.000	28,57%	
MAI	109.000.000	111.000.000	1,83%	
JUN	105.000.000	115.700.000	10,19%	
JUL	110.000.000	125.700.000	14,27%	
AGO	112.000.000	126.700.000	13,13%	
SET	120.000.000	116.700.000	-2,75%	
OUT	120.000.000	118.700.000	-1,08%	
NOV	115.000.000	120.700.000	4,96%	
DEZ	115.000.000	125.700.000	9,30%	
TOTAL	1.359.642.858	1.489.199.990	9,53%	

Fonte: FNDE/Dirof/Geofi

As tabelas 21 e 22 demonstram, respectivamente, o resumo da distribuição da Arrecadação Bruta do Salário-Educação e os valores transferidos às secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal, durante o exercício de 2001, a título de Cota Estadual.

TABELA 21
TRANSFERÊNCIA DA COTA ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

UF/REGIÃO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %	Em R\$
AC	1.400.598	0,07%	
AP	1.643.779	0,08%	
AM	19.159.978	0,94%	
PA	21.848.473	1,07%	
RO	4.849.904	0,24%	
RR	891.718	0,04%	
TO	2.790.513	0,14%	
NORTE	52.584.963	2,57%	
AL	7.627.706	0,37%	
BA	55.497.448	2,71%	
CE	24.448.267	1,20%	
MA	10.338.023	0,51%	
PB	10.387.813	0,51%	
PE	39.885.741	1,95%	
PI	6.756.476	0,33%	
RN	10.520.616	0,51%	
SE	9.397.963	0,46%	
NORDESTE	174.860.053	8,55%	
ES	29.115.635	1,42%	
MG	149.740.012	7,32%	
RJ	258.264.706	45,67%	
SP	934.265.457	67,04%	
SUDESTE	1.371.385.811	67,04%	
PR	113.553.210	5,55%	
RS	144.792.163	7,08%	
SC	75.008.711	3,67%	
SUL	333.354.084	16,30%	
DF	53.178.600	2,60%	
GO	33.501.127	1,64%	
MS	13.101.855	0,64%	
MT	13.624.417	0,67%	
C.OESTE	113.405.999	5,54%	
TOTAL	2.045.590.909	100,00%	

Fonte:FNDE/Dirof/Geofi

TABELA 22
DISTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

ARRECADAÇÃO BRUTA (A)	TAXA DE ADMISTRAÇÃO (B)	AQUISIÇÃO DE VAGAS (C)	TOTAL LÍQUIDO (E=A-B-C)	QUOTA FEDERAL (F=E X 1/3)	QUOTA ESTADUAL (G=E X 2/3)	Em R\$
3.123.278.364	14.892.000	40.000.000	3.068.386.364	1.022.795.455	2.045.590.909	

Fonte:FNDE/Dirof/Geofi

4.1.3 SISTEMA DE MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - SME

O Sistema de Manutenção do Ensino Fundamental - SME é um programa pelo qual a empresa, no exercício de direito adquirido anteriormente à Emenda Constitucional nº 14/96, propicia o Ensino Fundamental a seus empregados e a dependentes destes, de acordo com as modalidades abaixo nominadas. A empresa formaliza ou renova, no mês de janeiro, sua opção pelo SME mediante preenchimento do Formulário Autorização de Manutenção de Ensino - Fame, distribuído pelo FNDE, ou por meio eletrônico no endereço www.fnde.gov.br.

As novas empresas ou novos estabelecimentos de empresas já existentes ou empresas existentes que venham a receber empregados responsáveis por alunos beneficiados

podem formalizar a sua opção pelo SME e passar a arrecadar a contribuição do Salário-Educação diretamente ao FNDE. Todavia, é vedada a inclusão de novos alunos. Somente poderão permanecer até o término do ensino fundamental, os alunos que foram atendidos regularmente na condição de beneficiário, em dezembro de 1996.

ESCOLA PRÓPRIA

Alternativa pela qual a empresa, mantendo estabelecimento de ensino às suas expensas, garante o ensino fundamental gratuito aos seus empregados e dependentes, deduzindo do seu recolhimento mensal a título de Salário-Educação, ao FNDE, a importância correspondente ao número de alunos beneficiados vezes o valor de R\$ 21,00, pertinente à vaga. Os quantitativos de escolas, alunos e valor aplicado nessa modalidade por unidade da Federação constam da tabela 23, a seguir.

TABELA 23
MODALIDADE ESCOLA PRÓPRIA

UF/REGIÃO (A)	ESCOLAS (B)	ALUNOS (C)	VALOR (D) (Em R\$)	PARTICIPAÇÃO (E) %
AC	0	0	-	0,00
AM	0	0	-	0,00
AP	0	0	-	0,00
PA	1	191	48.132	32,26
RO	0	0	-	0,00
RR	0	0	-	0,00
TO	0	0	-	0,00
NORTE	1	191	48.132	32,26
AL	0	0	-	0,00
BA	1	30	7.560	5,07
CE	0	0	-	0,00
MA	0	0	-	0,00
PB	0	0	-	0,00
PE	2	73	18.396	12,33
PI	0	0	-	0,00
RN	0	0	-	0,00
SE	0	0	-	0,00
NORDESTE	3	103	25.956	17,40
ES	0	0	-	0,00
MG	1	61	15.372	10,30
RJ	0	0	-	0,00
SP	1	163	41.076	27,53
SUDESTE	2	224	56.448	37,84
PR	0	0	-	0,00
SC	0	0	-	0,00
RS	0	0	-	0,00
SUL	0	0	-	0,00
DF	0	0	-	0,00
GO	1	74	18.648	12,50
MS	0	0	-	0,00
MT	0	0	-	0,00
CENTRO-OESTE	1	74	18.648	12,50
BRASIL	7	592	149.184	100,00

Fonte: FNDE/Dirof/Gearc

Obs.: O resultado informado na coluna "D" é = ao nº de alunos (coluna "C") X (no. De meses=12)X(valor da vaga=R\$21,00).

Trata-se de alternativa pela qual a empresa reembolsa aos empregados a importância de R\$126,00, correspondente ao somatório, no semestre, do valor pertinente à vaga.

Fazem jus ao reembolso, os empregados que comprovem a freqüência regular e quitação das mensalidades de seus dependentes em estabelecimentos de ensino particular. A empresa pode, durante o semestre, capitalizar os recursos financeiros, deduzindo-os dos recolhimentos mensais à título da Contribuição Social do Salário-Educação, ao FNDE.

As informações das empresas para atualização do cadastro dos alunos beneficiários são encaminhadas, por meio eletrônico, no endereço www.fnde.gov.br, nos prazos fixados e de conformidade com as orientações fornecidas pela Autarquia. O número de alunos, os valores aplicados nessa modalidade e sua distribuição pelas unidades da federação estão demonstrados na tabela 24 a seguir.

TABELA 24
MODALIDADE INDENIZAÇÃO DE DEPENDENTES

UF/REGIÃO (A)	ALUNOS (B)	VALOR (C) (Em R\$)	PARTICIPAÇÃO (D) %
AC	98	24.696	0,08%
AM	1129	284.508	0,91%
AP	18	4.536	0,01%
PA	1675	422.100	1,35%
RO	103	25.956	0,08%
RR	9	2.268	0,01%
TO	75	18.900	0,06%
NORTE	3.107	782.964	2,50%
AL	1617	407.484	1,30%
BA	11.874	2.992.248	9,55%
CE	3.903	983.556	3,14%
MA	1518	382.536	1,22%
PB	844	212.688	0,68%
PE	7.942	2.001.384	6,39%
PI	1.911	481.572	1,54%
RN	1315	331.380	1,06%
SE	1.879	473.508	1,51%
NORDESTE	32.803	8.266.356	26,39%
ES	4.729	1.191.708	3,80%
MG	8.976	2.261.952	7,22%
RJ	20.703	5.217.156	16,66%
SP	31.324	7.893.648	25,20%
SUDESTE	65.732	16.564.464	52,88%
PR	5.969	1.504.188	4,80%
SC	4.279	1.078.308	3,44%
RS	5.298	1.335.096	4,26%
SUL	15.546	3.917.592	12,51%
DF	3.250	819.000	2,61%
GO	2.273	572.796	1,83%
MS	642	161.784	0,52%
MT	948	238.896	0,76%
CENTRO-OESTE	7.113	1.792.476	5,72%
BRASIL	124.301	31.323.852	100,00%

Fonte: FNDE/Dirof/Gearc

Obs.: O resultado informado na coluna "C" é = ao nº de alunos (coluna "B") X (nº de meses = 12) X (valor da vaga=R\$21,00).

Alternativa pela qual a empresa, com intermediação do FNDE, adquire vagas na rede particular para garantir o ensino fundamental gratuito a seus empregados e dependentes, recolhendo ao FNDE a importância correspondente ao valor mensal devido à título de Salário-Educação. A demonstração do número de alunos e valor aplicado por estado nessa modalidade encontra-se na tabela 25, a seguir.

TABELA 25
MODALIDADE AQUISIÇÃO DE VAGAS

UF/REGIÃO (A)	ESCOLAS (B)	ALUNOS (C)	VALOR (D) (Em R\$) °	PARTICIPAÇÃO (E) %
AC	0	0	0	0,00
AM	0	0	0	0,00
AP	0	0	0	0,00
PA	2	69	17.388	0,95
RO	0	0	0	0,00
RR	0	0	0	0,00
TO	0	0	0	0,00
NORTE	2	69	17.388	0,95
AL	0	0	0	0,00
BA	17	362	91.224	4,97
CE	33	456	114.912	6,26
MA	2	8	2.016	0,11
PB	34	824	207.648	11,31
PE	10	245	61.740	3,36
PI	8	168	42.336	2,31
RN	5	46	11.592	0,63
SE	3	42	10.584	0,58
NORDESTE	112	2151	542.052	29,51
ES	0	0	0	0,00
MG	2	51	12.852	0,70
RJ	15	300	75.600	4,12
SP	162	4.360	1.098.720	59,82
SUDESTE	179	4711	1.187.172	64,64
PR	4	299	75.348	4,10
SC	1	4	1.008	0,05
RS	0	0	0	0,00
SUL	5	303	76.356	4,16
DF	1	9	2.268	0,12
GO	2	30	7.560	0,41
MS	1	7	1.764	0,10
MT	1	8	2.016	0,11
CENTRO-OESTE	5	54	13.608	0,74
BRASIL	303	7.288	1.836.576	100,00

Fonte: FNDE/Dirof/Gearc

Obs.: O resultado informado na coluna "D" é = ao nº de alunos (coluna "C") X (nº de meses = 12) X (valor da vaga=R\$21,00).

ESQUEMA MISTO

A empresa pode participar do SME, utilizando mais de uma das modalidades acima mencionadas.

VALOR DA BOLSA (VAGA) DO SME

O atendimento aos beneficiários do SME, em qualquer das modalidades acima descritas, é prestado de acordo com

o valor da bolsa, fixado em R\$ 21,00, ao mês, pelo Conselho Deliberativo do FNDE, desde o segundo semestre de 1995. Nas modalidades em que a empresa deixa de realizar o recolhimento da contribuição devida (modalidade Escola Própria e Indenização de Dependentes), a base de cálculo do valor a ser por esta retido é o produto entre o número de alunos e o valor da bolsa fixado, sendo os eventuais saldos dessa operação recolhidos ao FNDE.

Da mesma forma, o atendimento por intermédio da modalidade Aquisição de Vagas tem como referência o valor da bolsa fixado, base de cálculo dos pagamentos às escolas participantes do sistema pelos serviços educacionais prestados ao alunado.

A tabela 26, a seguir, apresenta dados consolidados das modalidades Escola Própria, Aquisição de Vagas e Indenização de Dependentes.

TABELA 26
CONSOLIDADO DAS MODALIDADES DO SME

UF/REGIÃO (A)	ESCOLAS (B)	ALUNOS (C)	VALOR (D) (Em R\$)	PARTICIPAÇÃO (E) %
AC	0	98	24.696	0,07%
AM	0	1.129	284.508	0,85%
AP	0	18	4.536	0,01%
PA	3	1.935	487.620	1,46%
RO	0	103	25.956	0,08%
RR	0	9	2.268	0,01%
TO	0	75	18.900	0,06%
NORTE	3	3367	848.484	2,55%
AL	0	1.617	407.484	1,22%
BA	18	12.266	3.091.032	9,28%
CE	33	4.359	1.098.468	3,30%
MA	2	1.526	384.552	1,15%
PB	34	1.668	420.336	1,26%
PE	12	8.260	2.081.520	6,25%
PI	8	2.079	523.908	1,57%
RN	5	1.361	342.972	1,03%
SE	3	1.921	484.092	1,45%
NORDESTE	115	35057	8.834.364	26,52%
ES	0	4.729	1.191.708	3,58%
MG	3	9.088	2.290.176	6,88%
RJ	15	21.003	5.292.756	15,89%
SP	163	35.847	9.033.444	27,12%
SUDESTE	181	70667	17.808.084	53,46%
PR	4	6.268	1.579.536	4,74%
SC	1	4.283	1.079.316	3,24%
RS	0	5.298	1.335.096	4,01%
SUL	5	15.849	3.993.948	11,99%
DF	1	3.259	821.268	2,47%
GO	3	2.377	599.004	1,80%
MS	1	649	163.548	0,49%
MT	1	956	240.912	0,72%
CENTRO-OESTE	6	7.241	1.824.732	5,48%
BRASIL	310	132.181	33.309.612	100,00%

Fonte: FNDE/Dirof/Gearc

Obs.: O resultado informado na coluna "D" é = ao nº de alunos (coluna "C") X (nº de meses=12) X (valor da vaga=R\$21,00).

4.1.4 PROGRAMA INTEGRADO DE INSPEÇÃO EM EMPRESAS E ESCOLAS - PROINSPE

O Programa tem como objetivo a fiscalização da regularidade da situação de empresas e escolas, em relação às contribuições devidas para o salário-educação.

Base legal e regulamentos:

- Decreto 3034/99
- Decreto 3142/99
- Resolução CD/FNDE 15/93
- Resolução 36/95

O Programa envolve, cada vez mais, a participação das secretarias estaduais de educação e do Distrito Federal, além das representações do MEC. Essas se integraram às inspeções, deslocando-se às empresas e escolas previamente selecionadas, onde analisam a documentação pertinente, observando a regularidade dos valores recolhidos e a adequação das deduções efetuadas, relativas aos alunos participantes do SME.

No exercício de 2001, o quantitativo de escolas e empresas inspecionadas representou, respectivamente, 29,03% e 9,98% dos totais de participantes no SME, observando-se que o resultado de glosas decorrentes de irregularidades detectadas nas ações de inspeção representou 1.206 alunos.

Em 2001, foram efetuadas 157 notificações à empresas oriundas de Informações Fiscais de Débito do INSS, no montante de R\$ 19,6 milhões, com valor médio de R\$ 124,8 mil. As notificações, no total de 328, resultaram de inspeções realizadas pelo Proinspe, no valor global de R\$ 97,1 milhões - média de R\$ 296,1 mil para cada notificação emitida.

As Notificações de Deduções Indevidas, resultantes das verificações referentes à Relação de Alunos Indenizados - RAI e a falta de recolhimento em Aquisição de Vagas totalizaram, respectivamente, 339 e 67 ocorrências, nos montantes, também respectivos de R\$ 30,03 milhões e R\$ 977,7 mil.

O pagamento dos acordos de parcelamentos firmados alcançou o montante de R\$ 20,4 milhões, representando 80,51% do estoque de dívidas parceladas pelas empresas. Foram rescindidos e encaminhados à Procuradoria-Geral para cobrança judicial 128 parcelamentos não cumpridos.

As tabelas 27, 28 e 29, a seguir, ilustram a atuação do Proinspe.

TABELA 27
RESULTADO DA ATUAÇÃO DO PROINSPE

UF/REGIÃO	EMPRESAS			ESCOLAS			ALUNOS GLOSADOS
	OPTANTES (A)	INSPECIONADAS (B)	B/A (%)	CREDENCIA-DAS (C)	INSPECIONADAS (D)	D/C (%)	
DF	279	16	5,73	1	-	-	-
GO	364	82	22,53	3	-	-	-
MS	130	38	29,23	1	-	-	-
MT	204	35	17,16	1	-	-	-
CENTRO-OESTE	977	171	17,50	6	-	-	-
AL	109	39	35,78	-	25	-	330
BA	589	43	7,30	18	2	11,11	28
CE	649	78	12,02	33	-	-	-
MA	155	16	10,32	2	-	-	-
PB	222	32	14,41	34	-	-	-
PE	621	59	9,50	12	56	466,67	802
PI	178	11	6,18	8	-	-	-
RN	158	34	21,52	5	-	-	-
SE	156	27	17,31	3	7	233,33	42
NORDESTE	2.837	339	11,95	115	90	78,26	1.202
AC	23	2	8,70	-	-	-	-
AM	238	31	13,03	-	-	-	-
AP	24	-	0,00	-	-	-	-
PA	215	14	6,51	3	-	-	1
RO	70	2	2,86	-	-	-	1
RR	24	-	0,00	-	-	-	1
TO	57	3	5,26	-	-	-	1
NORTE	651	52	7,99	3	-	-	4
ES	234	50	21,37	-	-	-	-
MG	799	57	7,13	3	-	-	-
RJ	1.550	89	5,74	15	-	-	-
SP	2.901	237	8,17	163	-	-	-
SUDESTE	5.484	433	7,90	181	-	-	-
PR	774	59	7,82	4	-	-	-
RS	1.283	73	5,69	-	-	-	-
SC	525	123	23,43	1	-	-	-
SUL	2.582	255	9,88	5	-	-	-
BRASIL	12.531	1.250	9,98	310	90	29,03	1.206

FONTE: FNDE/Dirof/Gearc

TABELA 28
DEMONSTRATIVO DE PARCELAMENTOS

MÊS	PARCELAS				% DO VALOR PAGO	PARCELAMENTOS			
	QUANTIDADE		VALOR (em R\$)			QUANTIDADE	CONCE-DIDOS	LIQUIDA-DOS	
	PREVISTA	LIQUIDADA	PREVISTO	LIQUIDADO					
JAN	341	204	1.788.177,41	1.348.509,49	75,41	0	15	17	
FEV	370	295	1.845.958,60	1.509.282,62	81,76	16	11	16	
MAR	365	264	1.900.815,28	1.539.621,36	81,00	11	0	28	
ABR	348	252	1.829.229,88	1.430.136,40	78,18	4	10	16	
MAI	350	260	1.874.926,62	1.494.534,93	79,71	21	0	13	
JUN	363	279	2.014.233,03	1.637.465,82	81,29	18	9	20	
JUL	390	299	2.089.481,33	1.696.513,71	81,19	12	16	7	
AGO	422	345	2.412.370,12	2.025.364,86	83,96	14	0	1	
SET	591	482	3.067.102,82	2.603.435,63	84,88	14	64	2	
OUT	376	298	2.060.002,56	1.673.883,70	81,26	4	9	3	
NOV	423	345	2.164.836,79	1.748.721,39	80,78	45	17	1	
DEZ	450	362	2.369.994,72	1.756.622,92	74,12	16	18	4	
TOTAL	4789	3685	25.417.129,16	20.464.092,83	80,51	175	169	128	

FONTE: FNDE/Dirof/Gearc

TABELA 29
PROINSPE/INSS - EMPRESAS NOTIFICADAS

UF/REGIÃO	DEDUÇÃO INDEVIDA		FALTA DE RECOLHIMENTO EM AQUISIÇÃO DE VAGAS		INFORMAÇÃO FISCAL DO INSS		INSPEÇÃO PROINSPE		TOTAL	
	Quantidade (A)	Valor (em R\$) (B)	Quantidade (C)	Valor (em R\$) (D)	Quantidade (E)	Valor (em R\$) (F)	Quantidade (G)	Valor (em R\$) (H)	Quantidade (A + C + E + G)	Valor (em R\$) (B + D + F + H)
DF	15	587.926,86	-	-	-	-	4	50.953,22	19	1.093.880,08
GO	10	503.249,85	1	656,81	2	5.117,98	15	538.451,64	28	1.147.476,28
MS	9	137.479,23	-	-	4	55.891,38	2	2.313.241,25	15	2.506.611,86
MT	8	237.011,55	1	14.827,37	1	214.918,22	10	226.528,23	20	693.285,37
Centro-Oeste	42	1.465.667,49	2	15.484,18	7	275.927,58	31	3.684.174,34	82	5.441.253,59
AL	11	239.266,37	-	-	-	-	9	7.205.237,69	20	7.444.504,06
BA	20	2.717.632,14	4	55.154,99	1	11.467,04	6	446.091,68	31	3.230.345,85
CE	16	1.274.078,32	13	97.762,05	-	-	42	3.927.915,85	71	5.299.756,22
MA	11	781.085,23	1	1.656,12	-	-	21	936.551,37	33	1.719.292,72
PE	12	1.530.670,42	8	502.205,72	4	90.143,56	17	7.393.978,29	41	9.516.997,99
PB	9	865.865,82	3	20.990,86	3	82.577,62	21	1.410.638,06	36	2.380.072,36
PI	10	370.954,15	2	6.842,66	1	54.141,40	5	126.919,39	18	558.857,60
RN	11	662.302,60	3	32.354,77	2	221.168,59	3	1.704.022,39	19	2.619.848,35
SE	11	271.427,28	2	9.024,86	-	-	11	599.112,27	24	879.564,41
Nordeste	111	8.713.282,33	36	725.992,03	11	459.498,21	135	23.750.466,99	293	33.649.239,56
AC	3	8.505,40	-	-	-	-	-	-	3	8.505,40
AM	11	229.425,54	-	-	-	-	1	37.329,65	12	266.755,19
AP	5	38.710,25	-	-	-	-	-	8,00	5	38.718,25
PA	10	821.203,41	1	738,73	-	-	3	155.526,25	14	977.468,39
RO	8	208.442,98	-	-	-	-	-	-	8	208.442,98
RR	1	821,26	-	-	-	-	-	-	1	821,26
TO	3	47.776,02	-	-	-	-	1	84.616,79	4	132.392,81
Norte	41	1.354.884,86	1	738,73	-	-	5	277.480,69	47	1.633.104,28
ES	12	481.143,80	-	-	7	2.427.112,64	4	723.743,38	23	3.631.999,82
MG	20	921.239,27	1	5.204,13	14	684.164,69	11	3.070.645,30	46	4.681.253,39
RJ	23	6.859.598,40	10	55.755,99	5	598.563,60	20	5.169.010,78	58	12.682.928,77
SP	32	4.457.461,48	17	174.603,94	53	10.288.098,40	81	54.374.980,62	183	69.295.144,44
Sudeste	87	12.719.442,95	28	235.564,06	79	13.997.939,33	116	63.338.380,00	310	90.291.326,42
PR	19	705.141,45	-	-	18	1.218.117,49	9	2.436.726,23	46	4.359.985,17
SC	15	741.786,32	-	-	13	2.023.401,94	22	2.387.700,80	50	5.152.889,06
RS	24	4.332.046,59	-	-	29	1.631.729,88	10	1.251.131,28	63	7.214.907,75
Sul	58	5.778.974,36	-	-	60	4.873.249,31	41	6.075.558,31	159	16.727.781,98
BRASIL	339	30.032.251,99	67	977.779,00	157	19.606.614,43	328	97.126.060,41	891	147.742.705,83

FONTE: FNDE/Dirof/Gearc

4.1.5 ORÇAMENTO

O orçamento da União para o exercício foi aprovado por intermédio da Lei 10.171/01, sendo que para o FNDE foram fixadas, inicialmente, despesas no valor de R\$ 7,0 bilhões. Deste montante R\$ 6,0 bilhões classificados junto ao Orçamento Fiscal da União e R\$ 1,0 bilhão pertencente ao Orçamento da Seguridade Social. A referida lei estimou a receita bruta relativamente a recursos diretamente arrecadados em R\$ 3,3 bilhões e recursos oriundos do Tesouro Nacional em R\$ 3,7 bilhões.

A Contribuição Social do Salário-Educação, fonte 113, estabelecida na mesma lei, foi de R\$ 3,1 bilhões, sendo que essa arrecadação bruta, após deduções legais foi distribuída entre Cota Federal (1/3), integrante do orçamento próprio da Autarquia, e Cota Estadual (2/3), pertencente ao orçamento global.

A Secretaria do Bolsa-Escola subordinada ao MEC, criada pela Lei 10.219/01, recebeu, mediante transferência de recursos do FNDE, R\$ 1,7 bilhão para execução da Ação Governamental 12.243.040.0615 - Participação em Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima Associados a Ações Sócio-Educativas (Lei 9.533/97).

Durante o exercício, créditos adicionais foram solicitados e aprovados, resultando num orçamento global de R\$ 5,5 bilhões: R\$ 3,5 bilhões de orçamento próprio e R\$ 2,0 bilhões de dotação final para execução da Cota Estadual, sendo R\$ 4,5 bilhões classificados junto ao Orçamento Fiscal da União e R\$ 1,0 bilhão no Orçamento da Seguridade Social.

A tabela 30, abaixo, demonstra a receita estimada e a efetivada, por fonte, pela Autarquia durante o ano.

TABELA 30
RECEITA ESTIMADA E EFETIVADA POR FONTE DE RECURSOS

FONTES DE RECURSOS	RECEITA ESTIMADA (A)	RECEITA EFETIVADA (B)	% (B/A)
RECURSOS ORDINÁRIOS	100	652.711.692	99,86%
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	112	662.082.994	99,98%
CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - QF	113	906.508.350	103,29%
RENDA LÍQUIDA DA LOTERIA FEDERAL INSTANTÂNEA	121	15.078.209	100,00%
RENDA LÍQUIDA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	122	445.424.366	100,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	148	119.999.999	100,00%
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	50	-	100.017
CONTRIBUIÇÃO P/ FINANC. DA SEGURIDADE SOCIAL	153	8.946.456	9.208.243
CONTRIBUIÇÃO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	156	2.718.272	2.434.670
FUNDO DE COMBATE A ERRADICAÇÃO DA POBREZA	179	27.742.000	41.747.698
PROD. DE APLIC. À CONTA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	213	100.450.880	100,00%
RECURSOS NÃO FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	250	40.000.000	79.173.359
RECURSOS ORDINÁRIOS	300	-	671.443
RECURSOS NÃO FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	650	-	158.995.568
RECURSOS DESTINADOS A MANUT. E DES. DO ENSINO	1112	72.754.482	72.754.482
CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1113	131.256.518	131.394.818
SUBTOTAL	3.185.674.218	3.427.539.403	107,59%
CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - QE	113	2.075.529.734	2.045.590.909
TOTAL	5.261.203.952	5.473.130.312	104,03%

Fonte: FNDE/Dirof/Geplo

As tabelas 31 e 32, a seguir, apresentam a execução orçamentária no exercício de 2001, por programa de Governo, e o percentual de representatividade da dotação orçamentária de cada um deles nos orçamentos global e próprio do FNDE.

TABELA 31
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO

	PROGRAMAS	DOTAÇÃO FINAL 2001	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO %	Em R\$	SALDO
0040	TODA CRIANÇA NA ESCOLA	2.885.896.046	2.523.457.836	87,44	362.438.210	
0042	ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS	86.138.000	51.490.829	59,78	34.647.171	
0047	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	318.884.738	282.331.522	88,54	36.553.216	
0049	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	21.144.100	19.636.244	92,87	1.507.856	
0055	ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.600.000	3.207.130	89,09	392.870	
0067	ATENÇÃO À CRIANÇA	18.379.405	13.513.122	73,52	4.866.283	
0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	1.653.682	1.651.594	99,87	2.088	
0150	ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS	400.000	295.073	73,77	104.927	
0172	CULTURA AFRO-BRASILEIRA	100.000	95.531	95,53	4.469	
0668	PAZ NAS ESCOLAS	1.400.000	793.935	56,71	606.065	
0750	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	45.993.524	43.170.000	93,86	2.823.523	
0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	188.000	187.998	100,00	2	
0901	OP. ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	2.180.170	2.174.916	99,76	5.254	
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	11.642.913	11.642.913	100,00	0	
SUBTOTAL		3.397.600.578	2.953.648.643	86,93	443.951.935	
0369	COTA-PARTE DOS ESTADOS E DF - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.075.529.734	2.045.590.909	98,56	29.938.825	
SUBTOTAL		2.075.529.734	2.045.590.909	98,56	29.938.825	
TOTAL GERAL		5.473.130.312	4.999.239.552	91,34	473.890.760	

Fonte: FNDE/Dirof/Geplo

TABELA 32
PERCENTUAL DE REPRESENTATIVIDADE DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS NOS ORÇAMENTOS PRÓPRIO E GLOBAL DO FNDE

	PROGRAMAS	Dotação Final 2001 (em R\$)	Orçamento Próprio (%)	Orçamento Global (%)
0040	TODA CRIANÇA NA ESCOLA	2.885.896.046	84,94%	52,73%
0042	ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS	86.138.000	2,54%	1,57%
0047	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	318.884.738	9,39%	5,83%
0049	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	21.144.100	0,62%	0,39%
0055	ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.600.000	0,11%	0,07%
0067	ATENÇÃO À CRIANÇA	18.379.405	0,54%	0,34%
0100	ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	1.653.682	0,05%	0,03%
0150	ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS	400.000	0,01%	0,01%
0172	CULTURA AFRO-BRASILEIRA	100.000	0,00%	0,00%
0668	PAZ NAS ESCOLAS	1.400.000	0,04%	0,03%
0750	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	45.993.524	1,35%	0,84%
0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	188.000	0,01%	0,00%
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	2.180.170	0,06%	0,04%
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	11.642.913	0,34%	0,21%
SUBTOTAL		3.397.600.578	100,00%	62,08%
COTA-PARTE DOS ESTADOS E DF- SALÁRIO-EDUCAÇÃO		2.075.529.734		37,92%
SUBTOTAL		2.075.529.734		37,92%
TOTAL GERAL		5.473.130.312		100,00%

Fonte: FNDE/Dirof/Geplo

As tabelas 33 e 34, a seguir, ilustram os créditos adicionais aprovados para o orçamento de 2001, por fonte e por programa de trabalho.

TABELA 33
DEMONSTRATIVO DE CRÉDITOS APROVADOS POR PROGRAMA DE TRABALHO E POR ATO LEGAL

PROGRAMA DE TRABALHO	VALOR (em R\$)	ATO LEGAL
	SUPLEMENTAÇÃO (A)	NÚMERO
	CANCELAMENTO (B)	DATA
12.122.0750.2000.0311 Manutenção de Serviços Administrativos	2.000.000	LEI 10.388 28/12/2001
12.122.0750.2002.0281 Manutenção e Conservação de Bens e Imóveis	1.225.568	LEI 10388 28/12/2001
12.126.0042.3697.0003 PROINFO	3.500.000	LEI 10.388 28/12/2001
12.126.0042.3697.0003 PROINFO	16.000.000	LEI 10.388 28/12/2001
12.126.0750.2003.0147 Ações de Informática	5.600.000	LEI 10.319 11/12/2001
12.126.0750.2003.0147 Ações de Informática	-	5.600.000 LEI 10.319 11/12/2001
12.126.0750.2003.0147 Ações de Informática	1.770.000	LEI 10.386 28/12/2001
12.306.0040.4037.0057 Alimentação Escolar - Nacional	-	1.424.000 DECRETO 07/06/2001
12.306.0040.4037.0079 Alimentação Escolar - MG	-	2.342.000 DECRETO 07/06/2001
12.306.0040.4037.0109 Alimentação Escolar - SP	-	1.500.000 DECRETO 07/06/2001
12.361.0040.0304.0021 FUNDEF - PIAUÍ	4.100.397	LEI 10.343 21/12/2001
12.361.0040.0304.0021 FUNDEF - PIAUÍ	7.289.595	LEI 10.343 21/12/2001
12.361.0040.0304.0033 FUNDEF - BAHIA	-	4.100.397 LEI 10.343 21/12/2001
12.361.0040.0304.0033 FUNDEF - BAHIA	-	7.289.595 LEI 10.343 21/12/2001
12.361.0040.3699.0163 Transporte Escolar	25.000.000	LEI 10.388 28/12/2001
12.361.0040.4046.0003 Distribuição de Livro Didático	24.894.852	LEI 10.388 28/12/2001
12.361.0040.4046.0003 Distribuição de Livro Didático	19.173.359	DECRETO 27/12/2001
12.361.0040.4046.0003 Distribuição de Livro Didático	20.000.000	LEI 10.388 28/12/2001
12.361.0040.4085.0001 Guarda-Chuva - PNAE	5.266.000	DECRETO 07/06/2001
12.361.0040.4085.0001 Guarda-Chuva	10.000.000	LEI 10.388 28/12/2001
12.361.0040.4085.0001 Guarda-Chuva	5.134.000	LEI 10.388 28/12/2001
12.361.0040.6121.0001 Dinheiro Direto na Escola - região Norte	1.831.635	LEI 10.388 28/12/2001
12.361.0040.6121.0001 Dinheiro Direto na Escola - região Norte	1.167.382	LEI 10.388 28/12/2001
12.361.0040.6121.0001 Dinheiro Direto na Escola - região Norte	-	83.800 DECRETO 24/10/2001
12.361.0040.6121.0001 Dinheiro Direto na Escola - região Norte	83.800	DECRETO 24/10/2001
12.361.0040.6121.0003 Dinheiro Direto na Escola - região Nordeste	5.475.210	LEI 10.388 28/12/2001
12.361.0040.6121.0003 Dinheiro Direto na Escola - região Nordeste	5.541.652	LEI 10.388 28/12/2001
12.361.0040.6121.0003 Dinheiro Direto na Escola - região Nordeste	-	372.700 DECRETO 24/10/2001
12.361.0040.6121.0003 Dinheiro Direto na Escola - região Nordeste	372.700	DECRETO 24/10/2001
12.361.0040.6121.0005 Dinheiro Direto na Escola - região Centro-Oeste	97.900	DECRETO 27/12/2001
12.361.0040.6121.0005 Dinheiro Direto na Escola - região Centro-Oeste	40.400	DECRETO 27/12/2001
12.361.0040.6121.0005 Dinheiro Direto na Escola - região Centro-Oeste	1.314.899	LEI 10.388 28/12/2001
12.361.0040.6121.0005 Dinheiro Direto na Escola - região Centro-Oeste	809.404	LEI 10.388 28/12/2001
12.361.0040.6125.0001 Dinheiro Direto na Escola - região Sul	2.352.128	LEI 10.388 28/12/2001
12.361.0040.6125.0001 Dinheiro Direto na Escola - região Sul	1.680.551	LEI 10.388 28/12/2001
12.361.0040.6125.0003 Dinheiro Direto na Escola - região Sudeste	-	97.900 DECRETO 27/12/2001
12.361.0040.6125.0003 Dinheiro Direto na Escola - região Sudeste	-	40.400 DECRETO 27/12/2001
12.361.0040.6125.0003 Dinheiro Direto na Escola - região Sudeste	5.281.411	LEI 10.388 28/12/2001
12.361.0040.6125.0003 Dinheiro Direto na Escola - região Sudeste	4.418.329	LEI 10.388 28/12/2001
12.361.0040.6125.0005 Dinheiro Direto na Escola - Distrito Federal	230.038	LEI 10.388 28/12/2001
12.361.0040.6125.0005 Dinheiro Direto na Escola - Distrito Federal	2.509	LEI 10.388 28/12/2001
12.361.0042.1181.0001 TV Escola	1.400.000	DECRETO 12/07/2001
12.361.0042.1181.0001 TV Escola	13.300.000	DECRETO 12/07/2001
12.361.0042.1181.0101 TV Escola	50.000	DECRETO 12/07/2001
12.361.0042.1181.0103 TV Escola	50.000	DECRETO 12/07/2001
12.361.0042.1181.0105 TV Escola	50.000	DECRETO 12/07/2001
12.361.0042.1181.0107 TV Escola	50.000	DECRETO 12/07/2001
12.361.0042.1181.0109 TV Escola	50.000	DECRETO 12/07/2001
12.361.0042.1181.0111 TV Escola	50.000	DECRETO 12/07/2001
12.366.0047.0081.0001 Garantia de Padrão Mínimo - RECOMEÇO / AC	311.673	LEI 10.343 21/12/2001
12.366.0047.0081.0005 Garantia de Padrão Mínimo - RECOMEÇO / RO	562.304	LEI 10.343 21/12/2001
12.366.0047.0081.0007 Garantia de Padrão Mínimo - RECOMEÇO / RR	104.903	LEI 10.343 21/12/2001
12.366.0047.0081.0009 Garantia de Padrão Mínimo - RECOMEÇO / TO	82.455	LEI 10.343 21/12/2001
12.366.0047.0081.0011 Garantia de Padrão Mínimo - RECOMEÇO / AL	1.059.840	LEI 10.343 21/12/2001
12.366.0047.0081.0013 Garantia de Padrão Mínimo - RECOMEÇO / BA	99.245	LEI 10.343 21/12/2001
12.366.0047.0081.0015 Garantia de Padrão Mínimo - RECOMEÇO / CE	678.592	LEI 10.343 21/12/2001
12.366.0047.0081.0017 Garantia de Padrão Mínimo - RECOMEÇO / MA	1.152.599	LEI 10.343 21/12/2001
12.366.0047.0081.0019 Garantia de Padrão Mínimo - RECOMEÇO / PB	691.725	LEI 10.343 21/12/2001
12.366.0047.0081.0021 Garantia de Padrão Mínimo - RECOMEÇO / PE	2.015.743	LEI 10.343 21/12/2001
12.366.0047.0081.0023 Garantia de Padrão Mínimo - RECOMEÇO / PI	514.878	LEI 10.343 21/12/2001
12.366.0047.0081.0025 Garantia de Padrão Mínimo - RECOMEÇO / RN	1.173.092	LEI 10.343 21/12/2001
12.366.0047.0081.0027 Garantia de Padrão Mínimo - RECOMEÇO / SE	561.591	LEI 10.343 21/12/2001
12.366.0047.0081.0029 Garantia de Padrão Mínimo - RECOMEÇO / AM	-	2.289.387 LEI 10.343 21/12/2001
12.366.0047.0081.0033 Garantia de Padrão Mínimo - RECOMEÇO / ES	-	2.343.840 LEI 10.343 21/12/2001
12.366.0047.0081.0035 Garantia de Padrão Mínimo - RECOMEÇO / GO	-	1.337.608 LEI 10.343 21/12/2001
12.366.0047.0081.0037 Garantia de Padrão Mínimo - RECOMEÇO / MG	-	1.103.825 LEI 10.343 21/12/2001
12.366.0047.0081.0041 Garantia de Padrão Mínimo - RECOMEÇO / PR	-	1.933.980 LEI 10.343 21/12/2001
12.366.0047.2047.0001 Alfabetização Solidária	3.822.858	DECRETO 12/07/2001
12.366.0047.2047.0001 Alfabetização Solidária - Nacional - PADH	8.989.601	LEI 10.388 28/12/2001
12.366.0047.2047.0001 Alfabetização Solidária	24.366.000	LEI 10.388 28/12/2001
12.366.0047.2047.0003 Alfabetização Solidária	1.174.200	DECRETO 12/07/2001
12.366.0047.2047.0003 Alfabetização Solidária - Nacional - PISM	-	8.989.601 LEI 10.388 28/12/2001
28.846.0901.0005.0097 Cumprimento de Sentença Judicial	640.929	LEI 10.391 28/12/2001
28.846.0901.0005.0097 Cumprimento de Sentença Judicial	30.514	LEI 10.391 28/12/2001
TOTAL	244.686.461	40.849.033
A-B	203.837.4278	

Fonte: FNDE/Dirof/Geplo

TABELA 34
DEMONSTRATIVO DE CRÉDITOS APROVADOS POR FONTE DE RECURSOS

"FONTE DE RECURSOS"	VALOR (em R\$)			ATO LEGAL	
	SUPLEMENTAÇÃO (A)	CANCELAMENTO (B)	TIPO	NÚMERO	DATA
100	5.600.000	5.600.000	LEI	10.319	11/12/2001
100	5.266.000	5.266.000	DECRETO		07/06/2001
300	671.443		LEI	10.391	28/12/2001
112	11.389.992	11.389.992	LEI	10.343	21/12/2001
1.113	138.300	138.300	DECRETO		27/12/2001
179	9.008.640	9.008.640	LEI	10.343	21/12/2001
179	4.997.058		DECRETO		12/07/2001
650	1.770.000		LEI	10.386	28/12/2001
250	19.173.359		DECRETO		27/12/2001
250	20.000.000		LEI	10.388	28/12/2001
650	142.225.568		LEI	10.388	28/12/2001
179	8.989.601	8.989.601	LEI	10.388	28/12/2001
650	15.000.000		DECRETO		12/07/2001
1.113	456.500	456.500	DECRETO		24/10/2001
TOTAL	244.686.461	40.849.033			
A-B	203.837.428				

Fonte: FNDE/Dirof/Geplo

A tabela 35 ilustra a execução orçamentária procedida por Diretoria da Autarquia durante o exercício de 2001.

TABELA 35
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR DIRETORIA

DIRETORIAS	DOTAÇÃO FINAL 2001	EXECUÇÃO DA DESPESA	% EXECUTADO	Em R\$
				SALDO
DIRETORIA FINANCEIRA - DIROF	792.514.282	542.341.880	68,43%	250.172.402
DIRETORIA FINANCEIRA - DIROF Cota Estadual	2.075.529.734	2.045.590.909	98,56%	29.938.825
DIRETORIA DE PROGRAMAS E PROJ. EDUCACIONAIS - DIRPE	670.583.076	547.684.508	81,67%	122.898.568
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PRODUÇÃO - DIRAD	660.002.992	657.139.145	99,57%	2.863.846
DIRETORIA DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL - DIRAE	1.272.320.058	1.204.308.194	94,65%	68.011.864
PROCURADORIA GERAL	2.180.170	2.174.916	99,76%	5.254
TOTAL	5.473.130.312	4.999.239.552	91,34%	473.890.760

Fonte: FNDE/Dirof/Geplo

Os processos relativos à execução orçamentário-financeira implementados pela Diretoria de Administração e Produção - Dirad, relacionados aos Programas de Governo de Apoio Administrativo, Valorização do Servidor Público e Previdência de Inativos e Pensionistas da União e, aquele implementado pela Procuradoria-Geral - Proge, foram analisados pela Gerência de Planejamento e Orçamento. A efetivação de pré-empenho permitiu maior controle e acompanhamento, bem como a otimização da execução orçamentária no exercício de 2001.

O Sistema Integrado de Gestão Financeira - Sigef, informatizado, pretende introduzir técnicas modernas de gestão do orçamento da Autarquia. Descentralizou procedimentos, permitindo, ao gestor, total controle da execução orçamentária. Isto possibilitou o planejamento das ações e metas financeiras de cada Diretoria e o levantamento da execução orçamentária e financeira da Autarquia.

A Gerência de Planejamento e Orçamento acompanhará essa nova forma de gestão em 2002. Sua meta é implementar ações de planejamento que promoverão melhoria qualitativa nas tarefas de proposição e execução orçamentária.

4.1.6 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEF

O Fundef, criado pela Emenda Constitucional 14/96 e regulamentado pela Lei 9.424/96 e pelo Decreto 2.264/97, assegurou o desenvolvimento e a universalização do ensino fundamental e a valorização do magistério, mediante remuneração condigna. É mantido por recursos dos próprios estados e municípios, originários de fontes já existentes, acrescidos de uma parcela de recursos novos da União.

Constitui-se de 15% (quinze por cento) do(s):

- Fundo de Participação dos Estados - FPE;
- Fundo de Participação dos Municípios - FPM;
- ICMS;
- IPI Exportação;
- Recursos oriundos da Lei Complementar 87/96, que prevê o ressarcimento, pela União, das perdas de receitas na desoneração das exportações de produtos primários;
- Complementação da União.

Os valores devidos a cada estado ou município consideram o número de alunos matriculados no ensino fundamental, de 1a a 8a série, de acordo com as informações constantes do Censo Escolar do ano anterior. Os coeficientes de distribuição dos recursos por aluno foram publicados por intermédio da Portaria/MEC 2.188/2000 (Tabela 36).

Os recursos são creditados, automaticamente, em conta específica no Banco do Brasil, calculados com base no valor mínimo nacional a ser investido por aluno/ano.

O valor mínimo anual, definido no Decreto 3.742/01 foi de R\$ 363,00 para alunos de 1^a a 4^a séries e R\$

381,15 para os de 5^a a 8^a séries e Educação Especial (Tabela 37). A União repassou, a título de Complementação, o montante de R\$ 426,4 milhões oriundos das Fontes de Recursos 0100, 0112 (Tesouro) e 0113 (Salário Educação - FNDE), destinados a seis estados das regiões Norte e Nordeste, conforme Portaria/MF 288/01 (Tabela 38 e 39).

Devido a limitações orçamentárias, o FNDE não pôde destinar ao Fundo, como vinha acontecendo desde sua criação, a totalidade do percentual previsto no art. 4º do Decreto 2.264/97, que é de "até 20%", contribuindo com apenas 17,54%. Com isso, o Tesouro Nacional ficou responsável pelo financiamento do restante da Complementação da União, ou seja, com 82,46%.

O Ministério da Fazenda divulgou a apuração efetiva das receitas vinculadas ao Fundef, relativas ao ano de 2000, apresentando um saldo remanescente de R\$ 25,5 milhões, destinados aos Estados da Bahia, Maranhão e Pará. Foram descontados dos estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Piauí, R\$ 28,1 milhões a título de ajuste daquele exercício. Por se tratar de ajuste relativo ao exercício de 2000, os saldos remanescentes puderam ser repassados aos estados da Bahia, Maranhão e Pará, não onerando o orçamento. O percentual de participação do FNDE, para este ajuste, foi de vinte por cento.

TABELA 36
COEFICIENTES ESTADUAIS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEF - 1997 A 2001

EXERCÍCIO	UF	1997	1998	1999	2000	2001
Alagoas	-	0,2678874482	0,2725443131	0,276020864463	0,2806005123560	
Bahia	-	0,4772570429	0,3845371099	0,373121430707	0,3630819877298	
Ceará	-	0,3569225947	0,3192291146	0,292845957724	0,2674113331071	
Maranhão	-	0,3218128106	0,2827968622	0,275625809776	0,2712782394802	
Pará	0,6094625468	0,5858517602	0,3961703767	0,367979047887	0,2968117126636	
Paraíba	-	0,4730744640	0,4278368915	0,414545696584	0,4078407962458	
Pernambuco	-	0,4787159717	0,4440746583	0,425225643286	0,3955366796267	
Piauí	-	0,3997273345	1,3553333939	0,371131236320	0,3578510020366	
BASE LEGAL	PORT. MEC 811/97	PORT. MEC 319/98, 2.302/97 e 2.223/97	PORT. MEC 1.500/98 e 131/99	PORT. MEC 13/00 e 127/00	PORT. MEC 2.188/2000	

Fonte: FNDE/Dirof/Geofi

TABELA 37
VALORES MÍNIMOS ANUAIS POR ALUNO - 1997 A 2001

VALOR MÍNIMO POR ALUNO (em R\$)	1997	1998	1999	2000	2001
1 ^a a 4 ^a séries	300,00	315,00	315,00	333,00	363,00
5 ^a a 8 ^a séries e Educação Especial	300,00	315,00	315,00	349,65	381,15
Base Legal	Lei 9.424/96	Dec. 2.440/97	Dec. 2.935/99	Dec. 3.326/99	Dec. 3.742/01

Fonte: FNDE/Dirof/Geofi

TABELA 38
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEF

UF	COMPLEMENTAÇÃO DE 2001			AJUSTE POSITIVO/2000			AJUSTE NEGATIVO/2000			Em R\$
	STN	FNDE	TOTAL	STN	FNDE	TOTAL	STN	FNDE	TOTAL	
	82,46%	17,54%	100,00%	80,00%	20,00%	100,00%	80,00%	20,00%	100,00%	
AL	2.157.139	458.911	2.616.050	0	0	0	(3.329.144)	(832.286)	(4.161.430)	(1.545.380)
BA	151.490.134	32.228.066	183.718.200	8.031.620	2.007.905	10.039.525	0	0	0	193.757.725
CE	12.616.640	2.684.068	15.300.708	0	0	0	(13.954.375)	(3.488.594)	(17.442.969)	(2.142.261)
MA	113.151.012	24.071.788	137.222.800	9.109.257	2.277.314	11.386.571	0	0	0	148.609.371
PA	54.864.835	11.671.965	66.536.800	3.283.220	820.805	4.104.025	0	0	0	70.640.825
PB	0	0	0	0	0	0	(3.056.342)	(764.085)	(3.820.427)	(3.820.427)
PE	0	0	0	0	0	0	(1.199.244)	(299.811)	(1.499.055)	(1.499.055)
PI	17.329.843	3.686.757	21.016.600	0	0	0	(945.785)	(236.446)	(1.182.231)	19.834.369
TOTAL	351.609.603	74.801.555	426.411.158	20.424.097	5.106.024	25.530.121	(22.484.890)	(5.621.222)	(28.106.112)	423.835.167

Fonte: FNDE/Dirof/Geofi

TABELA 39
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEF - 1997 A 2001

EXERCÍCIO	UF	1997		1998		1999		2000		2001		Em R\$
		1998	AJUSTE 1997	1999	AJUSTE 1998	2000	AJUSTE 1999	2001	AJUSTE 2000			
Alagoas		0	1.300.426	0	5.180.878	(1.300.426)	4.161.430	(1.960.530)	2.616.050	(4.161.430)		
Bahia		0	112.330.100	0	217.130.496	31.612.407	181.147.799	(1.983.197)	183.718.200	10.039.525		
Ceará		0	48.201.500	0	58.803.593	(1.788.423)	20.314.457	(25.284.512)	15.300.708	(17.442.969)		
Maranhão		0	130.499.500	0	158.109.459	23.036.539	157.463.601	16.371.601	137.222.800	11.386.571		
Pará		59.218.680	94.024.151	3.477.423	115.267.023	18.429.954	90.126.301	1.234.065	66.536.800	4.104.025		
Paraíba		0	3.163.937	0	13.381.132	(3.163.937)	3.820.427	(8.657.717)	0	(3.820.427)		
Pernambuco		0	10.534.766	0	15.954.805	(4.278.442)	1.499.055	(7.834.922)	0	(1.499.055)		
Piauí		0	21.417.450	0	25.845.640	2.636.885	29.497.900	(1.568.867)	21.016.600	(1.182.231)		
TOTAL		59.218.680	421.471.830	3.477.423	609.673.026	65.184.557	488.030.970	(29.684.079)	426.411.158	(2.575.991)		
BASE LEGAL		POR. MF	POR. MF	PORT. MF	PORT. MF	PORT. MF	PORT. MF	PORT. MF	PORT. MF	PORT. MF		
		165/97	341/98	013/99	349/99	317/99	354/00	353/00	288/01	312/01		

Fonte: FNDE/Dirof/Geofi

4.1.7 EXECUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

Foram arrecadados recursos financeiros no valor de R\$ 5,3 bilhões, dos quais R\$ 3,5 bilhões são receitas próprias, e o restante, R\$ 1,8 bilhão, são transferências financeiras do Tesouro Nacional, repasses do Departamento de Imprensa Nacional - DIN - FR 0150, destinados ao pagamento de pessoal cedido a esta Autarquia e recursos oriundos do Banco Mundial, visando o financiamento das ações do Fundo de Fortalecimento da Escola - Fundescola.

O montante arrecadado representou 96% da receita estimada na Lei Orçamentária Anual - LOA. A parcela não realizada no exercício é decorrente de uma pequena frustração de receita da Fonte de Recursos 0113 (Salário-Educação), da ordem de 1,44%. Ademais, houve a frustração de alguns repasses devidos pelo Tesouro Nacional, face a não efetivação da totalidade das despesas fixadas e, ainda, da inscrição de outras em Restos à Pagar, cujos desembolsos pelo Tesouro, via de regra, são cumpridos somente no exercício seguinte àquele da inscrição da despesa.

TABELA 40
DEMONSTRATIVO DA RECEITA REALIZADA E SUA EXECUÇÃO

ORÇAMENTO	FONTE	DOTAÇÃO AUTORIZADA		%	LIQUIDADA	DESPESA EFETUADA		TOTAL	%
		A	B			C = B/A	INSCRITA EM RAP		
TESOURO	0100	651.813.782,00	641.592.686,27	98,43%	628.751.669,05	13.906.386,42	642.658.055,47	98,60%	
	0100	651.813.782,00	641.592.686,27	98,43%	628.751.669,05	13.906.386,42	642.658.055,47	98,60%	
	0121	15.078.209,00	13.248.140,60	87,86%	13.248.140,60	0,00	13.248.140,60	87,86%	
	0122	445.424.366,00	438.994.717,68	98,56%	438.994.717,68	0,00	438.994.717,68	98,56%	
	0150	100.016,69	100.016,69	100,00%	100.016,69	0,00	100.016,69	100,00%	
	0153	9.208.243,00	9.067.014,00	98,47%	9.055.775,08	152.467,92	9.208.243,00	100,00%	
	0156	2.434.670,00	2.434.670,00	100,00%	2.418.073,55	16.596,45	2.434.670,00	100,00%	
	0179	41.747.698,00	28.943.505,60	69,33%	15.135.294,72	13.808.210,88	28.943.505,60	69,33%	
	0300	671.443,00	0,00	0,00%	0,00	667.683,18	667.683,18	99,44%	
	Subtotal	1.901.215.903,69	1.662.244.243,45	87,43%	1.634.284.074,53	68.548.939,27	1.702.833.013,80	89,57%	
FNDE	0148	119.999.999,00	113.417.737,32	94,51%	49.292.465,62	67.346.043,84	116.638.509,46	97,20%	
	Subtotal	119.999.999,00	113.417.737,32	94,51%	49.292.465,62	67.346.043,84	116.638.509,46	97,20%	
	TOTAL	2.021.215.902,69	1.775.661.980,77	87,85%	1.683.576.540,15	135.894.983,11	1.819.471.523,26	90,02%	
	0113150071	2.075.529.734,00	2.045.590.909,10	98,56%	1.715.085.956,19	330.504.952,91	2.045.590.909,10	98,56%	
	0113150072	1.037.764.868,00	1.022.795.454,54	98,56%	861.968.979,08	67.654.849,05	929.623.828,13	89,58%	
	Subtotal	3.113.294.602,00	3.068.386.363,64	98,56%	2.577.054.935,27	398.159.801,96	2.975.214.737,23	95,56%	
	0213	100.450.880,00	147.467.259,14	146,81%	96.887.870,54	2.378.082,32	99.265.952,86	98,82%	
	0250157001	40.000.000,00	40.000.000,00	100,00%	1.723.587,71	151.943,77	1.875.531,48	4,69%	
	0250153173	39.173.359,00	39.173.358,44	100,00%	0,00	39.173.358,44	39.173.358,44	100,00%	
	0290	0,00	26.795.053,59	-	0,00	0,00	0,00	-	
TOTAL GERAL	0650	158.995.568,00	156.498.043,31	98,43%	2.968.178,06	61.254.556,71	64.222.734,77	40,39%	
	TOTAL	3.451.914.409,00	3.478.320.078,12	100,76%	2.678.634.571,58	501.117.743,20	3.179.752.314,78	92,12%	
TOTAL GERAL		5.473.130.311,69	5.253.982.058,89	96,00%	4.362.211.111,73	637.012.726,31	4.999.223.838,04	91,34%	

Fonte: FNDE/Dirof/Geofi

A tabela 40 demonstra, por fonte de recursos, a receita realizada no exercício, com o respectivo índice de execução.

A despesa com projetos e atividades a cargo desta Autarquia tiveram índices significativos, embora a quase totalidade dos créditos orçamentários de suplementação só foram disponibilizados no Sistema em dezembro, comprometendo, em parte, a execução. Estes fatos ocorreram porque não houve tempo para a realização de algumas despesas. Com isto, acarretou a procrastinação da liquidação e pagamento das despesas contraídas à conta dos créditos.

Outros fatos interferiram no desempenho da execução da despesa. Estes se relacionam com a imposição de cotas de limite orçamentário para emissão de empenhos, disponibilização de dotações orçamentárias em valores superiores necessários ao cumprimento de algumas obrigações governamentais. Podemos citar os casos dos créditos autorizados para fazer frente às despesas do Programa Recomeço e da Complementação da União para o Fundef. No caso específico do Fundef, a despesa fixada na LOA, R\$ 675,4 milhões, superou em 29,49% a complementação devida aos estados e municípios, R\$ 476,2 milhões, já incluindo o valor estimado do ajuste de 2001 a ser cumprido no exercício seguinte, correspondente a R\$ 49,8 milhões.

Visando melhor demonstrar os reflexos de tais ocorrências na execução da despesa, são apresentadas, a seguir, duas tabelas distintas. Na tabela 41 é espelhada a execução total do exercício, por Programas de Governo e Projetos/Atividades, cujos índices de execução orçamentária e financeira foram apurados, respectivamente, pela variação da Dotação Utilizada/Dotação Autorizada e Despesa Paga/Dotação Utilizada, ou seja, 91,34% e 87,26%, respectivamente. Na tabela 42, a apuração dos índices baseou-se nas cotas de limite orçamentário disponibilizadas pela SPO/MEC, expurgando-se, no caso da execução financeira, aquelas relativas aos créditos de suplementação empenhados e não liquidados e os pagos dentro do exercício,

devido à liberação tardia dos mesmos. Nesta segunda versão, conforme pode-se observar, os índices atingidos são bem mais expressivos, da ordem de 99,97% para a execução orçamentária e 93,43% para a execução financeira.

Ainda em relação à tabela 42, considerando o critério para a apuração do índice de execução financeira, ressaltamos que do total das inscrições em Restos a Pagar, R\$ 637,0 milhões, 59,7% estão representados por compromissos decorrentes da Complementação da União ao Fundef (ajuste) e da Cota-Estadual do Salário-Educação devida aos estados. Os desembolsos, por força de regulamentação, só não efetuados no exercício seguinte.

A diferença entre o total da dotação utilizada (R\$ 4.999.239.551,91) e o total da despesa (R\$ 4.999.223.838,04), no valor de R\$ 15.713,87, foi devido aos destaques e repasses concedidos no decorrer do exercício.

Houve três inconsistências:

- devolução de recursos financeiros, no total de R\$ 20.196,27 pelas Unidades Gestoras - UG's 150045 (Remec/RJ - R\$ 14.478,73) e 150046 (Remec/SP - R\$ 5.717,54), sem que houvesse, também, a devolução dos créditos orçamentários correspondentes;
- a devolução, pela UG 160509 (SEF/MEC), de R\$ 6.489,60 em créditos orçamentários, sem a devolução do respectivo recurso financeiro;
- a não devolução de R\$ 2.007,20 em crédito orçamentário, por parte da UG 152004 (IBC/MEC/RJ), pois, apesar de o destaque dos recursos orçamentários ter sido efetuado, não foi repassado o respectivo recurso financeiro.

Tais inconsistências não tiveram tempo hábil para serem corrigidas, pois as mesmas somente foram detectadas próximo da data final de ajuste do exercício de 2001, impossibilitando o contato com as UGs beneficiárias.

TABELA 42
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

GRUPOS DE FONTE	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				EXECUÇÃO FINANCEIRA				Em R\$
	LIMITES DISPONIBILIZADOS	EMPENHOS/DESTAQUES EMITIDOS	%	EMPENHOS/DESTAQUES EMITIDOS	DESPESA PAGA NO EXERCÍCIO	%			
A	1.371.653.589,37	1.370.875.426,99	99,94%	1.370.875.426,99	1.290.374.357,37	94,13%			
B	1.048.833.802,58	1.048.805.250,95	99,99%	948.634.725,74	888.747.060,39	93,69%			
C	28.943.505,60	28.943.505,60	100,00%	28.943.505,60	15.135.294,72	52,29%			
TOTAL	2.449.430.897,55	2.448.624.183,54	99,97%	2.348.453.658,33	2.194.256.712,48	93,43%			

OBS.: Excluídos os P/A relativos a: Precatórios (0005), Pessoal (0181, 0182, 2025), FUNDEF (0304) e Quota Estadual (0369), pois estes P/A não sensibilizam as contas de limites orçamentários.

TABELA 41
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA DE GOVERNO E PROJETOS/ATIVIDADES

PROGRAMAS	(POR PROJETO/ATIVIDADE)	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						EXECUÇÃO FINANCEIRA						TOTAL GERAL DA DESPESA	DA %	EM R\$		
			DESPESA EMPENHADA	DESTAQUES CONCEDIDOS	DOTAÇÃO UTILIZADA	%	DESPESA PAGA			DESPESA INSCRITA EM RAP									
							D = B + C	E = D/A	F	G	H = F + G	I	J	K = I + J	L = H + K	M = H/D			
0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA		A	B	C	D = B + C	E = D/A	F	G	H = F + G	I	J	K = I + J	L = H + K	M = H/D					
0304 FUNDEF - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO		675.403.282,00	476.209.584,00	0,00	476.209.584,00	70,51%	426.411.158,00	0,00	426.411.158,00	49.798.426,00	0,00	49.798.426,00	476.209.584,00	89,54%					
3693 FUNDESCOLA II		119.999.999,00	98.560.855,96	18.077.653,50	116.638.509,46	97,20%	31.214.812,12	18.077.653,50	49.292.465,62	67.346.043,84	0,00	67.346.043,84	116.638.509,46	42,26%					
3699 PNTE - VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR		85.679.834,00	52.804.035,33	0,00	52.804.035,33	61,63%	52.804.035,33	0,00	52.804.035,33	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00%					
4037 PNAE - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		915.006.810,00	901.793.403,14	382.590,41	902.175.993,55	98,60%	901.793.403,14	387.072,81	902.180.475,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00%				
4041 SME (BOLSA) - AQUISIÇÃO DE VAGAS NA REDE PARTICULAR DE ENSINO		39.600.000,00	1.475.531,48	0,00	1.475.531,48	3,73%	1.323.587,71	0,00	1.323.587,71	151.943,77	0,00	151.943,77	1.475.531,48	89,70%					
PNSE - ASSISTÊNCIA MÉDICA E DENTALÓGICA A ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL		16.119.000,00	10.085.707,66	0,00	10.085.707,66	62,57%	6.196.104,49	0,00	6.196.104,49	3.889.603,17	0,00	3.889.603,17	10.085.707,66	61,43%					
4045 PNB/E - DISTRIBUIÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS PARA ESCOLAS		28.179.101,00	28.174.366,13	0,00	28.174.366,13	99,98%	18.354.268,17	0,00	18.354.268,17	9.820.097,96	0,00	9.820.097,96	28.174.366,13	65,15%					
4046 PNLD - DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES		572.345.772,00	570.894.344,22	1.417.929,99	572.312.274,21	99,99%	468.327.079,84	1.417.929,99	469.745.009,83	102.567.264,38	0,00	102.567.264,38	572.312.274,21	82,08%					
4085 PTA (G CHUVA) - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL		73.911.000,00	18.506.332,76	42.943.301,78	61.449.634,54	83,14%	18.380.879,50	30.943.293,51	49.324.173,01	125.453,26	11.979.812,00	12.105.265,26	61.429.438,27	80,27%					
5614 PTA - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A MELHORIA DE ESCOLAS		2.338.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
6121 PODE - DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO		220.289.482,00	183.859.700,00	0,00	183.859.700,00	83,46%	183.859.700,00	0,00	183.859.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	183.859.700,00	100,00%				
6125 PODE - DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - REGIÕES SUL, SUDESTE E DISTRITO		137.023.766,00	118.272.500,00	0,00	118.272.500,00	86,32%	118.272.500,00	0,00	118.272.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118.272.500,00	100,00%				
SUBTOTAL		2.885.896.046,00	2.460.636.360,68	62.821.475,68	2.523.457.836,36	87,44%	2.226.937.528,30	50.825.949,81	2.277.763.478,11	233.698.832,38	11.979.812,00	245.678.644,38	2.523.442.122,49	90,26%					
0042 ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS																			
1181 PTA (TV ESCOLA) - EQUIPAMENTOS PARA TV ESCOLA		15.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
2337 PTA (ENS. FUNDAM.) - APOIO A INSTITUIÇÕES DE ENSINO		100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	100,00%	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100,00%				
3160 PTA (ENS. FUNDAM.) - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		3.088.000,00	0,00	3.088.000,00	3.088.000,00	100,00%	0,00	3.088.000,00	3.088.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.088.000,00	100,00%				
3203 PTA (ENS. FUNDAM.) - FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES		100.000,00	99.873,58	0,00	99.873,58	99,87%	99.873,58	0,00	99.873,58	0,00	0,00	0,00	0,00	99.873,58	100,00%				
3205 PTA (ENS. FUNDAM.) - FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES		12.000.000,00	12.000.000,00	0,00	12.000.000,00	100,00%	12.000.000,00	0,00	12.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000.000,00	100,00%				
3697 PTA (PROINFO) - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA		51.850.000,00	0,00	32.202.974,56	32.202.974,56	62,11%	0,00	32.202.974,56	32.202.974,56	0,00	0,00	0,00	0,00	32.202.974,56	100,00%				
4088 PTA (ACEL. APENDIZ) - CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR - ACEL DA APRENDAZIGEM		4.000.000,00	3.999.981,30	0,00	3.999.981,30	100,00%	3.999.981,30	0,00	3.999.981,30	0,00	0,00	0,00	0,00	3.999.981,30	100,00%				
SUBTOTAL		86.138.000,00	16.199.854,88	35.290.974,56	51.490.829,44	59,78%	16.199.854,88	35.290.974,56	51.490.829,44	0,00	0,00	0,00	0,00	51.490.829,44	100,00%				
0047 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS																			
0081 PTA (RECOMEÇO) - GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA JOV/ADULTOS		198.751.100,00	186.109.560,00	0,00	186.109.560,00	93,64%	186.109.560,00	0,00	186.109.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	186.109.560,00	100,00%				
2047 PTA (ALE SOUJO) - ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA PARA JOVENS E ADULTOS		79.333.638,00	79.155.345,60	0,00	79.155.345,60	99,78%	33.866.844,72	0,00	33.866.844,72	45.288.500,88	0,00	45.288.500,88	79.155.345,60	42,79%					
2333 PTA (J/A) - FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS PARA OFERTA DE ENSINO FUNDAMENTAL		15.800.000,00	5.207.476,73	0,00	5.207.476,73	32,96%	246.912,00	0,00	246.912,00	4.960.564,73	0,00	4.960.564,73	5.207.476,73	4,74%					
2335 PTA (J/A) - MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		10.000.000,00	5.812.010,86	0,00	5.812.010,86	58,12%	5.803.441,42	0,00	5.803.441,42	8.569,44	0,00	8.569,44	5.812.010,86	99,85%					
3098 PTA (J/A) FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE JOVENS E ADULTOS		15.000.000,00	6.047.128,47	0,00	6.047.128,47	40,31%	5.780.379,57	0,00	5.780.379,57	266.748,90	0,00	266.748,90	6.047.128,47	95,59%					
SUBTOTAL		318.884.738,00	282.331.521,66	0,00	282.331.521,66	88,54%	231.807.137,71	0,00	231.807.137,71	50.524.383,95	0,00	50.524.383,95	282.331.521,66	82,10%					
0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL																			
4098 PTA - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL		16.444.100,00	12.636.720,59	2.366.253,27	15.002.973,86	91,24%	12.245.870,93	2.366.253,27	14.612.124,20	390.849,66	0,00	390.849,66	15.002.973,86	97,39%					
6113 PTA - AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO P/ EDUC.ESP.		2.000.000,00	1.999.509,93	0,00	1.999.509,93	99,98%	1.988.263,53	0,00	1.988.263,53	11.246,40	0,00	11.246,40	1.999.509,93	99,44%					
6123 PTA - CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A EDUCACAO ESPECIAL		300.000,00	253.352,89	0,00	253.352,89	84,45%	253.352,89	0,00	253.352,89	0,00	0,00	0,00	0,00	253.352,89	100,00%				
6137 PTA - PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA A EDUCACAO ESPECIAL		400.000,00	380.408,85	0,00	380.408,85	95,10%	380.408,85	0,00	380.408,85	0,00	0,00	0,00	0,00	380.408,85	100,00%				
6139 PTA - QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCACAO ESPECIAL		2.000.000,00	1.999.998,56	0,00	1.999.998,56	100,00%	1.999.998,56	0,00	1.999.998,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.999.998,56	100,00%				
SUBTOTAL		21.144.100,00	17.269.990,82	2.366.253,27	19.636.244,09	92,87%	16.867.894,76	2.366.253,27	19.234.148,03	402.096,06	0,00	402.096,06	19.636.244,09	97,95%					
0055 ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO EDUCACAO																			
4029 CONTROLE E INSPECÃO DA ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO EDUCACAO		1.950.000,00	1.601.939,64	0,00	1.601.939,64	82,15%	1.599.786,23	0,00	1.599.786,23	2.153,41	0,00	2.153,41	1.601.939,64	99,87%					
4051 INSPECÃO EM EMPRESAS E ESCOLAS DA REDE PRIVADA		1.650.000,00	1.605.190,75	0,00	1.605.190,75	97,28%	1.529.384,89	0,00	1.529.384,89	75.805,86	0,00	75.805,86	1.605.190,75	95,28%					
SUBTOTAL		3.600.000,00	3.207.130,39	0,00	3.207.130,39	89,09%	3.129.171,12	0,00	3.129.171,12	77.959,27	0,00	77.959,27	3.207.130,39	97,57%					

TABELA 41
Continuação

PROGRAMAS (POR PROJETO/ATIVIDADE)	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					EXECUÇÃO FINANCEIRA					TOTAL GERAL DA DESPESA	%
		DESPESA EMPENHADA	DESTAQUES CONCEDIDOS	DOTAÇÃO UTILIZADA	%	EMPENHOS LIQ.	DESPESA PAGA REPASSE CONCEDIDOS	TOTAL	EMPENHOS	REPASSE	TOTAL		
0067 ATENCAO A CRIANCA													
2331 PTA (PRÉ-ESC I) - AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE MATERIAL DIDATICO	5.292.405,00	3.667.199,14	0,00	3.667.199,14	69,29%	3.656.654,02	0,00	3.656.654,02	10.545,12	0,00	10.545,12	3.667.199,14	99,71%
3097 PTA (PRÉ-ESC I) - FORMACAO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCACAO INFANTIL	12.537.000,00	9.845.922,44	0,00	9.845.922,44	78,53%	9.552.013,35	0,00	9.552.013,35	293.909,09	0,00	293.909,09	9.845.922,44	97,01%
5612 PTA (PRÉ-ESC I) - ASSISTENCIA FINANCEIRA PARA A MELHORIA DA EDUCACAO INFANTIL	550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
SUBTOTAL	18.379.405,00	13.513.121,58	0,00	13.513.121,58	73,52%	13.208.667,37	0,00	13.208.667,37	304.454,21	0,00	304.454,21	13.513.121,58	97,75%
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNION													
0181 PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS A SERVIDORES CIVIS	11.068.073,00	11.068.073,00	0,00	11.068.073,00	100,00%	10.929.355,89	0,00	10.929.355,89	138.717,11	0,00	138.717,11	11.068.073,00	98,75%
0182 PAGAMENTO DE PENSOES A SERVIDORES CIVIS	574.840,00	574.840,00	0,00	574.840,00	100,00%	544.492,74	0,00	544.492,74	30.347,26	0,00	30.347,26	574.840,00	94,72%
SUBTOTAL	11.642.913,00	11.642.913,00	0,00	11.642.913,00	100,00%	11.473.848,63	0,00	11.473.848,63	169.064,37	0,00	169.064,37	11.642.913,00	98,55%
0100 ASSISTENCIA AO TRABALHADOR													
2004 ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	838.558,00	838.558,00	0,00	838.558,00	100,00%	838.558,00	0,00	838.558,00	0,00	0,00	0,00	838.558,00	100,00%
2010 ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	99.911,00	99.911,00	0,00	99.911,00	100,00%	93.589,14	0,00	93.589,14	6.321,86	0,00	6.321,86	99.911,00	93,67%
2011 AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	404.378,00	402.290,00	0,00	402.290,00	99,48%	394.096,17	0,00	394.096,17	8.193,83	0,00	8.193,83	402.290,00	97,96%
2012 AUXILIO ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	310.835,00	310.835,00	0,00	310.835,00	100,00%	309.672,72	0,00	309.672,72	1.162,28	0,00	1.162,28	310.835,00	99,63%
SUBTOTAL	1.653.682,00	1.651.594,00	0,00	1.651.594,00	99,87%	1.635.916,03	0,00	1.635.916,03	15.677,97	0,00	15.677,97	1.651.594,00	99,05%
0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS													
3089 PTA (EDUC. INDIG.) - CAPACITACAO DE PROFESSORES PARA A EDUCACAO INDIGENA	200.000,00	199.607,16	0,00	199.607,16	99,80%	199.607,16	0,00	199.607,16	0,00	0,00	0,00	199.607,16	100,00%
4047 PTA (EDUC. INDIG.) - DISTRIBUICAO DE MATERIAL DIDATICO P/ A EDUCACAO INDIGENA	200.000,00	95.465,70	0,00	95.465,70	47,73%	95.465,70	0,00	95.465,70	0,00	0,00	0,00	95.465,70	100,00%
SUBTOTAL	400.000,00	295.072,86	0,00	295.072,86	73,77%	295.072,86	0,00	295.072,86	0,00	0,00	0,00	295.072,86	100,00%
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA													
3204 PTA (QUILOMBOS) - FORMACAO CONTINUADA DE DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL	100.000,00	95.530,92	0,00	95.530,92	95,53%	95.530,92	0,00	95.530,92	0,00	0,00	0,00	95.530,92	100,00%
SUBTOTAL	100.000,00	95.530,92	0,00	95.530,92	95,53%	95.530,92	0,00	95.530,92	0,00	0,00	0,00	95.530,92	100,00%
0668 PAZ NAS ESCOLAS													
5396 PTA - CAPACITACAO DE EDUCADORES PARA O ENFRENTAM. VIOLENCIA	1.000.000,00	395.807,48	0,00	395.807,48	39,58%	395.807,48	0,00	395.807,48	0,00	0,00	0,00	395.807,48	100,00%
7113 PTA - EDCAO, COPIAGEM E DISTRIB. MATERIAL P/ENFRENTAM. VIOLENCIA	400.000,00	398.127,59	0,00	398.127,59	99,53%	398.127,59	0,00	398.127,59	0,00	0,00	0,00	398.127,59	100,00%
SUBTOTAL	1.400.000,00	793.935,07	0,00	793.935,07	56,71%	793.935,07	0,00	793.935,07	0,00	0,00	0,00	793.935,07	100,00%
0750 APOIO ADMINISTRATIVO													
2000 MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS	19.375.695,00	17.185.542,93	0,00	17.185.542,93	88,70%	12.473.769,24	0,00	12.473.769,24	4.711.773,69	0,00	4.711.773,69	17.185.542,93	72,58%
2002 MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMÓVEIS	2.625.568,00	2.214.713,68	0,00	2.214.713,68	84,35%	2.113.210,84	0,00	2.113.210,84	101.502,84	0,00	101.502,84	2.214.713,68	95,42%
2003 ACOES DE INFORMATICA	8.970.000,00	8.747.483,00	0,00	8.747.483,00	97,52%	6.474.535,31	0,00	6.474.535,31	2.272.947,69	0,00	2.272.947,69	8.747.483,00	74,02%
2025 REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO DA UNION E ENCARGOS SOCIAIS	15.022.260,69	15.022.260,69	0,00	15.022.260,69	100,00%	14.825.607,86	0,00	14.825.607,86	196.652,83	0,00	196.652,83	15.022.260,69	98,69%
SUBTOTAL	45.993.523,69	43.170.000,30	0,00	43.170.000,30	93,86%	35.887.123,25	0,00	35.887.123,25	7.282.877,05	0,00	7.282.877,05	43.170.000,30	83,13%
0791 VALORIZACAO DO SERVIDOR PUBLICO													
4572 CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	188.000,00	187.997,56	0,00	187.997,56	100,00%	152.468,43	0,00	152.468,43	35.529,13	0,00	35.529,13	187.997,56	81,10%
SUBTOTAL	188.000,00	187.997,56	0,00	187.997,56	100,00%	152.468,43	0,00	152.468,43	35.529,13	0,00	35.529,13	187.997,56	81,10%
0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCIAS JUDICIAIS													
0005 PRECATÓRIOS - CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO	2.180.170,00	2.174.915,58	0,00	2.174.915,58	99,76%	157.828,57	0,00	157.828,57	2.017.087,01	0,00	2.017.087,01	2.174.915,58	7,26%
SUBTOTAL	2.180.170,00	2.174.915,58	0,00	2.174.915,58	99,76%	157.828,57	0,00	157.828,57	2.017.087,01	0,00	2.017.087,01	2.174.915,58	7,26%
0903 OPERACOES ESPECIAIS: TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DEC													
0369 COTA-PARTE DOS ESTADOS E DF DO SALARIO-EDUCACAO	2.075.529.734,00	2.045.590.909,10	0,00	2.045.590.909,10	98,56%	1.715.085.956,19	0,00	1.715.085.956,19	330.504.952,91	0,00	330.504.952,91	2.045.590.909,10	83,84%
SUBTOTAL	2.075.529.734,00	2.045.590.909,10	0,00	2.045.590.909,10	98,56%	1.715.085.956,19	0,00	1.715.085.956,19	330.504.952,91	0,00	330.504.952,91	2.045.590.909,10	83,84%
TOTAL GERAL	5.473.130.311,69	4.898.760.848,40	100.478.703,51	4.999.239.551,91	91,34%	4.273.727.934,09	88.483.177,64	4.362.211.111,73	625.032.914,31	11.979.812,00	637.012.726,31	4.999.223.838,04	87,26%

TABELA 43
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Em R\$

Fonte SOF	TOTAL INSCRITO P/ PAGTº EM 2001	EXECUÇÃO DE RAP EM 2001		
		TOTAL PAGO	TOTAL CANCELADO	SALDO
0100	55.832.667,81	21.252.020,70	14.276.162,88	20.304.484,23
0112	197.366.969,24	165.559.830,50	31.807.138,74	0,00
0113	343.137.026,13	329.969.715,49	11.399.072,36	1.768.238,28
0148	33.409.750,95	33.238.374,48	171.376,47	0,00
0153	76.785,57	0,00	76.785,57	0,00
0192	750.544,95	745.079,62	5.465,33	0,00
0213	4.977.374,34	4.954.021,73	23.352,61	0,00
0250	11.427.215,60	5.650.334,76	5.776.880,84	0,00
1113	20.934.857,85	20.739.121,03	195.736,82	0,00
1292	43.200,00	33.200,00	10.000,00	0,00
TOTAL	667.956.392,44	582.141.698,31	63.741.971,62	22.072.722,51

Fonte:FNDE/Dirof/Geofi

O saldo total de RAP registrado no Siafi para pagamento em 2002 diz respeito aos valores inscritos em 2001, acrescidos dos saldos daquelas inscrições do exercício de 2000 e anteriores, não pagas ou canceladas até 31/12/2001 e pode ser visualizado na tabela 43.

Ações referentes às atividades de programação e execução orçamentário-financeira:

- aplicação financeira das disponibilidades;
- abertura de contas correntes;
- publicidade dos pagamentos.

APLICAÇÃO FINANCEIRA DAS DISPONIBILIDADES

A exemplo do ocorrido no exercício de 2000, as disponibilidades de caixa da Autarquia ficaram restritas a aplicações financeiras no extra-mercado, por intermédio do Banco do Brasil, e na Conta Única, via Secretaria do Tesouro Nacional - STN, face às limitações impostas pela legislação que regula o assunto.

Mesmo diante de algumas restrições, aliadas àquela de só poder aplicar recursos próprios, já que os oriundos das fontes do Tesouro Nacional são disponibilizados por meio de saque, o FNDE obteve, em 2001, com aplicações na Conta Única e no extra-mercado, rendimentos da ordem de R\$ 147,5 milhões, um incremento de, aproximadamente, 53% em relação ao exercício anterior (Tabela 44).

Atribui-se o incremento obtido, em relação ao exercício passado, ao aumento da arrecadação de receita própria, bem como a execução tardia de algumas Ações de Governo, possibilitando à Autarquia manter um maior volume de recursos aplicados no mercado, por prazos superiores aos habituais.

TABELA 44
COMPARAÇÃO DOS RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS - BIÊNIO 2000 - 2001

Em R\$

	2000	2001	VARIAÇÃO
			2001/2000 (%)
	96.581.341	147.467.259	52,69%

Fonte:FNDE/Dirof/Geofi

CONTAS CORRENTES

A abertura das contas correntes depositárias dos recursos transferidos é feita pelo FNDE mediante Acordos de Cooperação Mútua com a rede bancária. Esta prática torna os repasses mais ágeis, dando maior transparência ao seu acompanhamento (Tabela 45).

TABELA 45
ABERTURA DE CONTAS CORRENTES

BANCOS PARCEIROS	PROGRAMAS						TOTAL
	PODE	PNAE	PTA	PNSE	PNTE	RECOMEÇO	
BANESE	528	69	78	0	1	0	676
BANESTES	751	0	0	0	2	0	753
BANRISUL	494	0	0	0	2	0	496
BB	62.534	4.536	3.027	2	1.050	966	72.115
BEC	577	0	56	0	0	0	633
BEG	1.291	75	333	0	4	0	1.703
BRB	510	0	0	0	0	0	510
CEF	10.950	854	167	0	147	0	12.118
NCNB	58	0	0	0	12	0	70
PARAIBAN	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	77.693	5.534	3.861	2	1.218	966	89.074

Fonte:FNDE/Dirof/Geofi

No quantitativo total demonstrado na tabela anterior, inclui-se, além das contas abertas no exercício de 2001, todas as demais abertas em exercícios anteriores e que encontravam-se ativas em 31.12.2001, como é o caso daquelas depositárias de recursos vinculados aos Programas da Merenda Escolar, Dinheiro Direto na Escola e Recomeço que, por não estarem adstritas às normas de Convênio, são mantidas por prazo indeterminado.

PUBLICIDADE DOS PAGAMENTOS

Em cumprimento ao disposto na Lei 9.452/97 e em Atos Normativos Internos, são expedidos Avisos de Pagamento a todas as Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas e Conselhos de Alimentação Escolar, relativos aos repasses de recursos financeiros efetivados pela Autarquia, no prazo máximo de 48 horas da emissão da ordem bancária (Tabela 46).

DESTINATÁRIO	PROGRAMAS							TOTAL
	PDDE	PTA	PNTE	PNAE		RECOMEÇO		
				PREFEITURAS MUNICIPAIS	PM	SEDUC	PM	SEDUC
ASS. LEGISLATIVA	0	0	0	0	285	0	250	535
CÂMARA MUNICIPAL	3.313	401	975	54.607	0	11.148	0	70.444
CONS. DE ALIMENTAÇÃO	0	0	0	52.908	283	0	0	53.191
TOTAL	3.313	401	975	107.515	568	11.148	250	124.170

Além da expedição dos Avisos de Pagamento, também são expedidos pelos bancos parceiros, a título de contrapartida pela movimentação dos recursos em seus estabelecimentos, Avisos de Crédito a todos os titulares de contas correntes depositárias de recursos transferidos pelo FNDE.

4.1.9 PRESTAÇÃO DE CONTAS

Considerando os procedimentos internos definidos para o recebimento e análise dos processos de prestação de contas de convênios e transferências diretas (Merenda e PDDE), foi elaborado o Projeto de Reorganização da Gerência de Contabilidade e Análise de Prestação de Contas - Gecap. O Projeto contemplou, inicialmente, o Desenvolvimento do Sistema de Controle e Acompanhamento de Prestação e Contas de Convênios - Sicap, encontrando-se, atualmente, em fase de teste.

Visando ao atendimento às diligências recebidas dos órgãos de controle externo do Governo Federal e dos demais setores que solicitam ao FNDE informações sobre prestações de contas de convênios, foi reorganizado o setor de recebimento, formação de processos e análise documental de prestação de contas. A estrutura, as rotinas e procedimentos criados no Projeto, em parte, já foram implementados na Gerência. As demais aguardam a implementação integral do Sistema Sicap.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

- recebimento da documentação encaminhada pelos convenentes;
- triagem dos documentos e formação dos processos de prestação de contas;
- emissão de diligências aos convenentes que apresentaram documentação incompleta;
- registro de recebimento da prestação de contas junto ao Siafi;
- juntada dos processos de concessão com a respectiva prestação de contas;
- arquivamento dos processos para posterior análise físico-financeira;
- análise e emissão de parecer técnico sobre a prestação de contas dos convênios;
- instauração de tomada de contas especiais nos convênios que apresentaram irregularidades na execução do objeto conveniado;
- atendimento às diligências recebidas dos órgãos de controle interno e externo do Governo Federal e demais setores da Autarquia;
- inspeção "in loco" dos processos de tomada de contas especial para apuração do fato e quantificação do dano.

Resultados das atividades desenvolvidas pela Gerência, no exercício de 2001:

- Ofícios expedidos (informações e/ou diligências) - 11.280;
- Tomadas de Contas Especiais instauradas - 146;
- ofícios recebidos (informações e/ou diligências) - 12.484; e
- prestações de contas recebidas (recebidas/processadas/registradas) - 4.360.

A tabela 47 demonstra a evolução das prestações de contas aprovadas, ocorridas no período de dez/1997 a dez/2001.

TABELA 47
NÚMERO DE PRESTAÇÕES DE CONTAS APROVADAS

1997	1998	1999	2000 *	2001
18.849	30.764	48.487	51.664	58.378

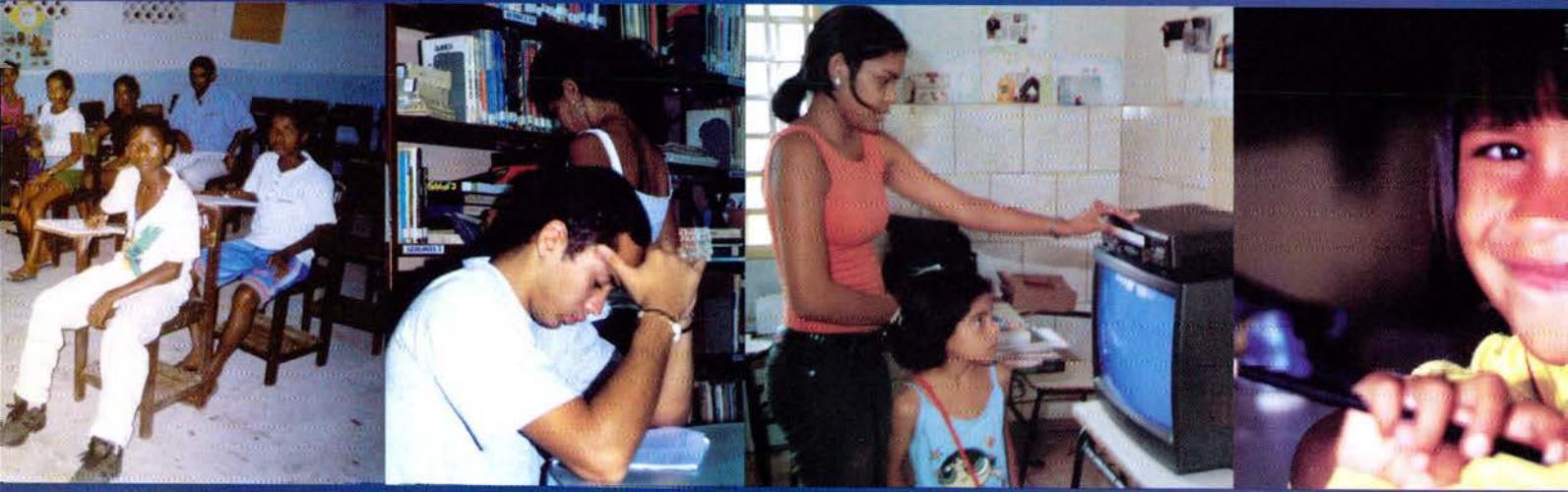
Fonte:FNDE/Dirof/Gecap

* O baixo número de prestações de contas aprovadas no exercício deu-se pelo fato de cada convênio do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE corresponder, em média, a cinco processos.



4.2

Diretoria
de Programas
e Projetos
Educacionais



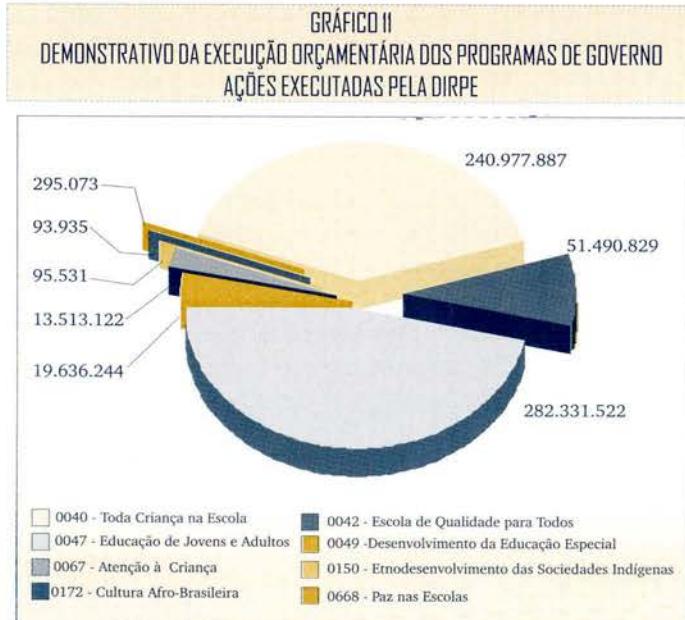
As ações implementadas pelo FNDE para transferências voluntárias de recursos direcionaram-se à melhoria da qualidade do ensino.

A formalização dessas transferências ocorre por intermédio de convênios firmados entre a Autarquia e diversas entidades das esferas municipal, estadual, federal e não-governamental que se habilitam ao processo por meio de projetos que são recebidos, analisados e aprovados no âmbito da Dirpe.

O FNDE, junto às Secretarias de Educação Fundamental - SEF/MEC e de Educação Especial - Seesp/MEC, fixaram critérios para descentralização de recursos, com vistas a contribuir para a solução de problemas educacionais identificados e para a racionalização do processo de concessão. De acordo com o programa de trabalho, os convênios são firmados com um município pólo vinculado ao Programa Parâmetros em Ação.

Resoluções específicas foram promulgadas fixando e discriminando os critérios a serem utilizados na descentralização dos recursos, bem como, a constituição dos pólos, as ações passíveis de financiamento e os parâmetros básicos para elaboração dos projetos.

Os projetos relacionados aos Programas Nacionais de Transporte do Escolar e Saúde do Escolar ficaram a cargo da Autarquia, dispensando a avaliação de mérito pelas Secretarias-fins do MEC.



A Dirpe recebeu, no exercício de 2001, 3.687 projetos de solicitação de assistência financeira. Firmaram-se 2.122 convênios, atendendo a todos os níveis/modalidades de ensino previstos nas Resoluções e nas normas do Fundescola, como se verifica, a seguir, na tabela 48.

TABELA 48
PROJETOS E CONVÊNIOS CADASTRADOS POR MODALIDADE DE ENSINO

PROGRAMA/PROJETO	NÍVEL/MODALIDADE	PROJETOS CADASTRADOS	PROJETOS CONVENIADOS
Aceleração da Aprendizagem	Ensino Fundamental	29	29
Educação Especial	Educação Especial	287	62
Ensino Fundamental	Ensino Fundamental	141	64
Fundescola	Ensino Fundamental	487	477
Educação Indígena	Ensino Fundamental	06	04
Educação de Jovens e Adultos	Ensino Fundamental	129	80
Paz nas Escolas	Ensino Fundamental	08	07
Educação Pré-Escolar	Educação Pré-Escolar	441	234
Saúde do Escolar	Ensino Fundamental	2	2
Transporte Escolar	Ensino Fundamental	1.829	969
Transporte Escolar	Educação Especial	324	190
Proinfo	Ensino Fundamental	3	3
TV Escola	Ensino Fundamental	1	1
Alfab. Solidária	Ensino Fundamental	4	4
TOTAL		3.687	2.122

Fonte:FNDE/Dirpe

A quantidade de convênios firmados decorreu da disponibilidade orçamentária (dotação e limite de empenho), da fundamentação dos projetos apresentados, da habilitação das instituições e da pertinência da solicitação.

Em 2001, 5.727 instituições públicas e não-governamentais apresentaram documentação para análise dos projetos pleiteados. Destas, 2.964 foram habilitadas, conforme tabela 49.

TABELA 49
QUANTIDADE DE ENTIDADES QUE SOLICITARAM HABILITAÇÃO

UF	TOTAL DE ENTIDADES	HABILITADAS	NÃO HABILITADAS
AC	21	13	08
AP	07	04	03
AM	54	50	04
PA	108	39	69
RO	45	36	09
RR	12	10	2
TO	107	51	56
NORTE	354	203	151
AL	93	60	33
BA	344	134	210
CE	168	75	93
MA	194	84	110
PB	197	89	108
PE	166	82	84
PI	181	106	75
RN	132	95	37
SE	69	38	31
NORDESTE	1.544	763	781
ES	105	56	49
MG	887	422	465
RJ	117	58	59
SP	733	470	263
SUDESTE	1.842	1.006	836
PR	582	263	319
RS	568	136	432
SC	354	301	53
SUL	1.504	700	804
DF	19	18	01
GO	200	121	79
MS	105	38	67
MT	159	115	44
OCESTE	483	282	191
BRASIL	5.727	2.964	2.763

Fonte:FNDE/Dirpe

A maior parte das instituições não habilitadas apresentou problemas com a documentação exigida, não atendendo ao disposto na Lei 9.995/00 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelecem os critérios para as transferências voluntárias de recursos.

Implementaram-se ações para a formação e capacitação de 111.974 docentes e profissionais da área, contemplando 22.691 escolas. Beneficiaram-se 3.602.444 alunos, como demonstrado na tabela 50 a seguir.

TABELA 50
CURSOS DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO
SEGUNDO OS NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINO

PROGRAMA/NÍVEIS/MODALIDADES	QUANTIDADE		
	DOCENTES	ESCOLAS BENEFICIADAS	ALUNOS
Educação Fundamental	41.824	8.328	1.585.566
Educação Indígena	462	126	15.289
Aceleração de Aprendizagem	7.663	1.951	245.357
*Educação de Jovens e Adultos	12.261	-	331.459
Alfabetização Solidária	14.269	-	356.725
Educação. Especial	8.259	1.113	117.900
Educação Afro-Brasileira	394	114	8.711
Educação Infantil	25.118	10.618	620.263
Paz nas Escolas	1.724	441	321.174
TOTAL	111.974	22.691	3.602.444

Fonte: FNDE/Dirpe - Sape

*Os dados do Programa Recomeço não estão inclusos.

Os recursos liberados para aquisição, impressão e produção de material beneficiaram 536.205 alunos provenientes de 6.433 escolas, conforme tabela 51, a seguir.

TABELA 51
AQUISIÇÃO, IMPRESSÃO E PRODUÇÃO
DE MATERIAL DIDÁTICO SEGUNDO OS NÍVEIS/MODALIDADES

NÍVEIS / MODALIDADES	QUANTIDADE	
	ALUNOS	ESCOLAS
Educação Indígena	10.425	153
Aceleração de Aprendizagem	107.913	1.721
* Educação de Jovens e Adultos	274.378	-
Educação Especial	98.718	1.865
Educação Infantil	73.019	2.469
Paz nas Escolas	71.752	225
TOTAL	536.205	6.433

Fonte: FNDE/Dirpe - Sape

* Não incluídos os quantitativos dos programas Alfabetização Solidária e Recomeço

4.2.1 TODA CRIANÇA NA ESCOLA (PROGRAMA 0040)

O objetivo do Programa de Governo Toda Criança na Escola é "contribuir para a universalização do ensino fundamental assegurando equidade nas condições de acesso e permanência".

Nesse Programa, cinco ações têm sua execução implementada por intermédio de convênios que são operacionalizados no FNDE, com destaque para Transporte do Escolar, Saúde do Escolar, e Fundescola II.

A dotação orçamentária referente a essas ações foi de R\$ 298.047.833,00, sendo executados R\$ 240.977.887,00.

O Programa Toda Criança na Escola, por intermédio da atividade Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental, deu suporte a ações voltadas para a Alfabetização de Jovens e Adultos, Educação à Distância, Alfabetização Solidária, Educação Especial, Educação Indígena e a Aceleração da Aprendizagem.

TRANSPORTE DO ESCOLAR

Criado pela Portaria MEC 955/94, o Programa Nacional de Transporte do Escolar - PNTE tem por objetivo facilitar o acesso e permanência da criança da zona rural na escola, elevando a taxa de conclusão do Ensino Fundamental. É respaldado, ainda, pela Constituição Federal de 1988, art. 208, Inciso VII e pela Resolução CD/FNDE 5/97, item II, 4.3, alínea "h".

O Programa Nacional de Transporte do Escolar - PNTE consiste na assistência financeira para aquisição de veículos automotores de transporte coletivo, zero quilômetro, destinados, exclusivamente, ao transporte diário dos alunos matriculados nas escolas da rede pública de ensino fundamental e da educação especial, de modo a garantir seu acesso à escola.

Desenvolvido com recursos do FNDE, mediante convênio no valor de até R\$ 50.000,00 para as prefeituras municipais, este Programa está voltado para o ensino fundamental. Para as organizações não-governamentais e educação especial, o valor foi de R\$ 25.000,00.

O convênio estabelece os parâmetros do veículo a ser adquirido, ou seja, ano de fabricação, capacidade mínima e máxima de passageiros, logotipos, seguros, etc.

Foram adquiridos 1.448 veículos, sendo 1.256 para Prefeituras Municipais e 192 para organizações não-governamentais. Com isto, 555.984 alunos, de 6.073 escolas

De acordo com a Lei Orçamentária Anual, a meta prevista para o ano de 2001 era adquirir 1.177 veículos. Foram adquiridos 1.448, superando a meta inicialmente aprovada.

SAÚDE DO ESCOLAR

É atribuição constitucional do Estado - art. 208, inciso VII, CF - o dever de garantir o atendimento à saúde do educando, por meio de programa suplementar de saúde do escolar. O Programa Nacional de Saúde do Escolar - PNSE foi criado com o objetivo de garantir a identificação, prevenção e assistência à saúde visual e auditiva, contribuindo para a diminuição dos índices de repetência e evasão escolar.

Em 1999, foram lançadas as Campanhas Nacionais de Reabilitação Visual "Olho no Olho" e "Quem Ouve Bem, Aprende Melhor", que tiveram continuidade no ano de 2001.

Objetivando detectar a existência de dificuldades visuais nos alunos da 1ª série do ensino fundamental, das redes estadual e municipal, o FNDE celebrou convênio com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia - CBO, no valor de R\$ 9.889.603,17 para continuidade da Campanha Nacional de Reabilitação Visual "Olho no Olho". Os recursos foram destinados ao financiamento de ações voltadas para a produção de material didático-pedagógico, apoio logístico, atendimento oftalmológico, aquisição e distribuição de óculos. O CBO, a exemplo do exercício anterior, responsabilizou-se pela produção e distribuição de óculos.

Conforme a meta prevista, a Campanha atingiu 658 municípios com mais de 40 mil habitantes conforme censo realizado pelo IBGE no ano de 2000. Foram beneficiados cerca de 3.008.000 alunos da 1ª série. Participaram da Campanha 46.500 escolas das redes estadual e municipal e 93.000 professores atuaram na Campanha realizando a triagem dos alunos.

O FNDE firmou convênio com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, no valor de R\$ 196.104,49 para reciclagem/capacitação de profissionais das áreas de educação e saúde e apoio logístico, com objetivo de atender aos alunos da 1ª série do ensino fundamental, portadores

TABELA 52
PNTE - EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

UF	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	EDUCAÇÃO ESPECIAL			ENSINO FUNDAMENTAL			TOTAL EXECUTADO	Em R\$	
		VEÍCULOS	ESCOLAS	ALUNOS	EXECUÇÃO FINANCEIRA	VEÍCULOS	ESCOLAS	ALUNOS	EXECUÇÃO FINANCEIRA	
AC	9					17	39	3.725	448.500,00	448.500,00
AM	34					126	301	37.828	1.688.607,92	1.688.607,92
AP	3					4	9	3.107	147.020,00	147.020,00
PA	15					20	118	9.591	745.940,80	745.940,80
RO	19	5	4	535	124.547,00	18	47	2.635	849.495,00	974.042,00
RR	5					5	21	958	249.445,40	249.445,40
TO	37	4	4	577	91.309,14	36	164	9.689	1.697.995,00	1.789.304,14
NORTE	122	9	8	1.112	215.856,14	226	699	67.533	5.827.004,12	6.042.860,26
AL	21					25	92	9.543	1.046.890,01	1.046.890,01
BA	53	7	7	1.225	169.860,00	56	1.032	57.117	2.330.872,50	2.500.732,50
CE	42	3	3	492	74.122,81	43	436	64.244	1.995.540,00	2.069.662,81
MA	29	4	4	396	99.247,50	28	150	14.313	1.347.985,00	1.447.232,50
PB	33	1	1	132	24.453,00	34	157	12.397	1.597.990,00	1.622.443,00
PE	31					33	204	13.230	1.544.500,00	1.544.500,00
PI	31	6	6	638	148.500,00	26	127	7.798	1.246.450,00	1.394.950,00
RN	22					23	107	14.055	1.099.500,00	1.099.500,00
SE	5					5	27	869	249.500,00	249.500,00
NORDESTE	267	21	21	2.883	516.183,31	273	2.332	193.566	12.459.227,51	12.975.410,82
ES	11	2	2	63	49.549,50	13	23	712	447.515,00	497.064,50
MG	79	9	25	955	221.220,50	87	355	39.202	3.536.803,90	3.758.024,40
RJ	32	1	1	80	23.562,00	46	196	17.468	1.586.216,86	1.609.778,86
SP	333	108	120	8.413	2.606.559,72	355	1.203	139.564	13.214.066,67	15.820.626,39
SUDESTE	455	120	148	9.511	2.900.891,72	501	1.777	196.946	18.784.602,43	21.685.494,15
PR	54	11	11	1.277	273.965,30	61	217	23.245	2.347.985,00	2.621.950,30
RS	59	14	14	1.469	334.476,30	50	282	12.780	2.279.436,50	2.613.912,80
SC	25	1	1	16	25.000,00	24	147	16.416	1.186.520,00	1.211.520,00
SUL	138	26	26	2762	633.441,60	135	646	52441	5.813.941,50	6.447.383,10
DF	1	1	1	36	24.750,00					24.750,00
GO	33	1	3	382	24.750,00	47	185	14.047	1.587.085,00	1.611.835,00
MS	7					7	26	978	349.000,00	349.000,00
MT	72	14	13	1.003	317.802,00	67	188	12.784	3.299.500,00	3.617.302,00
C - OESTE	113	16	17	1.421	367.302,00	121	399	27.809	5.235.585,00	5.602.887,00
TOTAL	1.095	192	220	17.689	4.633.674,77	1.256	5.853	538.295	48.120.360,56	52.754.035,33

Fonte:FNDE/Dirpe

Nota: a execução financeira foi integralizada pelos seguintes Projetos / Atividades:

Veículo para Transporte Escolar - nacional48.057.974,83

Veículo para Transporte Escolar - município do Estado de Mato Grosso - MT3.117.802,00

Veículo para Transporte Escolar - região sul1.578.258,50

Para o PNTE foi aprovada, inicialmente, dotação de R\$ 60.679.834,00, sendo R\$ 4.500.000,00 originários de emendas parlamentares. No final do exercício foi-lhe destinado um crédito adicional de R\$ 25.000.000,00 que não foi executado por falta de tempo. Da dotação global, foram executados R\$ 52.804.035,00.

de baixa visão identificados durante os três anos consecutivos da Campanha Nacional de Reabilitação Visual "Olho no Olho".

Neste exercício, não foi conveniada a Campanha "Quem Ouve Bem, Aprende Melhor", porque a Fundação de Otorrinolaringologia estava executando a Campanha do ano de 2000 com os alunos de 1^a série.

FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA - FUNDESCOLA

O Fundescola tem por objetivo melhorar o desempenho do ensino fundamental, ampliando o acesso e a permanência das crianças com idade escolar nas séries correspondentes, melhorar a qualidade da escola e dos resultados educacionais e aprimorar a gestão das escolas, das secretarias estaduais e municipais de educação, nas regiões norte, nordeste e centro-oeste.

Desenvolve ações, diretamente, sem transferência de recursos financeiros para o município, das quais, destacam-se:

- Desenvolvimento do Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação - Prasem, para qualificação técnica e mobilização dos secretários municipais de Educação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com vistas à melhoria da gestão educacional e o fortalecimento da educação municipal. Foram capacitados 2.229 secretários municipais de educação.
- Implementação do Programa de Formação dos Conselheiros Municipais de Educação para atuação efetiva na formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais adotados pelo município.
- Levantamento da situação escolar por meio de instrumentos de coleta de informações das escolas do ensino fundamental regular para subsidiar o planejamento educacional. Em 2001 foram levantados e processados os dados de 108 municípios e 6.010 escolas da região Norte, 202 municípios e 11.260 escolas a região Nordeste e 73 municípios e 2.110 escolas da região Centro-Oeste.
- Encontro dos Conselheiros do Fundef para treinar os membros dos Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social do Fundef, visando ampliar o entendimento sobre suas funções e responsabilidades. Foram capacitados 6.406 Conselheiros, no II Encontro Nacional.
- Parceria com instituições e movimentos sociais para implementação do Programa pela Justiça na Educação. Apoio e a qualificação técnica e mobilização dos magistrados e promotores de Justiça nas Varas

da Infância e da Juventude de todo o País, para participarem de amplo movimento de garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. O programa conta com o apoio institucional do Sistema de Justiça dos estados e da Justiça Federal, além da parceria do Unicef e Instituto Ayrton Senna. Capacitaram-se 525 juízes e 739 promotores de justiça das Varas da Infância e Adolescência.

- Apoio ao Plano de Gestão da Secretaria para fortalecer a capacidade institucional dos órgãos e dirigentes municipais de educação na gestão técnico-política dos seus sistemas ou redes de ensino, capacitando-os a implementar processos de planejamento estratégico público. O projeto foi implementado em 23 Secretarias Municipais de Educação e em 5 Secretarias Estaduais, com a capacitação de 642 técnicos dessas Secretarias.

Além disso, o Fundescola promove, mediante transferência de recursos financeiros, por meio de convênios com os municípios, estados ou órgãos do MEC, as seguintes ações:

- Aquisição de equipamentos e mobiliário escolar para salas de aula com a finalidade de contribuir para o alcance do padrão mínimo de funcionamento da escola.
- Projeto de Melhoria da Escola - PME, pelo qual se financia um valor mínimo de R\$ 4.400,00 e um máximo de R\$ 15.000,00 por escola, de acordo com o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental. O objetivo é financiar as ações pedagógico - administrativas levantadas pela escola em seu plano de desenvolvimento.
- Adequação física de prédios escolares - PAPE pelo qual são financiadas adequações nas escolas, principalmente nas salas de aula, para dotá-las de padrão construtivo mínimo. Em 2001 foi financiado a expansão da PAPE para novas escolas que foram beneficiadas também com o PME ou com a Escola Ativa;
- Construção de escolas em assentamentos rurais e áreas de comunidades indígenas com atendimento educacional do programa com atendimento educacional altamente precário e de extrema pobreza e em áreas urbanas da ZAP I com déficit de salas de aula identificado no microplanejamento da rede;
- Formação e titulação de professores não habilitados para o ensino nas séries iniciais do ensino fundamental, por meio do Programa Proformaçao). Em 2001 foi financiada a continuação do programa com a formatura dos professores do projeto piloto e continuação dos módulos para 23.346 professores cursistas dos grupos que se formarão em 2002.
- Capacitação de docentes da Escola Ativa, ação esta direcionada às escolas multisseriadas. Em 2001 foi

TABELA 53
FUNDESCOLA II - EXECUÇÃO FÍSICA

UF	PAPE			EQUIP /MOBILIARIO ESCOLA			EQUIP /MOBILIARIO ESCOLA			PME			EQUIP. DE INFORMÁTICA			EQUIP. ESCOLA CONSTRUIDA			ESCOLA ATIVA			
	SALAS	ALUNOS	ESCOLAS	SALAS	ALUNOS	ESCOLAS	SALAS	ALUNOS	ESCOLAS	SALAS	ALUNOS	ESCOLAS	SALAS	ALUNOS	ESCOLAS	SALAS	ALUNOS	ESCOLAS	SALAS	ALUNOS	ESCOLAS	
AC	218	12.822	29				45	2.700	30	1.146	63.402	119	132	8.858	16	57	3.420	31				
AM	4	113	3				78	4.680	17	603	35.729	62	120	11.655	21	78	4.680	17				
AP							44	2.640	7	1.412	78.825	123					44	2.640	7	0	2.181	60
PA							34	2.040	6	1.373	96.575	130					34	2.040	6	0	10.388	207
RO	216	13.898	26				32	1.920	10	1.865	94.413	157	184	10.535	16	32	1.920	10				
RR							24	1.440	5	515	23.758	41	125	8.915	16	24	1.440	5				
TO	172	9.679	23				26	1.560	5	711	46.002	84	90	5.944	8	26	1.560	5				
NORTE	610	36.512	81	0	0	0	283	16.980	90	7.626	438.704	716	051	45.907	11	295	17.700	81	0	12.569	267	
AL	337	31.022	38				12	720	3	1.257	98.036	103					32	1.920	9			
BA	299	31.451	26							3.320	283.900	240	152	20.167	24	22	1.320	5	0	9.520	191	
CE	258	21.094	31	266	21.535	32				3.977	236.401	290							0	2.856	29	
MA	121	12.711	15	121	12.711	15	8	480	4	601	41.936	42					8	480	4	0	7.505	110
PB	104	7.060	17	104	7.060	17	12	720	2	828	59.797	89					12	720	2	0	2.236	51
PE	317	23.025	38	317	23.025	38				939	60.381	78							0	7.931	152	
PI	239	16.598	36	239	16.598	36	10	600	2	682	46.952	52					10	600	2	0	6.383	153
RN	135	11.905	18	135	11.905	18				548	38.136	51	74	7.400	8				0	1.867	53	
SE	120	9.131	12	120	9.131	12				843	61.968	74										
NORDESTE	1.930	164.797	231	1.302	101.965	168	42	2.520	11	12.995	927.507	1.019	226	27.567	32	84	5.040	22	0	38.298	739	
DF																						
GO	428	29.482	50	552	46.982	95	74	4.440	12	3.677	246.956	362	164	17.301	22	98	5.880	19				
MS								42	2.520	8	2.499	135.970	195				42	2.520	8			
MT	321	24.733	44	263	14.837	33	8	480	4	2.072	116.019	198	242	15.547	24	26	1.560	8	0	2.612	72	
C. OESTE	749	54.215	94	815	61.819	128	124	7.440	24	8.248	498.945	755	406	32.848	46	166	9.960	35	0	2.612	72	
TOTAL GERAL	3.289	255.524	406	2.117	163.784	296	449	26.940	115	28.868	1.865.156	2.490	1.283	106.322	155	545	32.700	138	0	53.479	1.078	

Fonte: FNDE/Dirpe

financiada a ampliação da Escola Ativa para 666 escolas beneficiando 21.746 alunos e capacitando 924 professores. Foram produzidos e distribuídos 300.000 exemplares da revista em quadrinhos, Chico Bento na Escola, sobre a metodologia e as estratégias de ensino da Escola Ativa.

- Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE é um processo gerencial de planejamento estratégico que a escola desenvolve para a melhoria da qualidade do ensino elaborado de modo participativo com a comunidade escolar. Em 2001 foram financiadas ações de capacitação para 2.200 escolas que participaram da expansão do projeto totalizando 6.600 lideranças das escolas e 392 técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação.

para assegurar as ações do Proinfo, da TV Escola e Aceleração da Aprendizagem.

ENSINO FUNDAMENTAL

O ensino fundamental, de acordo com a Constituição Federal, é obrigatório e gratuito a toda criança a partir dos sete anos de idade.

Assegurar esse direito é obrigação dos estados, municípios e do Distrito Federal. A União exerce a função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira às demais esferas de governo.

O ensino fundamental, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento de sua capacidade de aprender e de compreender seu ambiente natural e social.

São metas do Ministério da Educação avançar rumo à universalização do ensino fundamental em todo território nacional e melhorar a qualidade da aprendizagem nas escolas brasileiras.

O FNDE prestou assistência financeira às ações voltadas para a formação continuada de professores de toda

4.2.2 ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS (PROGRAMA 0042)

O Programa de Governo Escola de Qualidade Para Todos tem por objetivo contribuir para melhorar a qualidade do ensino fundamental.

Os projetos/atividades que compõem este Programa são voltados, principalmente, para a capacitação de recursos humanos para o ensino fundamental. Há recursos, também

rede pública, com vistas, especialmente, ao desenvolvimento dos Parâmetros e Referenciais Curriculares Nacionais implementados em 2000.

As ações previstas referem-se, essencialmente, à capacitação de 25.000 professores para implementação de PCN, além de apoio a 99 instituições.

Por meio dos convênios firmados, foram financiadas a capacitação de 41.824 professores para desenvolvimento do PCN, de 8.328 escolas. Com essa ação, prevê-se a melhoria do ensino ministrado a cerca de 1.585.566 alunos, conforme tabela 54, a seguir.

TABELA 54
ENSINO FUNDAMENTAL - EXECUÇÃO FÍSICO FINANCEIRA

				Em R\$
			FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES	
	ESCOLA	ALUNO	PROF.	"EXECUÇÃO FINANCEIRA"
AC	171	77.561	3.120	120.078,65
AM	204	93.166	732	70.569,97
AP				
PA				
RO	88	50.920	129	110.781,00
RR	22	3.835	120	22.819,50
TO				
NORTE	485	225.482	4.101	324.249,12
AL	582	201.521	4.596	1.490.737,05
BA	856	199.358	6.984	1.564.199,51
CE				
MA	2.193	201.749	6.207	1.970.444,80
PB	1.401	85.797	4.009	1.646.080,92
PE				
PI	33	21.934	350	85.660,74
RN	281	24.360	580	290.079,90
SE	40	5.670	140	39.798,00
NORDESTE	5.386	740.389	22.866	7.087.000,92
ES	164	33.911	1.267	299.470,33
MG	189	21.446	1.002	429.600,71
RJ		19.710	364	408.000,00
SP	363	151.842	5.160	1.589.772,94
SUDESTE	716	226.909	7.793	2.726.843,98
PR	347	54.501	1.928	803.481,34
RS	458	59.732	290	91.763,10
SC	341	90.811	3.415	1.164.685,50
SUL	1.146	205.044	5.633	2.059.929,94
DF				
GO	451	106.868	1.311	292.066,67
MS	144	80.874	120	64.219,00
MT				
C.OESTE	595	187.742	1.431	356.285,67
TOTAL	8.328	1.585.566	41.824	12.554.309,63

FONTE: FNDE/Dirpe

Nota: a execução financeira foi integralizada pelos seguintes Projetos / Atividades:
Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental para Implementação do PCN12.000.000,00
Apóio às Inst. De Ensino para a Implementação do Referencial de Formação de Professores do Ensino100.000,00
Apóio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental.....408.000,00
Formação Continuada de Docentes do Ensino Fundamental para atuação em Classes Multisseriadas46.309,63

Os municípios pólos que operacionalizaram os Referenciais Curriculares Nacionais para o ensino fundamental foram beneficiados com convênios, para formação continuada de professores em efetivo exercício, implementando o PCN. Com isto, buscou-se melhor

qualidade dos cursos, pois os municípios pólos contam com mais universidades especializadas, local e condições físicas adequadas para a execução da ação.

INFORMÁTICA NA ESCOLA

O Programa Nacional de Informática na Educação - Proinfo visa à introdução de novas tecnologias de informação e comunicação na escola pública como ferramenta de apoio ao processo ensino-aprendizagem.

Foi criado pela Portaria/MEC 522/97 e desenvolvido em parceria com os governos estaduais e alguns municipais.

As diretrizes do Programa foram estabelecidas pelo MEC e pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação - Consed. Em cada unidade da Federação há uma Comissão Estadual de Informática na Educação, cujo papel principal é o de introduzir as novas tecnologias de informação e comunicação nas escolas públicas de ensino fundamental e médio.

O público-alvo do Proinfo é o professor. São capacitados para serem multiplicadores de outros professores e para atuarem em sala de aula junto ao aluno utilizando a telemática (uso combinado de computador e meios de telecomunicação). Essa capacitação é feita, nos estados, nos Núcleos de Tecnologia Educacional - NTE , que foram estruturados para assegurar todo o suporte técnico necessário.

Dois eventos básicos foram realizados. O curso de Gestão de Qualidade de Projetos, com o objetivo de qualificar equipes para atuarem na área de produção e gestão de projetos e das novas tecnologias da educação. O VI Encontro Nacional do Proinfo proporcionou o intercâmbio teórico-prático do uso da telemática para multiplicadores e professores das escolas públicas. Foram capacitados 9.340 profissionais do CETE/NTE para desenvolver o Proinspe. Nove mil, cento e trinta e seis microcomputadores foram distribuídos a 1.152 unidades escolares.

Os cursos de capacitação atenderam a 6.800 profissionais, entre coordenadores, professores e técnicos de escolas do ensino fundamental estadual, municipal e do Distrito Federal.

EQUIPAMENTOS PARA TV ESCOLA

Esta ação foi introduzida no orçamento no decorrer do exercício de 2001, para aquisição de equipamentos que possibilitassem a digitalização do sinal da TV Escola, visando a substituição da emissão/recepção analógica, pela digital. O objetivo desta mudança era melhorar o padrão de qualidade da recepção dos programas veiculados, por meio

do Kit tecnológico (um receptor de TV, um aparelho videocassete, uma antena parabólica, um receptor de sinais, um rack para os equipamentos e até 10 fitas VHS), instalado nas escolas de ensino público.

Os programas da TV Escola são utilizados em sala de aula e na capacitação, atualização e aperfeiçoamento dos professores com vistas à melhoria da qualidade do processo ensino/aprendizagem.

A ação, no entanto, não foi executada pois não houve tempo hábil para conclusão do processo licitatório de aquisição dos equipamentos.

CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR

Esta ação tem como meta corrigir a taxa de distorção idade/série, que no Brasil chega a 46,7% no ensino fundamental. Os beneficiários são alunos das séries iniciais com repetência de dois anos ou mais na mesma série.

Tem por finalidade reverter a situação do fracasso escolar, contribuindo para que os alunos superem as dificuldades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem e, consequentemente, alcancem séries mais avançadas.

O FNDE vem apoiando financeiramente a capacitação de professores em cursos de 80 horas, para proceder ao atendimento especializado da clientela dessa ação, assim como à impressão de material didático específico para os alunos. Foram capacitados 7.663 integrantes dos quadros de 1.951 escolas, beneficiando 245.357 alunos e financiada a aquisição de material didático para 107.813 alunos, de 1.721 escolas.

A tabela 55 apresenta a execução física-financeira da Ação Correção do Fluxo Escolar - Aceleração da Aprendizagem.

Com vistas à racionalização do processo de concessão e o desenvolvimento da ação, o FNDE, juntamente com a SEF, definiram como clientela passível de atendimento no

TABELA 55
ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM - EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

UF	CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES				MATERIAL DIDÁTICO				TOTAL EXECUTADO (em R\$)
	Escola	Prof.	Aluno	Execução Financeira (em R\$)	Escola	Aluno	Impressão Aluno	Execução Financeira (em R\$)	
AC	13	40	332	9.286,89	10	568	4.544	97.112,66	106.399,55
AM	47	72	2.055	27.967,50	47	678	2.055	81.378,00	109.345,50
AP	24	105	625	28.893,65	24	625	625	24.750,00	53.643,65
PA	42	155	1.872	18.333,31	42	1.872	1.872	7.413,12	25.746,43
RO	10	20	250	4.356,00	10	250	250	9.900,00	14.256,00
RR	128	221	9.383	75.834,00	128	4.065	4.065	86.015,17	161.849,17
TO (1)	231	398	7.930	125.504,28	231	7.930	3.400	133.927,20	259.431,48
NORTE	495	1.011	22.447	290.175,63	492	15.988	16.811	440.496,15	730.671,78
AL	64	300	7.500	88.998,61	64	7.500	7.500	297.000,00	385.998,61
BA	100	200	6.000	21.780,00	100	6.000	21.900	205.969,50	227.749,50
CE	90	300	7.600	78.210,00	90	7.600	7.600	135.432,00	213.642,00
MA	344	1.283	27.700	154.994,40	344	27.700	27.700	502.920,00	657.914,40
PB	35	326	9.051	137.952,46	35	1.400	1.400	55.440,00	193.392,46
PE			0,00					0,00	0,00
PI	123	724	18.045	210.391,34	123	18.045	18.145	198.305,17	408.696,51
RN	216	1.349	36.404	227.997,00	212	10.000	10.000	79.893,00	307.890,00
SE	51	190	2.280	34.350,03	51	2.280	4.300	74.448,00	108.798,03
NORDESTE	1.023	4.672	114.580	954.673,84	1.019	80.525	98.545	1.549.407,67	2.504.081,51
ES									0,00
MG									0,00
RJ									0,00
SP									0,00
SUDESTE	0	0	0	0,00	0		0	0,00	0,00
PR									0,00
RS									0,00
SC									0,00
SUL	0	0	0	0,00	0		0	0,00	0,00
DF	213	1.098	10.075	182.816,72				0,00	182.816,72
GO	182	672	93.059	165.922,71	182	10.000	6.720	370.671,38	536.594,09
MS				0,00	28	1.300	1.300	51.480,00	51.480,00
MT	38	210	5.196	62.370,00				0,00	62.370,00
C. OESTE	433	1.980	108.330	411.109,43	210	11.300	8.020	422.151,38	833.260,81
TOTAL	1.951	7.663	245.357	1.655.958,90	1.721	107.813	123.376	2.412.055,20	4.068.014,10

Fonte: FNDE/Dirpe

Nota: a execução financeira foi integralizada pelos seguintes Projetos / Atividades:

Correção do Fluxo Escolar - Aceleração da Aprendizagem 3.999.981,30

Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental 68.032,80

(1) O Convênio estabelece a impressão de 2.630 Kits para atender a 7.160 alunos devido à sobra de 4.531 módulos no exercício de 2.000.

exercício de 2001 as secretarias estaduais de educação e os municípios de capitais localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A dotação orçamentária da ordem de R\$ 4.000.000,00 foi totalmente executada.

4.2.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PROGRAMA 0047)

Esse Programa tem por objetivo "contribuir para a educação de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluir-lo na idade própria".

Representa esforço de atuação conjunta do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais, de algumas instituições não-governamentais na busca da redução do analfabetismo e da melhoria da educação para a parcela da população brasileira que não teve acesso ou não concluiu o ensino fundamental na idade própria.

O Programa Educação de Jovens e Adultos foi executado por meio da aprovação de projetos gerenciados

por municípios integrantes das regiões metropolitanas das capitais dos estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; por municípios das capitais do Amazonas, Amapá e Mato-Grosso; por municípios pólos - municípios que agregam, em sua proposta de execução, outros municípios beneficiários da ação, que estão operacionalizando a proposta curricular de educação de jovens e adultos e integram a abrangência do Programa Parâmetros em Ação e por organizações não governamentais-ONG que desenvolvem e executam projetos desta modalidade. As ações conveniadas para desenvolvimento do programa foram formação continuada de professores e material didático-pedagógico, destinado ao 1º e 2º segmentos.

Essas ações resultaram na capacitação de 12.261 professores beneficiando 331.459 alunos. Foram adquiridos 119.607 exemplares para atender ao alunado de 5ª a 8ª série e impressos 1.627.439 Kits, beneficiando alunos de 1ª a 4ª série, e 63.005 Kits para atendimento dos alunos de 5ª a 8ª séries. Foram atendidos 274.378 alunos, conforme demonstrado na tabela 56.

Além destas ações apreciadas quanto ao mérito, pela SEF, o programa desenvolveu dois outros projetos incluídos no orçamento:

TABELA 56
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

UF	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSOR			MATERIAL DIDÁTICO / PEDAGÓGICO				TOTAL EXECUTADO (em R\$)
	ALUNO	PROF.	EXECUÇÃO FINANCEIRA (em R\$)	ALUNO	AQUISIÇÃO PARA 5ª a 8ª	IMPRESSÃO 1ª a 4ª	IMPRESSÃO 5ª a 8ª	
AC								0,00
AM	17.988	525	86.055,75	17.988		45.220		337.279,63
AP								0,00
PA								0,00
RO								0,00
RR								0,00
TO								0,00
NORTE	17.988	525	86.055,75	17.988	0	45.220	0	337.279,63
ES	2.820	146	65.798,57	7.127	15.019	4.741		357.387,53
MG	42.096	737	166.539,19	23.563		5.751	17.869	515.592,00
RJ	37.455	1.217	385.595,10	28.725	2.427	11.778	15.186	490.308,39
SP	73.805	2.814	1.281.366,99	63.571	5.245	58.323		998.334,93
SUDESTE	156.176	4.914	1.899.299,85	122.986	22.691	80.593	33.055	2.361.622,85
PR	7.168	203	35.088,77	8.737	7.845	11.208		376.923,60
RS	54.871	2.321	390.013,47	44.074	1.587	41.181		556.800,75
SC	18.481	659	319.774,95	20.074	82.280	1.370.852	14.992	1.074.048,43
Sul	80.520	3.183	744.877,19	72.885	91.712	1.423.241	14.992	2.007.772,78
DF	39.392	1.964	653.359,92	33.008		53.582		511.018,96
GO	28.949	1.339	696.628,51	19.938	4.512	19.006	14.958	454.332,10
MS	2.754	115	76.758,66	3.104	692	2.412		61.734,94
MT	5.680	221	101.094,84	4.469		3.385		78.249,60
C. OESTE	76.775	3.639	1.527.841,93	60.519	5.204	78.385	14.958	1.105.335,60
TOTAL GERAL	331.459	12.261	4.258.074,72	274.378	119.607	1.627.439	63.005	5.812.010,86
								10.070.085,58

Fonte: FNDE/Dirpe

Nota: a execução financeira foi integralizada pelos seguintes Projetos / Atividades:

Formação Continuada de Professores de Jovens a Adultos4.258.074,72
Material Didático / Pedagógico para Educação de Jovens e Adultos5.812.010,86

1- Alfabetização Solidária para Jovens e Adultos, sob a responsabilidade de execução da Associação de Apoio ao Programa de Alfabetização Solidária - Aapas, ONG criada em 1.998 com a finalidade de proporcionar o desencadeamento de projetos e programas educacionais. Contou com uma dotação inicial da ordem de R\$ 55,0 milhões. Em dezembro foi contemplada com um crédito adicional de R\$ 24,4 milhões, totalizando R\$ 79,3 milhões sendo conveniados a totalidade dos recursos.

Principais ações:

- impressão de material didático-pedagógico;
- aquisição e distribuição de material de apoio pedagógico;
- capacitação de instrutores;
- aquisição de material de leitura;
- aquisição e distribuição de óculos para alunos;
- bolsas (ajuda de custo);
- transporte e hospedagem de coordenadores, instrutores e consultores;
- alimentação para alunos;
- pagamento de consultores;
- alimentação dos alunos.

Estas ações destinam-se a atender jovens e adultos que não tiveram acesso à educação em idade própria. A finalidade do programa é alfabetizar essas pessoas. Posteriormente, elas serão absorvidas pelo sistema público de ensino.

Por meio do convênio 93.003/01, que apoiou financeiramente a aplicação dos módulos IX e X (janeiro-junho/2001 e julho-dezembro/2001) foram atendidos 356.725 jovens e adultos, e capacitados 14.269 alfabetizadores e 1.193 coordenadores municipais e pedagógicos. Com esse convênio, foram beneficiados 1.193 municípios das regiões Norte e Nordeste. A dotação inicial de R\$ 38,2 milhões foi incrementada no final de dezembro com um crédito adicional de R\$ 21,5 milhões. Para execução deste valor, a vigência do convênio foi prorrogada por mais 120 dias.

Os outros três convênios firmados, neste exercício, asseguraram o desenvolvimento das demais ações, destacando-se as abaixo relacionadas. Foram transferidos mais R\$19,5 milhões.

- 12.597 merendas para alunos;
- 5.240 refeições a professores e instrutores;
- 15.000 óculos para alunos;
- 72.000 Kits para alunos;
- 72.000 Kits para professor;
- 50 conjuntos de material de leitura.

2 - Programa Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para Educação de Jovens e Adultos,

também denominado **Recomeço - Programa Supletivo**. É destinado a ampliar as vagas para jovens e adultos, alunos de escolas públicas municipais e estaduais, do ensino fundamental (1^a a 8^a séries), possibilitando atendimento educacional de qualidade.

Tem por objetivo desenvolver ações integradas; ampliar a oferta de vagas à educação de jovens e adultos; dar continuidade aos estudos dos alunos da Alfabetização Solidária; melhorar a formação continuada de professores de EJA, pela participação no Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado.

A transferência, em caráter suplementar, dos recursos financeiros é feita de forma direta - sem convênio ou outro instrumento semelhante, mediante crédito em conta específica do Programa, aberta pelo FNDE. O valor a ser repassado às Prefeituras Municipais e Secretarias Estaduais de Educação é calculado multiplicando-se R\$ 230,00 pelo número total de alunos matriculados nos cursos de modalidade "supletivo presencial com avaliação no processo" da respectiva rede de ensino, tendo como base o Censo Escolar do ano anterior ao das transferências.

Conforme Medida Provisória 2.178-36/01, o programa está previsto para os exercícios de 2001 a 2003, sendo contemplados os Estados e Municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano, o que equivale a reportar-se aos municípios dos Estados do Projeto Alvorada/2000 e outros que se encontram em microregiões com IDH menor ou igual a 0,500, ou que, individualmente, estejam nessa mesma condição.

Para o exercício de 2001, a dotação inicial foi da ordem de R\$189.742.460,00, tendo sido incrementada, via crédito adicional, em mais R\$ 9,0 milhões dos quais R\$186,1 milhões foram executados, proporcionando o alcance de 1.381 municípios, com 823.842 alunos, de 22 Estados.

O Conselho Deliberativo, por meio da Resolução FNDE/CD 010/01 (alterada pela Resolução FNDE/CD 044/01 e Resolução FNDE/CD 45/01), estabeleceu critérios para pagamento de despesas relacionadas com contratações de pessoal para os programas, restringindo-se às seguintes ações:

- Contratação temporária e remuneração de pessoal docente, para exercer atividades na educação fundamental pública de jovens e adultos, quando se fizer necessária a ampliação do quadro de professores, para o alcance do objetivo do Programa.
- Os Estados do Amazonas, Amapá, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, São Paulo e os respectivos municípios desses estados abrangidos pelo Recomeço somente poderão operacionalizar esta ação mediante locação de serviços, conforme estabelece a Resolução FNDE/CD 044/01.
- Formação continuada de docentes, em efetivo exercício, que atuam nas classes presenciais de educação de jovens e adultos, com duração mínima de 80 horas, ao longo do ano, observados os

conteúdos dos programas que deverão estar articulados com o trabalho desenvolvido pelo professor, para abranger as diversas áreas de conhecimento (matemática, português, estudos da sociedade e da natureza, geografia, história e ciências), as metodologias mais adequadas, a avaliação, os recursos didáticos e os temas transversais à realidade da comunidade escolar.

- Aquisição e/ou reprodução de material didático e pedagógico.
- Programa suplementar de alimentação, para atendimento aos alunos.

Anualmente, os Estados e Municípios apresentarão a prestação de contas dos recursos recebidos à conta do Programa, até 15 de janeiro do exercício posterior ao das

transferências. Os órgãos executores deverão apresentar a documentação pertinente, tais como notas fiscais, recibos e/ou outros, ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef que, após análise dos registros, encaminha seu parecer conclusivo ao FNDE, até o dia 28 de fevereiro subsequente.

4.2.4 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (PROGRAMA 0049)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação define a educação especial como sendo uma modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais.

TABELA 57
EDUCAÇÃO ESPECIAL - EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DAS AÇÕES

UF	ADAPTAÇÃO E CONSTRUÇÃO		MATERIAL DIDÁTICO / PEDAGÓGICO				CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS			EQUIPAMENTOS			PnDf	TOTAL EXECUTADO			
	ESCOLA	ALUNO	EXECUÇÃO FINANCEIRA	ESCOLA	ALUNO	PHUF	EXECUÇÃO FINANCEIRA	ESCOLA	ALUNO	PROFS. DOCENTES	EXECUÇÃO FINANCEIRA	ESCOLA	ALUNO	EXECUÇÃO FINANCEIRA			
AC															9.600,00	9.600,00	
AM															30.300,00	30.300,00	
AP				1			12.573,99	28	550	150	15.775,06				9.000,00	37.349,05	
PA					1		8.554,00	35	716	125	68.771,00				35.100,00	112.425,00	
RO								61	237	100	77.000,00	2	283	9.761,40	39.900,00	126.661,40	
RR															0,00		
TO				1	936		55.352,88	53	15.155	300	27.392,90				57.000,00	139.745,78	
NORTE	0	0	0,00	3	936	0	76.480,87	177	16.658	675	188.938,96	2	283	9.761,40	180.900	456.081,23	
AL															12.300,00	12.300,00	
BA					42		1.109,59	1	46	3	10.494,00		42	3.677,85	102.750,00	118.031,44	
CE				31	1.958	173	116.495,28	35	2.050	2.500	20.249,95				70.200,00	206.945,23	
MA					15	286	32	17.505,88	130	407	260	26.892,36	10	796	150.994,80	46.200,00	241.593,04
PB															25.650,00	25.650,00	
PE															32.700,00	32.700,00	
PI										55	2.182	70	14.582,70			77.100,00	91.682,70
RN										1	10	30	6.938,91			49.200,00	56.138,91
SE				25	167		7.843,92								10.500,00	18.343,92	
NORDESTE	0	0	0,00	71	2.453	205	142.954,67	222	4.695	2.863	79.157,92	10	838	154.672,65	426.600	803.385,24	
ES					166		10.048,50	17	156	40	11.246,40				4.009,50	172.200,00	197.504,40
MG					258	28.243	57	663.311,34	3	770	60	13.582,80	116		455.884,30	986.425,00	2.119.203,44
RJ					9	707	400	531.858,64	187	48.387	2.624	1.190.542,57	2	23	32.789,00	206.250,00	1.961.440,21
SP	1	329	165.927,24	44	487	45.000	344.842,13					18.674	629	231.076,62	940.350,00	1.682.195,99	
SUDESTE	1	329	165.927,24	311	29.603	45.457	1.550.060,61	207	49.313	2.724	1.215.371,77	18.792	652	723.759,42	2.305.225	5.960.344,04	
PR	1	19	2.401,15	81	26.914	93	591.780,51	61	21.756	643	24.651,69	29	3.201	154.263,09	892.425,00	1.665.521,44	
RS					109	10.601	1.208	473.431,19					75		216.791,00	488.550,00	1.178.772,19
SC					130	20.402		606.480,04	16	5.700	495	401.548,90	18.709	5.507	1.069.257,57	430.500,00	2.507.786,51
SUL	1	19	2.401,15	320	57.917	1.301	1.671.691,74	77	27.456	1.138	426.200,59	18.813	8.708	1.440.311,66	1.811.475	5.352.080,14	
DF					500	1.250		231.250,00	200	5.670	189	1.043.595,60	2.200	151.250	2.652.868,84	10.650,00	3.938.364,44
GO					649	3.488		183.537,72							207.311,94	26.700,00	417.549,66
MS					11	2.955	106	136.655,74	214	13.992	650	158.711,85	7	462	52.966,24	145.650,00	493.983,83
MT						116		1.343,43	16	116	20	16.754,76	24	116	2.158,20	120.300,00	140.556,39
C.OESTE	0	0	0,00	1.160	7.809	106	552.786,89	430	19.778	859	1.219.062,21	2.231	151.828	2.915.305,22	303.300	4.990.454,32	
TOTAL	2	348	168.328,39	1.865	98.718	47.069	3.993.974,78	1.113	117.900	8.259	3.128.731,45	39.848	162.309	5.243.810,35	5.027.500	17.562.344,97	

FONTE: FNDE/Dirpe

Nota: a execução financeira foi integralizada pelos seguintes Projetos / Atividades:

Promoção de Eventos para a Educação Especial 380.408,85

Aquisição e distrib. de material didático / pedagógico para Educação Especial.....2.024.442,88

Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial8.131.157,38

Capacitação de Profissionais para Educação Especial253.352,89

Qualificação de Docentes para a Educação Especial1.999.998,56

Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental549.813,00

A clientela da educação especial apresenta significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente. Os alunos com necessidades educacionais especiais podem apresentar deficiência física, mental, auditiva, visual, múltiplas ou altas habilidades (superdotado) e requerem recursos pedagógicos, metodologias educacionais e equipamentos específicos.

Os sistemas de ensino asseguram aos educandos do ensino fundamental com necessidades especiais:

- Currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender a suas necessidades.
- Terminalidade específica para aqueles que não podem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.
- Professores com especialização adequada, em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.
- Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

O Programa Governamental Desenvolvimento da Educação Especial tem por objetivo "ampliar e melhorar a oferta de atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais".

No intuito de alcançar o objetivo do Programa, o FNDE, juntamente com a Secretaria de Educação Especial do MEC - Seesp/MEC, redimensionaram as instituições que poderiam se habilitar a receber apoio financeiro, por meio de convênio. Foram os seguintes os critérios adotados:

- secretarias estaduais de educação e do Distrito Federal;
- prefeituras municipais de capitais de todos os estados e de municípios que atendam alunos portadores de necessidades educacionais especiais matriculados nas escolas públicas constantes do Censo Educacional/2000;
- ONG de representatividade estadual ou regional que agregam escolas especializadas de ensino fundamental, Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES e Instituto Benjamim Constant - IBC.

As ações passíveis de apoio foram:

- capacitação de professores;
- aquisição de material de consumo para os CAPS - Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual;

- aquisição de equipamentos escolares e equipamentos especializados;
- adaptação de escolas;
- conservação dos equipamentos necessários aos CAPS.

Por intermédio dos convênios firmados em 2001, o Programa Desenvolvimento da Educação Especial, como se verifica na tabela 57, beneficiou 117.900 alunos, matriculados em 1.113 escolas, com a capacitação de 8.259 professores para melhor atenderem às necessidades especiais dos educandos.

Outro aspecto relevante foi a aquisição de material didático-pedagógico, para atender a 98.718 alunos e 47.069 professores, instrumentalizando adequadamente o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem em 1.865 escolas.

Foram adquiridos equipamentos básicos e específicos para 39.848 escolas, beneficiando 162.309 alunos.

Com a construção e adaptação de 2 escolas, buscouse dar condições físicas adequadas a pelo menos 348 alunos matriculados.

O FNDE transferiu às organizações não-governamentais que mantêm escolas de educação especial, no âmbito da Ação Dinheiro Direto na Escola, o montante de R\$ 5.027.500,00.

Esse Programa conta ainda com a atividade Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial que, em prol da melhoria e do desenvolvimento do ensino especial, promoveu ações de desenvolvimento de estudos e pesquisas, realização de seminários, congressos e encontros técnicos.

4.2.5 ATENÇÃO À CRIANÇA (PROGRAMA 0067)

O objetivo deste Programa de Governo é assegurar o atendimento às crianças carentes de até seis anos, em creches e pré-escolas ou outras alternativas comunitárias. No âmbito do Ministério da Educação, busca-se o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

As ações desse Programa coadunam-se com a política do MEC voltada, essencialmente, à melhoria da qualidade do ensino, quer pela capacitação dos docentes, aquisição de material didático para aluno, quer pelo apoio ao desenvolvimento de projetos pedagógicos baseados em referenciais curriculares.

O Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil - RCNEI foi concebido com a finalidade de servir como guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de 0 a 6 anos, respeitando seus

estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira. Esse documento é resultado de amplo debate nacional, do qual participaram professores e diversos profissionais que atuam diretamente com as crianças.

TABELA 58
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

UF	CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES			MATERIAL DIDÁTICO/PEDAGÓGICO			TOTAL EXECUTADO	Em R\$
	ESCOLA	ALUNO	PROF.	EXECUÇÃO FINANCEIRA	ESCOLA	ALUNO	EXECUÇÃO FINANCEIRA	
AC							0,00	
AM	5	599	21	8.439,75	10	1.582	81.825,48	90.265,23
AP							0,00	
PA	3	500	15	7.083,45	3	500	39.600,00	46.683,45
RO							0,00	
RR							0,00	
TO	146	6.315	380	172.219,96	1	110	5.954,85	178.174,81
NORTE	154	7.414	416	187.743,16	14	2.192	127.380,33	315.123,49
AL	342	20.058	827	325.825,20	105	5.033	153.849,68	479.674,88
BA	898	48.329	2.441	790.730,96	273	6.065	209.120,36	999.851,32
CE	1.239	49.209	2.705	1.212.579,72	317	8.148	370.817,10	1.583.396,82
MA	1.311	50.842	2.373	827.398,43	867	23.641	1.266.387,54	2.093.785,97
PB	312	24.910	1.265	612.712,39	297	5.971	351.936,08	964.648,47
PE	699	21.182	1.136	539.623,10	23	2.540	58.511,89	598.134,99
PI	277	7.804	548	329.569,83	363	10.162	599.277,11	928.846,94
RN	409	15.294	1.027	384.933,60	210	9.267	529.919,05	914.852,65
SE	737	32.474	1.511	782.701,92				782.701,92
NORDESTE	6.224	270.102	13.833	5.806.075,15	2.455	70.827	3.539.818,81	9.345.893,96
ES	79	6.046	322	67.320,99				67.320,99
MG	103	5.684	279	118.755,28				118.755,28
RJ	895	28.850	1.096	149.779,08				149.779,08
SP	1.040	198.262	6.197	2.074.737,31				2.074.737,31
SUDESTE	2.117	238.842	7.894	2.410.592,66	0	0	0,00	2.410.592,66
PR	244	11.671	657	272.838,56				272.838,56
RS	794	31.432	285	137.849,58				137.849,58
SC	444	20.036	709	367.194,51				367.194,51
SUL	1.482	63.139	1.651	777.882,65	0	0	0,00	777.882,65
DF							0,00	
GO	166	8.947	479	210.104,88				210.104,88
MS	220	16.304	120	60.390,00				60.390,00
MT	255	15.515	725	393.133,95				393.133,95
COESTE	641	40.766	1.324	663.628,83	0	0	0,00	663.628,83
TOTAL	10.618	620.263	25.118	9.845.922,45	2.469	73.019	3.667.199,14	13.513.121,59

FONTE: FNDE/Dirpe

Nota: a execução financeira foi integralizada pelos seguintes Projetos / Atividades:
Formação Continuada de Professores da Educação Infantil 9.845.922,44
Aquisição e distrib. de material didático / pedagógico para Educação Infantil 3.667.199,14

Com vistas à racionalização do processo de apoiar financeiramente instituições que atuam nessa modalidade de ensino o FNDE, juntamente com a SEF definiram como critérios de aprovação as solicitações dos municípios localizados nas regiões Norte e Nordeste com IDH igual ou menor que 0,500, ou municípios que estejam operacionalizando os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil - RCNEI e que integram a área de abrangência do Programa Parâmetros em Ação.

A dotação global foi executada em 76% e foram capacitados 25.118 professores de 10.618 escolas, beneficiando 620.263 alunos. Foram distribuídos 73.019 módulos/aluno, de 2.469 escolas de educação pré escolar, conforme demonstrado na tabela 58.

4.2.6 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS (PROGRAMA DI50)

No intuito de "garantir a assistência e promover o etnodesenvolvimento das comunidades indígenas", coube ao FNDE a responsabilidade de descentralizar recursos para viabilizar a capacitação de docentes em exercício nas classes de educação indígena e a produção e/ou impressão de material didático específico para professores e alunos da educação escolar indígena.

Esse Programa vem implementar os preceitos constitucionais, pelos quais os índios passam a ser respeitados como grupo étnico diferenciado, com direito a manter "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições" (art. 231 da Constituição Federal). O mesmo texto constitucional, em seu art. 210, assegura às comunidades indígenas o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, devendo o Estado proteger as manifestações das culturas indígenas (art. 215).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional garante aos povos indígenas, nos artigos 78 e 79, a oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural, assegurando aos índios o direito a uma escola com características específicas, que busque a valorização do conhecimento tradicional vigente em seu meio, ao mesmo tempo em que lhes forneça instrumentos para enfrentar o contato com outras sociedades.

Em cumprimento a esses direitos, o Ministério da Educação propõe um Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, em que são apresentadas idéias básicas e sugestões de trabalho para o conjunto das áreas do conhecimento e para cada ciclo escolar das escolas indígenas, inseridas no ensino fundamental.

Seis secretarias estaduais de educação operacionalizam os Referenciais Curriculares Nacionais para as escolas Indígenas e integram a área de abrangência do Programa Parâmetros em Ação.

Foram capacitados 462 professores de 126 escolas, beneficiando 15.289 alunos. O material didático foi distribuído a 153 escolas tendo sido produzidos 3.005 exemplares e impressos 7.420 exemplares, conforme demonstrado na tabela 59.

TABELA 59
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA - EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

UF	CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES			MATERIAL DIDÁTICO			TOTAL EXECUTADO	Em R\$	
	ESCOLA	PROF.	ALUNO	EXECUÇÃO FINANCEIRA	ESCOLA	IMPRESSÃO ALUNO	PRODUÇÃO ALUNO	EXECUÇÃO FINANCEIRA	
AM				0,00	87	4.000		46.351,80	46.351,80
TO	63	137	2.745	67.815,00					0,00 67.815,00
NORTE	63	137	2.745	67.815,00	87	4.000	0	46.351,80	114.166,80
PB	29	125	3.120	40.243,50	29	3.120	5	45.698,40	85.941,90
NORDESTE	29	125	3.120	40.243,50	29	3.120	5	45.698,40	85.941,90
MS	34	200	9.424	97.548,66	37	300	3.000	3.415,50	100.964,16
COESTE	34	200	9.424	97.548,66	37	300	3.000	3.415,50	100.964,16
TOTAL	126	462	15.289	205.607,16	153	7.420	3.005	95.465,70	301.072,86

FONTE: FNDE/Dirpe

Nota: a execução financeira foi integralizada pelos seguintes Projetos / Atividades:
Capacitação de Profissionais para Educação Indígena 199.607,16
Distribuição de Material Didático para a Educação Indígena 95.465,70
Apóio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental 6.000,00

4.2.7 CULTURA AFRO-BRASILEIRA (PROGRAMA 0172)

O Programa de Governo Cultura Afro-Brasileira tem como objetivo preservar a cultura e a memória afro-brasileira.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 215, assegura que "o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais e populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional". Ademais o art. 68, dos Atos e Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, determina que "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos definitivos".

Para assegurar a implementação desse Programa, a Fundação Cultural Palmares e a Casa Civil da Presidência da República reuniram técnicos de diversas áreas, pertencentes aos quadros de diversos ministérios que atuam diretamente nas comunidades, para desenvolver Plano de Ação implementado em comunidades piloto distribuídas pelos eixos regionais de desenvolvimento. Ao Ministério da Educação, coube implementar ações com vistas à formação continuada de professores do Ensino Fundamental que atuam nas áreas remanescentes de quilombos, visando a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Fundamental.

Para sua execução, a SEF definiu, como clientela passível de apoio financeiro em 2001, municípios onde estão localizados as comunidades Remanescentes de Quilombos, cujas escolas possuíam classes multisseriadas.

Firmaram-se 10 convênios, com os estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, facultando a capacitação de 394 professores de 114 escolas, beneficiando 8.711 alunos, conforme tabela 60.

TABELA 60
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NOS QUILOMBOS
E NAS CLASSES MULTISERIADAS - EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

UF	ESCOLA	ALUNO	PROFESSOR	TOTAL EXECUTADO	Em R\$							
					ESCOLA	ALUNO	PROF.	EXECUÇÃO FINANCEIRA	ESCOLA	MÓDULO DISTRIBUÍDO	EXECUÇÃO FINANCEIRA	TOTAL EXECUTADO
BA	14	2.388	170	61.843,20							0,00	58.608,00
MA	16	1.089	41	19.849,50							0,00	58.608,00
NORDESTE	30	3.477	211	81.692,70							0,00	58.608,00
RJ	9	663	35	11.232,00							0,00	58.608,00
SULDESTE	9	663	35	11.232,00							0,00	58.608,00
RS	14	2.576	50	20.146,50							0,00	58.608,00
SUL	14	2.576	50	20.146,50							0,00	58.608,00
GO	61	1.995	98	36.023,67							0,00	58.608,00
C.OESTE	61	1.995	98	36.023,67							0,00	58.608,00
TOTAL	114	8.711	394	149.094,87								

Fonte: FNDE/Dirpe

4.2.8 PAZ NAS ESCOLAS (PROGRAMA 0668)

O Programa de Governo Paz nas Escolas tem por objetivo "reduzir a violência entre jovens e adolescentes nas escolas do País" e foi introduzido, institucionalmente, na área da Educação, no exercício de 2000.

Em 1998, considerando a gravidade das manifestações de violência em escolas da rede pública e privada do País, foi instituído, no âmbito da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, grupo de trabalho interinstitucional para estudar, avaliar e propor medidas que reduzissem a violência nas escolas. Partindo dos princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e das Diretrizes de Política Nacional de Direitos Humanos, e considerando tanto necessidade de mais informações sobre a forma pela qual a violência tem se manifestado na vida escolar e como a indispensabilidade da atuação governamental na busca de soluções para o problema, o Grupo de Trabalho - GT elaborou documento intitulado Projeto Piloto.

O Projeto Piloto destaca: a formação de Comitês pela Paz nas Escolas, vinculados às comunidades locais; a socialização de experiências de combate à violência e a valorização dos espaços de lazer para maior integração entre a escola e a comunidade. Essas proposições constituíram a base do Programa Nacional Paz nas Escolas, que representa o ponto de partida e instrumento catalisador de idéias, experiências, projetos e atividades inovadoras para a redução dos comportamentos de violência nas escolas.

Apenas um projeto referente à Capacitação de Educadores para o Enfrentamento da Violência nas Escolas foi executado pela Autarquia. A parceria com as secretarias estaduais de educação foi direcionada para o

TABELA 61
PAZ NAS ESCOLAS - EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

UF	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES	MATERIAL DIDÁTICO / PEDAGÓGICO			TOTAL EXECUTADO					
		ESCOLA	ALUNO	PROF.	EXECUÇÃO FINANCEIRA	ESCOLA	MÓDULO DISTRIBUÍDO	EXECUÇÃO FINANCEIRA		
AP	33	0	320	58.608,00					0,00	58.608,00
NORTE	33	0	320	58.608,00	0	0	0	0,00	58.608,00	
BA	5	7.410	307	81.681,00	5	7.410	58.319,00	140.000,00		
NORDESTE	5	7.410	307	81.681,00	5	7.410	58.319,00	140.000,00		
MG	179	193.099	0	71.280,00				0,00	71.280,00	
RJ	23	21.804	700	95.337,00	23	12.000	35.640,00	130.977,00		
SP	4	1.730	57	16.958,70				0,00	16.958,70	
SUDESTE	206	216.633	757	183.575,70	23	12.000	35.640,00	219.215,70		
SC	35	14.072	140	64.300,50	35	12.342	185.368,59	249.669,09		
SUL	35	14.072	140	64.300,50	35	12.342	185.368,59	249.669,09		
GO	162	83.059	200	7.642,28	162	40.000	118.800,00	126.442,28		
C.OESTE	162	83.059	200	7.642,28	162	40.000	118.800,00	126.442,28		
TOTAL	441.321.174	1.724	395.807,48	225	71.752	398.127,59	793.935,07			

Fonte: FNDE/Dirpe

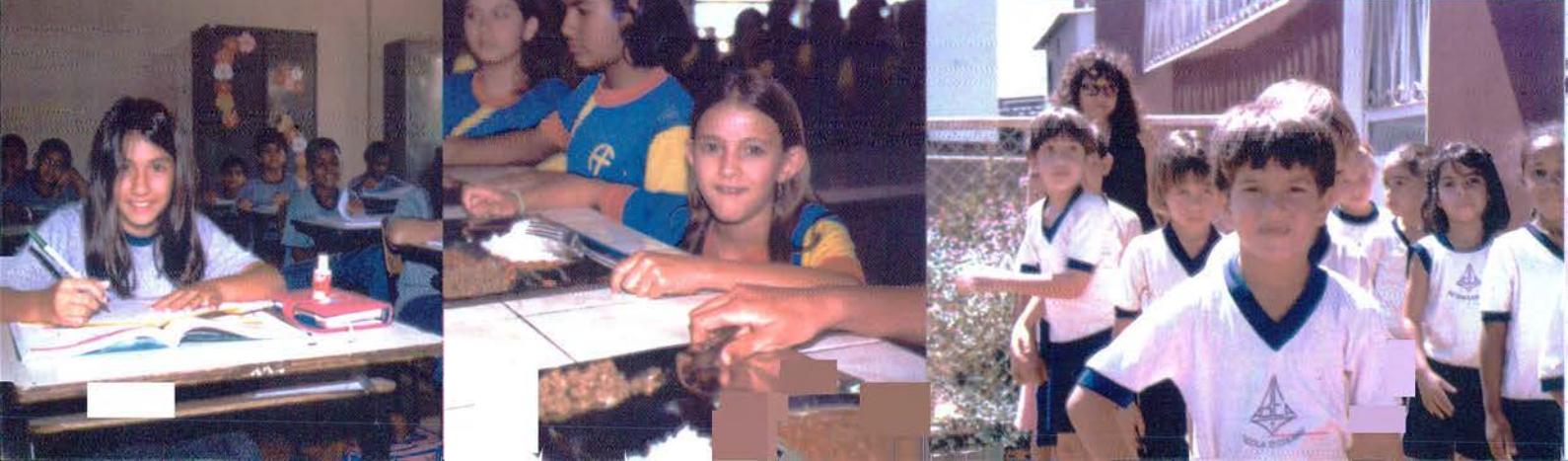
desenvolvimento da ética e da cidadania nas escolas, preparando os professores, dentro dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, para conscientização dos alunos e da comunidade sobre o enfrentamento da violência nas escolas.

Conforme tabela 61, foram firmados 07 convênios com 07 prefeituras municipais de todas as regiões do País. Foram capacitados 1.724 professores de 441 escolas, com vistas a atender 321.174 alunos. Foram também distribuídos 71.752 Kits com materiais didáticos para alunos de 225 escolas.



4.3

Diretoria
de Ações
e Assistência
Educacional



A Dirae tem como atribuição o gerenciamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, ações que compõem o Programa de Governo "Toda Criança na Escola".

A Diretoria estabeleceu critérios para transferências de recursos financeiros aos estados, municípios, Distrito Federal e escolas federais, estaduais, municipais e entidades filantrópicas. O objetivo desses recursos é contribuir para a melhoria do desempenho escolar, redução de evasão e da repetência dos alunos, infra-estrutura física e pedagógica das escolas, estímulo à freqüência e permanência das crianças em sala de aula, bem como a erradicação do trabalho infantil.

4.3.1 TODA CRIANÇA NA ESCOLA (PROGRAMA 0042)

DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE

Essa ação foi implementada a partir de 1995, com o nome de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, financiando, inicialmente, apenas despesas de custeio para as escolas públicas do ensino fundamental das redes estadual, do Distrito Federal e municipal. A partir de 1997, o Programa estendeu o seu atendimento às escolas de educação especial, mantidas por organizações não-governamentais sem fins lucrativos e inscritas no Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS e ampliou sua linha de financiamento, provendo os estabelecimentos de ensino beneficiários com recursos na categoria econômica de capital, possibilitando-lhes a realização de despesas com pequenos investimentos, tendo, a partir de 1998, a sua denominação sido alterada para Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE.

O PDDE tem por objetivo contribuir para a melhoria do ensino fundamental e da equidade de acesso dos alunos à escola com qualidade, reforçando a autonomia gerencial e a participação social das unidades educacionais, assegurando-lhes as condições indispensáveis ao seu bom funcionamento. Para tanto, repassa recursos para a escola, creditando-os na conta corrente de sua unidade executora¹, cuja ação foi desenhada de maneira que o dinheiro seja, preferencialmente, transferido diretamente na conta bancária da UEx. do estabelecimento de ensino beneficiário.

Há duas formas de transferência de recursos, isto é, as escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais recebem os recursos automaticamente em conta bancária específica, enquanto que para as ONG's é necessário a assinatura de convênio.

O valor devido a cada escola beneficiária tem por referência o quantitativo de alunos matriculados no ensino fundamental e na educação especial², conforme os dados do Censo Escolar do exercício imediatamente anterior. No

caso das unidades educacionais públicas, o cálculo da parcela a ser transferida baseia-se também no princípio redistributivo dos recursos disponíveis, visando concorrer para a redução das desigualdades sócio-educacionais existentes entre as regiões brasileiras.

TABELA 62
DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS - PDDE - 1999 E 2000

UF/REGIÃO DEVIDAS	NÃO RECEBIDAS			RECEBIDAS			Em R\$
	QUANT(1)	%	TOTAL	EM ANÁLISE	AÇÃO JUDICIAL	DILIGÉNCIA APROVADA	
AC	29	3	10,34	26	0	0	11 15 51,72
AM	69	10	14,49	59	0	9	27 23 33,33
AP	15	7	46,67	8	0	4	3 1 6,67
PA	224	22	9,82	202	7	40	68 87 38,84
RO	84	13	15,48	71	2	1	34 34 40,48
RR	8	3	37,50	5	1	0	3 1 12,50
TO	217	36	16,59	181	5	21	57 98 45,16
N	646	94	14,55	552	15	75	203 259 40,09
AL	138	4	2,90	134	1	17	59 57 41,30
BA	619	51	8,24	568	8	61	225 274 44,26
CE	352	13	3,69	339	1	25	100 213 60,51
MA	391	26	6,65	365	4	49	141 171 43,73
PB	347	28	8,07	319	11	16	126 166 47,84
PE	309	24	7,77	285	10	7	101 167 54,05
PI	360	14	3,89	346	4	32	120 190 52,78
RN	277	28	10,11	249	6	13	78 152 54,87
SE	117	10	8,55	107	1	0	28 78 66,67
NE	2.910	198	6,80	2.712	46	220	978 1.480 50,45
DF	0	0	-	0	0	0	0 0 -
GO	398	25	6,28	373	1	6	101 265 66,58
MS	146	4	2,74	142	3	2	26 111 76,03
MT	184	15	8,15	169	3	4	41 121 65,76
CO	728	44	6,04	684	7	12	108 497 68,27
ES	149	4	2,68	145	0	0	39 106 71,14
MG	1.467	95	6,48	1.372	24	32	230 1.086 74,03
RJ	151	0	0,00	151	1	0	51 99 65,56
SP	770	25	3,25	745	8	0	140 597 77,53
SD	2.537	124	4,89	2.413	33	32	460 1.888 74,42
PR	677	12	1,77	665	3	2	133 527 77,84
RS	824	13	1,58	811	5	0	94 712 86,41
SC	502	15	2,99	487	5	0	59 423 84,26
S	2.003	40	2,00	1.963	13	2	286 1.662 82,98
OR	8.824	500	5,67	8.324	114	341	2.095 5.774 65,44

FONTE: FNDE/Dirae

(1) Não recebidas/devidas

(2) Aprovadas/recebidas

Os recursos transferidos são utilizados em:

- aquisição de material permanente;
- manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar;
- aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola;

1 - Unidade executora, neste contexto, deve ser entendida como a instituição/entidade em nome da qual o FNDE credita os recursos da escola. Por este conceito, são executores:

• a unidade executora própria (UEx.) - entidade de direito privado, com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos - comumente chamada Associação de Pais e Mestres, Conselho Escolar, Círculo de Pais e Mestres, Cooperativa Escolar ou similar - composta de professores, diretores, demais servidores da escola, pais de alunos, dentre outros, interessados em promover o bom funcionamento da escola pública e melhorar a qualidade do ensino por ela ministrado, com participação ativa e sistemática na sua gestão administrativa, financeira e pedagógica, originada para receber e executar os recursos do PDDE, destinados à(s) escola(s) que representa. Ela constitui-se, sobremodo, no mecanismo que possibilita a efetivação da política de descentralização de recursos e do exercício do controle social das ações implementadas pelo PDDE.

• a ONG mantenedora de escola de educação especial.

• a prefeitura municipal e a secretaria de educação dos estados e do Distrito Federal - a receberem e executarem os recursos do PDDE destinados às escolas que não instituíram as suas UEx.

2 - Em 2001, os valores dos recursos das escolas de educação especial foram majorados, com relação aos do exercício de 2000, em 50%.

- capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação;
- avaliação de aprendizagem;
- implementação de projeto pedagógico; e
- desenvolvimento de atividades educacionais.

Em 2001, o Programa teve os seus critérios de execução regulamentados pela Resolução CD/FNDE 009/2001 e 015/2001 em conformidade com a MP 2.100-28/2001.

Ocorreram alterações no fluxo de encaminhamento das prestações de contas da utilização dos recursos financeiros, à conta do PDDE³, as quais deixaram de ser enviadas aos Tribunais de Contas dos Estados, Distrito Federal e municípios, conforme o caso, e passaram a ser encaminhadas para o FNDE. Tais alterações foram decorrentes da controvérsia quanto à constitucionalidade de ser conferida àquelas Cortes a atribuição de recepcionar, analisar e julgar prestações de contas de recursos federais transferidos à conta do PDDE.

As prestações de contas de 1999 e 2000 devidas pelas prefeituras municipais atendidas pelo PDDE são apresentadas na tabela 62. Segundo a citada tabela, nos exercícios de 1999 e 2000, foram contempladas, respectivamente, 4.288 e 4.536 municípios com recursos do Programa, sendo recebidas pela Autarquia, relativas ao ano de 1999, cerca de 94% (4.019) do total das prestações de contas e, relativas ao ano de 2000, aproximadamente 95% (4.305) do total devido, conforme demonstrado, também, nos gráficos 12 e 13.

GRÁFICO 12

AVALIAÇÃO DO RECEBIMENTO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE 1999 DO PDDE

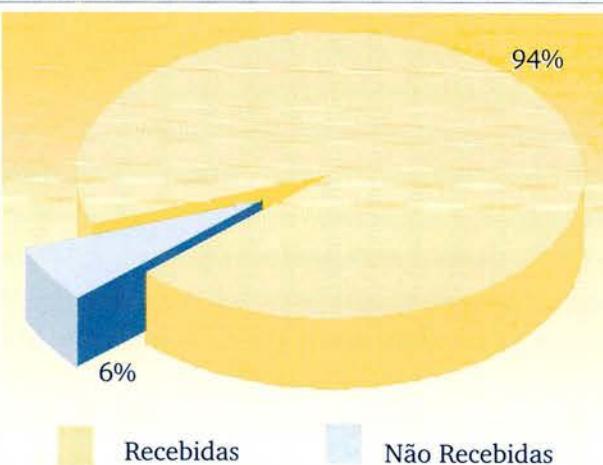


GRÁFICO 13
AVALIAÇÃO DO RECEBIMENTO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE 2000 DO PDDE

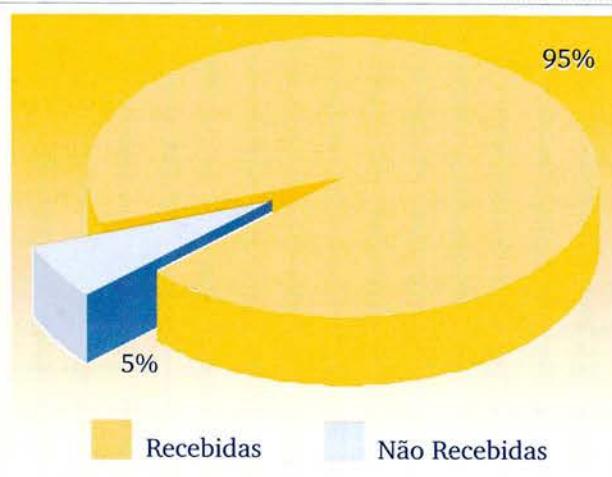


GRÁFICO 14

SITUAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE 1999 ENCAMINHADAS AO FNDE

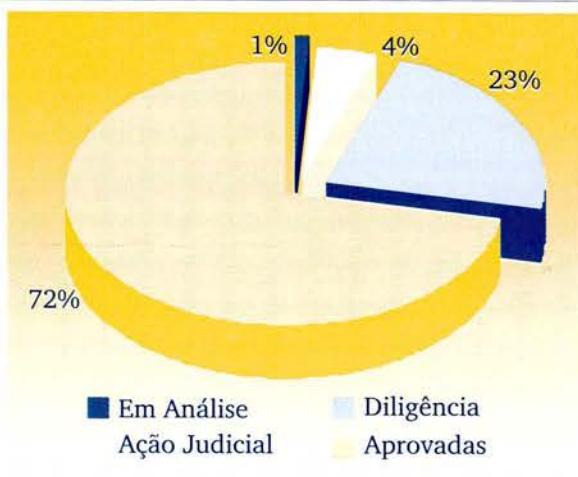
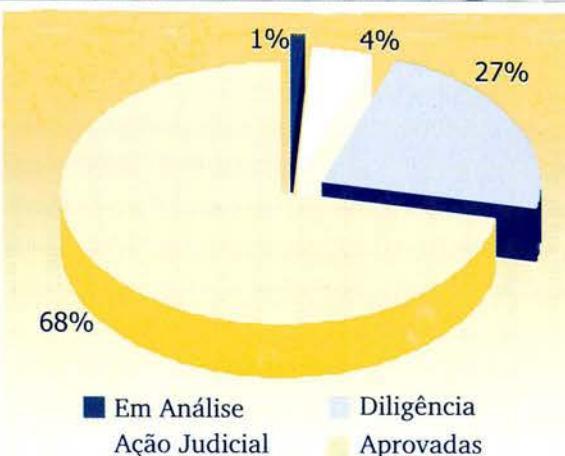


GRÁFICO 15

SITUAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE 2000 ENCAMINHADAS AO FNDE



3 - As Prefeituras Municipais e as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, após consolidarem as prestações de contas das escolas de suas respectivas redes de ensino, segundo a MP n.º 1.784, de 14/12/1998, deveriam enviá-las diretamente aos Tribunais de Contas a que estivessem jurisdicionadas. Mas, por força da MP n.º 1979-19, de 02/06/2000, regulamentada pela Resolução no 024, de 05 de outubro de 2000 - a qual alterou a Resolução CD/FNDE no 008/2000 -, passaram a encaminhá-las ao FNDE, inclusive as relativas ao exercício de 1999.

Conforme gráficos 14/15 e Tabela 62, 72% das prestações de contas relativas ao exercício de 1999 foram aprovadas e 23% encontram-se em diligência. Já em 2000, 68% das contas foram aprovadas e 27% encontram-se em diligência.

Os atuais prefeitos ajuizaram e enviaram ao FNDE 178 ações e representações criminais contra ex-prefeitos, em virtude da não prestação de contas de 1999, 163 correspondentes ao ano de 2000 e 341 equivalente a 2001.

A negligência nas prestações de contas (350 municípios deixaram de enviar uma ou ambas as prestações de contas) causaram a suspensão do repasse de recursos da ordem de R\$ 11,20 mil, deixando de atender 7.775 escolas de 438 municípios, causando obstáculo à concessão de benefícios a 813.635 alunos das redes de ensino daqueles municípios.

As prestações de contas de 2001 encontram-se pendentes, pois 5.774 das contas já foram aprovadas e 25% encontram-se em diligência.

As secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal encaminharam as prestações de contas, das 54 encaminhadas, 44 receberam chancela de aprovadas, 09 estão em diligência e 01 ainda encontrava-se em fase de análise.

Deixaram de ser atendidas pelo programa 282 escolas das redes estaduais, nas quais acham-se matriculados 118.744 alunos. Estas escolas não foram atendidas, por não terem prestado contas dos recursos de exercícios passados (ou tiveram suas contas reprovadas pelas respectivas secretarias de educação), correspondendo a suspensão do repasse de R\$ 1.233 mil.

A automação dos processos que dizem respeito ao planejamento, execução, acompanhamento e avaliação do PDDE, nos últimos anos, registrou avanços importantes, haja vista que:

- 729 municípios e as 27 secretarias de educação das unidades da federação utilizaram o PDDNET⁴ para realizarem os seus processos⁵ de adesão e habilitação, com vistas à participação no Programa, correspondendo a 61% dos recursos repassados, 35% das escolas atendidas e 70% dos alunos beneficiados;
- a Internet disponibiliza informações sobre a prestação de contas, pagamento, escolas beneficiárias, valor do repasse, domicílio bancário, conta corrente, entre outras.

O FNDE vem promovendo esforços no sentido de liberar os recursos ainda no primeiro semestre de cada ano. Esta é mais uma relevante conquista da execução do PDDE, pois veio atender a uma reclamação que se fazia frequente desde a implantação do Programa. No exercício de 2001, os recursos estavam disponíveis para liberação a partir do primeiro semestre. Os atrasos registrados nos repasses foram

pontuais e decorrentes dos retardamentos das proponentes no ato de formalização de seus processos de adesão e habilitação, no envio das prestações de contas e nas correções de impropriedades detectadas nas prestações de contas encaminhadas ao FNDE.

TABELA 63
PDDE - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

REDE DE ENSINO	DESEMPENHO (EM R\$)		
	METAS (A)	EXECUÇÃO (B)	DIFERENÇA (A - B)
ESTADUAL (1)			
Secretarias	27	27	0
Escolas	31.399	30.509	890
Alunos	15.831.000	15.445.592	385.408
Valores	136.080.100	132.181.700	3.898.400
Municipal (2)			
Municípios	5.306	4.739	567
Escolas	102.736	91.413	11.323
Alunos	16.359.058	15.013.646	1.345.412
Valores	188.968.100	169.939.800	19.028.300
Brasil (1 + 2)			
Secretarias	27	27	0
Municípios	5.306	4.739	567
Escolas	134.135	121.922	12.213
Alunos	32.190.058	30.459.238	1.730.820
Valores	325.048.200	302.121.500	22.926.700

FONTE: FNDE/Dirae

O PDDE é uma ação de caráter supletivo, envolvendo parcerias. Por isso, necessita de assentimento para realização de transferência de recursos às escolas, significando que a prefeitura municipal e a secretaria de educação dos estados e do Distrito Federal, que desejarem atendimento, devem formalizar o processo de adesão e habilitação enviando informações e documentos definidos pelos dispositivos legais.

Apesar das numerosas e consistentes correspondências e diligências enviadas, da totalidade dos municípios com escolas passíveis de atendimento, 129 (o equivalente a 2,4%) deixaram de participar do Programa. Deste conjunto de municípios, 95 não se manifestaram, 34 enviaram a documentação incompleta e 8 retardaram o envio dos dados, não havendo tempo hábil para as devidas formalizações da concessão de recursos. Deixaram, por isso, de serem repassados.

O atendimento das escolas pelo PDDE, como já foi visto, circunscreve-se estritamente à estimativa fornecida pelo censo escolar do exercício imediatamente anterior.

4 - A primeira experiência de envio de dados ao FNDE por meio eletrônico ocorreu em 1999, sendo que as prefeituras das capitais e as secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal foram obrigadas a realizá-lo por esse meio. A partir de 2000, o sistema vem sendo aperfeiçoado e a obrigatoriedade estendeu-se aos municípios com população igual ou superior a 50 mil habitantes.

5 - A adesão e habilitação correspondem à manifestação de interesse da prefeitura municipal e da secretaria de educação do estado e do Distrito Federal em participarem do Programa, concretizada pelo envio de dados e informações ao FNDE, previamente definidos nas diretrizes e nos critérios e procedimentos que disciplinam o repasse dos recursos financeiros do PDDE, fazendo parte de tais processos o envio de dados e informações, entre outros, para constituição de base cadastral de dados, relativas à:

- instituição proponente e ao seu dirigente - prefeitura municipal e secretaria de educação dos estados e do Distrito Federal;
- unidade executora própria e ao seu dirigente.

Desta maneira, as informações sobre as unidades educacionais que se tornam, no transcurso do exercício, inabilitadas (por força de terem sido desativadas, extintas, paralisadas, nucleadas⁶, etc.) ficam defasadas e no planejamento da execução do Programa os dados relativos a estas situações não são captados.

O número de escolas municipais inabilitadas, adicionado ao total daquelas oriundas das situações em que não foram atendidas as exigências de criação de unidades executoras (nos casos em que a escola registrava, no Censo de 2000, um número acima de 99 alunos matriculados) foram fatores responsáveis pela exclusão de outras 2.489 escolas, com capacidade de oferecer 434.125 vagas, correspondendo a R\$ 6.456.800,00. No caso das escolas inabilitadas das redes estaduais, tem-se que 608 estabelecimentos de ensino não foram contemplados com o equivalente a R\$ 2.664.800,00, deixando de serem beneficiados 266.664 alunos. Estas acrescidas daquelas que deixaram de ser atendidas por pendências na prestação de contas, chega-se aos valores da Tabela 63.

Os dados a respeito da execução do PDDE, incluindo as diferentes formas de transferências de recursos⁷, podem ser vistos na tabela 64, a seguir.

TABELA 64
PDDE - RESUMO DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

DADOS FÍSICOS - FINANCEIROS		ESCOLA		Em R\$
		COM UNIDADE EXECUTORA	SEM UNIDADE EXECUTORA	TOTAL
ESCOLAS ATENDIDAS		70.416	51.506	121.922
ALUNOS BENEFICIADOS		28.293.623	2.165.615	30.459.238
VALOR TRANSFERIDO		261.991.300	40.130.200	302.121.500

FONTE: FNDE/Dirae

6 - É a situação em que mais de uma escola são agrupadas em uma única escola denominada Escola Pólo.

7 - Existem dois modos de transferência dos recursos à conta do PDDE: a) Diretamente - neste caso a escola necessita instituir uma UEx, sendo obrigatório para aquelas acima de 99 alunos. b) Indiretamente - quando a escola com mais de 20 alunos e menos de 100 não possui UEx. Para tais escolas o dinheiro é repassado à prefeitura municipal e à Secretaria de Educação do estado ou do Distrito Federal, conforme sua vinculação.

TABELA 65
QUANTIDADE DE ESCOLAS COM E SEM UNIDADE EXECUTORA PRÓPRIA, ALUNOS E VALOR REPASSADO

UF/REGIÃO	ESCOLA C/UNID EXEC PRÓPRIA (A)					ESCOLA S/UNID EXEC PRÓPRIA (B)					C = (A + B)			
	N.º UEx	N.º ESC	N.º ALUN	VALOR (EM R\$ 1,00)		N.º ESC	N.º ALUN	CUSTEIO	N.º ESC	N.º ALUN	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL	
AC	403	420	105.073	1.058.500	179.400	1.237.900	538	18.814	373.200	958	123.887	1.431.700	179.400	1.611.100
AM	978	1.158	510.155	4.357.600	790.200	5.147.800	1.611	61.288	1.178.700	2.769	571.443	5.536.300	790.200	6.326.500
AP	144	144	37.659	381.200	64.700	445.900	81	2.849	56.300	225	40.508	437.500	64.700	502.200
PA	2.699	3.065	1.077.485	10.161.500	1.835.900	11.997.400	7.000	288.386	5.501.900	10.065	1.365.871	15.663.400	1.835.900	17.499.300
RO	940	972	254.874	2.494.300	412.200	2.906.500	456	16.020	317.000	1.428	270.894	2.811.300	412.200	3.223.500
RR	143	143	65.563	581.600	111.500	693.100	163	6.026	116.000	306	71.589	697.600	111.500	809.100
TO	685	818	269.098	2.559.300	464.900	3.024.200	491	17.589	350.600	1.309	286.687	2.909.900	464.900	3.374.800
N	5.992	6.720	2.319.907	21.594.000	3.858.800	25.452.800	10.340	410.972	7.893.700	17.060	2.730.879	29.487.700	3.858.800	33.346.500
AL	1.500	1.638	554.670	5.383.700	950.700	6.334.400	1.347	66.164	1.211.400	2.985	620.834	6.595.100	950.700	7.545.800
BA	7.442	8.843	2.752.096	26.782.100	4.692.400	31.474.500	9.531	408.259	7.703.800	18.374	3.160.355	34.485.900	4.692.400	39.178.300
CE	3.954	4.113	1.419.333	13.679.700	2.461.700	16.141.400	3.865	171.766	3.185.600	7.978	1.591.099	16.865.300	2.461.700	19.327.000
MA	3.253	3.383	1.142.532	11.188.600	2.048.500	13.237.100	6.219	266.950	5.026.400	9.602	1.409.482	16.215.000	2.048.500	18.263.500
PB	1.847	1.938	628.410	6.183.900	1.116.700	7.300.600	2.374	99.606	1.886.400	4.312	728.016	8.070.300	1.116.700	9.187.000
PE	2.585	2.649	1.109.630	10.233.900	1.916.200	12.150.100	4.130	182.837	3.447.500	6.779	1.292.467	13.681.400	1.916.200	15.597.600
PI	1.773	2.001	511.212	5.385.300	934.100	6.319.400	3.493	141.814	2.700.600	5.494	653.026	8.085.900	934.100	9.020.000
RN	1.307	1.359	497.529	4.783.600	899.500	5.583.100	1.337	55.210	1.069.600	2.696	552.739	5.853.200	899.500	6.752.700
SE	880	921	331.006	3.170.300	568.600	3.738.900	771	37.700	695.700	1.692	368.706	3.866.000	568.600	4.434.600
NE	24.541	26.845	8.946.418	86.791.100	15.588.400	102.379.500	33.067	1.430.306	26.927.000	59.912	10.376.724	113.718.100	15.588.400	129.306.500
DF	485	491	321.201	1.882.200	379.600	2.261.800	4	185	2.600	495	321.386	1.884.800	379.600	2.264.400
GO	2.219	2.431	986.921	9.074.900	1.705.500	10.780.400	251	9.531	187.700	2.682	996.452	9.262.600	1.705.500	10.968.100
MS	798	808	417.339	3.666.700	699.500	4.366.200	9	457	8.900	817	417.796	3.675.600	699.500	4.375.100
MT	1.115	1.145	507.341	4.569.800	870.400	5.440.200	534	21.525	412.800	1.679	528.866	4.982.600	870.400	5.853.000
CO	4.617	4.875	2.232.802	19.193.600	3.655.000	22.848.600	798	31.698	612.000	5.673	2.264.500	19.805.600	3.655.000	23.460.600
ES	1.025	1.036	478.393	3.042.900	605.900	3.648.800	831	29.684	492.300	1.867	508.077	3.535.200	605.900	4.141.100
MG	6.494	6.733	3.147.210	19.788.400	3.861.200	23.649.600	3.029	124.321	1.985.500	9.762	3.271.531	21.773.900	3.861.200	25.635.100
RJ	3.947	4.011	1.913.230	11.910.600	2.363.000	14.273.600	553	23.904	374.900	4.564	1.937.134	12.285.500	2.363.000	14.648.500
SP	7.836	7.972	5.374.710	31.689.500	6.347.400	38.036.900	863	36.926	572.500	8.835	5.411.636	32.262.000	6.347.400	38.609.400
SD	19.302	19.752	10.913.543	66.431.400	13.177.500	79.608.900	5.276	214.835	3.425.200	25.028	11.128.378	69.856.600	13.177.500	83.034.100
PR	4.415	4.493	1.508.807	10.273.300	2.007.900	12.281.200	873	33.217	540.900	5.366	1.542.024	10.814.200	2.007.900	12.822.100
RS	4.814	4.830	1.495.711	10.306.300	1.979.600	12.285.900	949	36.254	598.700	5.779	1.531.965	10.905.000	1.979.600	12.884.600
SC	2.898	2.901	876.435	6.041.000	1.093.400	7.134.400	203	8.333	132.700	3.104	884.768	6.173.700	1.093.400	7.267.100
S	12.127	12.224	3.880.953	26.620.600	5.080.900	31.701.500	2.025	77.804	1.272.300	14.249	3.958.757	27.892.900	5.080.900	32.973.800
BR	66.579	70.416	28.293.623	220.630.700	41.360.600	261.991.300	51.506	2.165.615	40.130.200	121.922	30.459.238	260.760.900	41.360.600	302.121.500

O tabela 65, contém os dados físicos executados relativos a escolas e alunos, além dos valores transferidos por estado e região no exercício de 2001. A partir da análise do cenário apresentado, depreende-se que 53,5% dos estabelecimentos de ensino das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste receberam recursos financeiros, referentes ao PDDE, de forma indireta, via prefeitura municipal ou secretaria de educação do estado. Isso caracteriza a predominância de unidades educacionais com matrícula inferior a 100 alunos.

A maior parte dos recursos financeiros (61,6%) foi repassada para regiões mais carentes (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), apesar das três regiões somarem 50,5% do alunado nacional matriculado em escolas atendidas pelo PDDE. Comparando-se os percentuais por região, infere-se que essa ação vem contribuindo para redução dos desníveis regionais e cumprindo a função, também, de redistribuição de renda.

Nas regiões Sul e Sudeste as transferências de recursos foram efetivadas, predominantemente, de forma direta nas contas bancárias de 31.976 escolas que instituíram suas unidades executoras próprias. Isso representa a quantia de R\$ 111.310.400,00, correspondendo a 96% do total transferido para ambas as regiões. Tais estabelecimentos de ensino foram responsáveis pela oferta de 98,1% das vagas

TABELA 66
ATENDIMENTO À ONG'S - PDDE

UF/REGIÃO	QUANTIDADE		VALOR (EM R\$ 1.00)			
	CONVÊNIOS	ESCOLAS	ALUNOS	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL
AC	2	2	310	4.800	4.800	9.600
AM	8	8	663	15.150	15.150	30.300
AP	1	1	361	4.500	4.500	9.000
PA	3	3	1.076	17.550	17.550	35.100
RO	9	9	999	19.950	19.950	39.900
RR	0	0	0	0	0	0
TO	12	12	1.394	28.500	28.500	57.000
N	35	35	4.803	90.450	90.450	180.900
AL	3	3	324	6.150	6.150	12.300
BA	22	22	2.648	51.375	51.375	102.750
CE	13	13	1.890	35.100	35.100	70.200
MA	9	9	1.155	23.100	23.100	46.200
PB	7	7	559	12.825	12.825	25.650
PE	6	6	1.281	16.350	16.350	32.700
PI	18	18	1.927	38.550	38.550	77.100
RN	9	9	1.426	24.600	24.600	49.200
SE	2	2	298	5.250	5.250	10.500
NE	89	89	11.508	213.300	213.300	426.600
DF	3	3	222	5.325	5.325	10.650
GO	8	8	568	13.350	13.350	26.700
MS	41	41	3.401	72.825	72.825	145.650
MT	36	36	2.744	60.150	60.150	120.300
CO	88	88	6.935	151.650	151.650	303.300
ES	46	46	5.317	86.100	86.100	172.200
MG	226	226	26.266	493.425	493.425	986.850
RJ	49	49	5.243	103.125	103.125	206.250
SP	214	214	25.267	470.175	470.175	940.350
SD	535	535	62.093	1.152.825	1.152.825	2.305.650
PR	239	239	21.816	446.400	446.025	892.425
RS	128	128	11.688	244.275	244.275	488.550
SC	127	127	10.197	215.250	215.250	430.500
S	494	494	43.701	905.925	905.550	1.811.475
BR	1.241	1.241	129.040	2.514.150	2.513.775	5.027.925

FONTE: FNDE/Dirae

dos alunos matriculados nas escolas beneficiadas pelo PDDE naquelas regiões.

O atendimento às ONGs, em 2001, foi estimado em 1.541 estabelecimentos, com um total de 152.264 alunos, baseado, também, no censo escolar de 2000. Das escolas previstas, 1.241 (80,5%) foram atendidas, beneficiando 129.040 (84,7%) alunos, as quais foram repassados R\$ 5,02 milhões, o equivalente a 83,7% do valor estimado, segundo demonstrado na tabela 66.

O PDDE culminou sua execução transferindo a 123.463 escolas (públicas e privadas de educação especial - ONG's), que beneficiaram 30.588.278 alunos, o total de R\$ 307.149.425,00 cuja execução total, por região, consta da tabela 67.

TABELA 67
EXECUÇÃO TOTAL - PDDE

REGIÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	EXECUTADO	EXECUÇÃO (%)	
			POR REGIÃO (1)	NA REGIÃO (2)
Norte	38.081.300	33.346.500	87,57	11,04
Nordeste	143.325.900	129.306.500	90,22	42,80
Centro-Oeste	24.494.400	23.460.600	95,78	7,77
Sudeste	85.629.200	83.034.100	96,97	27,48
Sul	33.517.400	32.973.800	98,38	10,91
Brasil	325.048.200	302.121.500	92,95	100,00

FONTE:FNDE/Dirae

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, mais conhecido como Merenda Escolar, se apresenta atualmente como um modelo do reconhecer, concretizar e fortalecer o Direito à Alimentação, uma vez que, de forma constitucional e universal, vem garantir esse direito através da obrigatoriedade do Estado em fornecer alimentação escolar a todos os alunos da rede pública e escolas filantrópicas matriculados no ensino fundamental. Por seu caráter universal essa ação governamental atinge as diferentes classes sociais, tornando-o necessário e insubstituível, principalmente para os grupos populacionais inseridos na linha de pobreza.

Desde a edição da Medida Provisória 1784/98, que atualmente se encontra sob o número 2178-36/01, a execução do PNAE se desenvolve de forma descentralizada, ou seja, a transferência dos recursos aos estados, Distrito Federal, municípios e, ainda, às escolas federais é feita de forma direta, mediante depósito em conta-corrente específica, aberta pela Autarquia, sem a necessidade de se firmar convênio ou qualquer outro tipo de instrumento legal.

A aplicação dos recursos recebidos à conta do PNAE deve ser feita, exclusivamente, na aquisição de gêneros alimentícios, e 70% do total transferido tem, obrigatoriamente, que ser aplicado na compra de produtos básicos. Os cardápios são elaborados por nutricionistas capacitados, com a participação do CAE, e devem respeitar os hábitos alimentares locais, sua vocação agrícola, privilegiando os produtos básicos e, ainda, priorizando, dentre esses, os produtos semi-elaborados e *in natura*.

Os recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2001, foram da ordem de R\$ 920,00 mil, para o atendimento de 37.137.900 alunos matriculados no ensino pré-escolar, ensino fundamental da rede pública e entidades filantrópicas. Foram repassados R\$ 902,2 milhões, conforme demonstra a tabela 68, a seguir.

Essas transferências de recursos, de caráter suplementar, foram efetivadas mensalmente, iniciando-se no mês de fevereiro, tendo sido liberadas 10 parcelas, para a cobertura de 20 dias letivos, parcela, cumprindo, assim, a legislação vigente.

CAPACITAÇÃO DOS CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O FNDE iniciou o processo de capacitação dos CAEs em 2001. A medida visou melhorar o desempenho na execução do PNAE, principalmente em relação à fiscalização e prestação de contas. Estas atribuições estão previstas a partir da edição da Medida Provisória 1979-19/00.

TABELA 68
PNAE - EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

UF	ALUNOS BENEFICIADOS				TOTAL ALUNOS	EXECUÇÃO			TOTAL TRANSFERIDO
	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL	FILANTROPICAS		ESTADO	MUNICÍPIO	FEDERAL	
AC	89.825	66.301	-	1.216	156.126	1.607.556,00	2.151.540,60	0,00	3.759.096,60
AP	32.836	101.088	-	1.278	133.924	2.523.106,00	657.812,20	0,00	3.180.918,20
AM	515.017	196.600	-	6.451	711.617	4.587.865,20	11.596.464,60	0,00	16.184.329,80
PA	1.502.676	241.164	-	2.012	1.743.840	6.024.354,00	36.181.985,80	0,00	42.206.339,80
RO	154.964	173.852	-	3.071	328.816	4.454.254,00	3.598.859,80	0,00	8.053.113,80
RR	10.697	81.888	-	-	92.585	1.991.524,00	194.384,20	0,00	2.185.908,20
TO	146.750	207.970	-	148	354.720	5.286.680,00	3.410.496,60	0,00	8.697.176,60
NORTE	2.452.765	1.068.863	-	14.176	3.521.628	26.475.339,20	57.791.543,80	0,00	84.266.883,00
AL	554.255	187.601	-	7.328	741.856	4.936.911,10	13.604.174,90	0,00	18.541.086,00
BA	2.541.697	1.274.721	488	6.847	3.816.906	34.006.724,92	63.493.713,64	15.235,60	97.515.674,16
CE	1.530.235	448.668	-	19.286	1.978.903	12.000.406,90	35.669.041,28	0,00	47.669.448,18
MA	1.341.646	432.582	947	14.497	1.775.175	10.972.060,00	31.432.565,40	24.622,00	42.429.247,40
PB	571.357	347.922	-	10.990	919.279	9.139.292,92	13.798.688,86	0,00	22.937.981,78
PE	1.261.806	493.315	-	13.966	1.755.121	13.029.919,96	30.713.258,74	0,00	43.743.178,70
PI	538.812	282.498	-	4.140	821.310	7.109.558,30	13.010.687,82	0,00	20.120.246,12
RN	399.346	281.105	-	8.465	680.451	7.574.209,90	9.403.724,54	0,00	16.977.934,44
SE	272.964	206.214	-	2.759	479.178	5.162.477,98	6.139.388,02	0,00	11.301.866,00
NORDESTE	9.012.118	3.954.626	1.435	88.278	12.968.179	103.931.562	217.265.243	30.857,60	321.236.662,78
ES	628.478	5.140	-	9.028	633.618	132.982,00	15.029.807,80	0,00	15.162.789,80
MG	1.903.706	1.937.820	1.267	43.221	3.842.793	50.397.742,28	43.735.591,48	32.942,00	94.166.275,76
RJ	1.556.250	700.974	10.501	44.676	2.267.725	17.778.262,00	37.278.912,60	240.747,41	55.297.922,01
SP	5.357.747	1.183.365	393	69.878	6.541.505	30.766.594,00	123.368.455,60	7.418,00	154.142.467,60
SUDESTE	9.446.181	3.827.299	12.161	166.803	13.285.641	99.075.580,28	219.412.767,48	281.107,41	318.769.455,17
PR	1.375.898	403.765	-	37.713	1.779.663	10.456.478,00	32.752.374,60	0,00	43.208.852,60
RS	1.431.332	425.768	849	60.972	1.857.949	10.700.592,00	33.911.539,20	8.899,80	44.621.031,00
SC	869.088	217.392	787	20.260	1.087.267	5.514.068,00	20.109.665,40	18.208,00	25.641.941,40
SUL	3.676.318	1.046.925	1.636	118.945	4.724.879	26.671.138,00	86.773.579,20	27.107,80	113.471.825,00
DF	-	390.248	1.500	17.389	391.748	9.184.858,00	-	39.000,00	9.223.858,00
GO	513.552	647.245	-	12.744	1.160.797	16.594.738,00	11.826.233,20	0,00	28.420.971,20
MS	238.542	223.780	-	4.648	462.322	5.789.958,00	5.601.875,60	0,00	11.391.833,60
MT	311.001	311.705	-	3.901	622.706	8.069.624,00	7.329.363,20	0,00	15.398.987,20
CENTRO OESTE	1.063.095	1.572.978	1.500	38.682	2.637.573	39.639.178,00	24.757.472,00	39.000,00	64.435.650,00
BRASIL	25.650.477	11.470.691	16.732	-	37.137.900	295.792.797,46	606.000.605,68	387.072,81	902.180.475,95

FONTE: FNDE/Dirae

Com isso, foram realizados 11 Encontros Regionais de Capacitação dos Conselhos de Alimentação Escolar, que aconteceram nas cidades de Natal, São Luís, Salvador, Goiânia, Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo, Manaus, Belém, Belo Horizonte e Florianópolis.

Devido às dificuldades operacionais, adotou-se como estratégia selecionar municípios, indicados pelas secretarias estaduais de educação, que foram denominados como pólos, na expectativa de que se tornem agentes multiplicadores dos demais municípios, pertencentes a sua microrregião.

Dessa forma, 600 municípios, pertencentes as cinco regiões do País, participaram dos Encontros, que permitiram a capacitação de aproximadamente 1.200 conselheiros.

Esses Conselhos, além de transmitirem o que foi ensinado a seus parceiros, já estão multiplicando o conhecimento a mais de 160 municípios.

O Sistema de Acompanhamento e Monitoramento do PNAE - SAM/PNAE, apresentado durante os encontros, servirá de instrumento para que os CAEs possam acompanhar a execução do Programa. Esta deverá acontecer desde o momento em que os recursos são creditados na conta da Entidade Executora, monitorando todo o processo de aquisição e distribuição da merenda escolar, até o momento em que o aluno recebe a merenda pronta. Este sistema foi elaborado durante todo o exercício de 2001 e será disponibilizado para todos os CAEs.

OFICINA DE MERENDA ESCOLAR

Neste exercício foi executado, ainda, o projeto denominado Livro de Receitas da Merenda Escolar, que se concretizou a partir do trabalho em parceria feito com a SEF.

Foram realizadas sete oficinas, em sete cidades localizadas nas cinco Regiões do País, nas quais estiveram presentes merendeiras representantes de todos os estados brasileiros.

O projeto teve, como objetivos, valorizar o trabalho da merendeira, agente principal na preparação do cardápio elaborado pela Entidade Executora; produzir um livro de receitas da merenda escolar, com o intuito de oferecer às escolas públicas atendidas pelo Programa receitas regionalizadas, produzidas a partir dos produtos básicos contemplados pelo PNAE; e, ainda, um vídeo educativo, que será veiculado pela TV Escola, em 2002. Esse material poderá ainda ser utilizado como mais um recurso didático em sala de aula, na implementação dos temas transversais previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Para coordenar essas Oficinas a SEF contratou três especialistas em culinária, ao tempo em que o FNDE custeou o deslocamento e diárias das merendeiras convidadas e dos técnicos do PNAE que auxiliaram na coordenação e execução dos trabalhos.

Foram produzidas no 1º semestre de 2001 e distribuídas para todos os CAEs e Entidades Executoras, 30.000 exemplares das cartilhas, intituladas "É Hora da Merenda" e "Controle de Qualidade e Planejamento de Cardápios", com o intuito de melhor orientar os agentes envolvidos no processo de execução da merenda escolar, buscando o aprimoramento e a qualidade da merenda oferecida aos alunos.

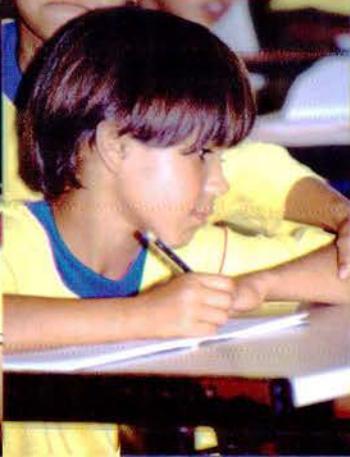
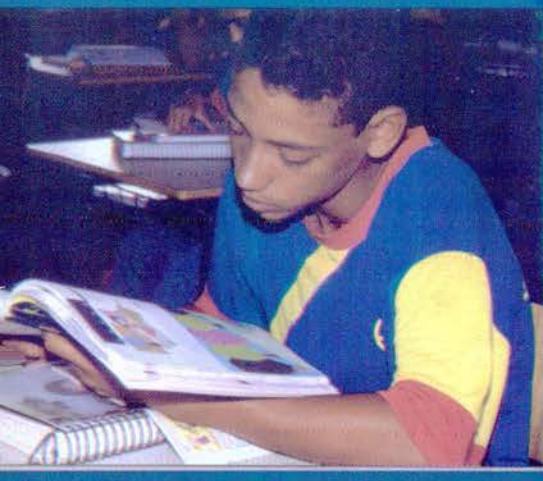
Com o intuito de divulgar o PNAE, foram confeccionados e distribuídos a todas as Entidades Executoras e escolas públicas cartazes sobre a Merenda Escolar; o Conselho de Alimentação Escolar e sobre as vantagens de se adquirir produtos básicos e naturais para compor a merenda.

Por fim, foi realizado, a partir do segundo semestre, visitas de supervisão e acompanhamento do Programa, em 11 estados brasileiros, compreendendo o total de 94 municípios, para a verificação da execução do Programa.



4.4

Diretoria de Administração e Produção



A Dirad guarda uma particularidade regimental em relação às demais diretorias e unidades do FNDE, executando quatro Programas de Governo.

- 1 - Apoio Administrativo da Autarquia - comprehende a manutenção dos serviços da administração, manutenção e conservação de bens móveis, ações de informática e recursos humanos.
- 2 - Toda Criança na Escola - distribuição de livros didáticos para alunos e professores e acervos de bibliotecas para as escolas do ensino fundamental.
- 3 - Valorização do Servidor Público - atende às necessidades de treinamento da Autarquia.
- 4 - Assistência ao Trabalhador - comprehende as ações de benefícios legais destinados aos servidores do quadro da Autarquia.

A Diretoria, para cumprir sua missão institucional, contou com recursos da ordem de R\$ 631,7 milhões, representando dezenove por cento do orçamento total do FNDE que foi de R\$ 3,2 bilhões, excluídas as transferências relativas à Cota-Estadual.

O ano foi marcado por grandes transformações na atuação da Dirad. Os resultados refletem nos investimentos em novas tecnologias e na racionalização de procedimentos em todos os níveis e ações, implantados nos últimos três anos. A Dirad pautou o seu trabalho nos princípios da transparência, da economicidade, da eficiência e da eficácia de seus produtos.

As realizações da Diretoria serão abordadas em tópicos, por programas e ações, com a demonstração dos aspectos mais relevantes nos últimos três anos.

TABELA 69
HISTÓRICO DO PNLD - 1938 A 1997

ANO	FATOS	LEGISLAÇÃO/ OBSERVAÇÕES
1938	Criação do Conselho Nacional do Livro Didático(CNLD) Legisla sobre condições de importação e utilização e livros didáticos.	Dec. Lei nº 1006/38
1966	Comissão do Livro Técnico Didático (Colted). Acordo MEC e Usaíd - distribuição de 51 milhões de livros em três anos.	
1971	Programa do Livro Didático para Ensino Fundamental (Plidef) Início das parcerias com os estados para implementar o Fundo do Livro Didático.	Término do Acordo com o Usaíd.
1976	Fundação Nacional do Material Escolar (Fename). Utilizam-se recursos do FNDE e contrapartidas mínimas da participação dos estados, mas os recursos são insuficientes. Como consequência, a rede municipal de ensino é excluída.	É criada a FAE em substituição a FENAME em 1983, incorporando o Plidef.
1985	Plidef é substituído pelo PNLD - Programa Nacional do Livro Didático. Indicação dos livros pelos professores. Reutilização dos livros, criando o Banco de Livros.	Decreto nº 9154 de 19.08.1985
1993	Vinculou recursos para aquisição e distribuição de livros aos alunos das redes públicas, provenientes do FNDE	Resolução nº 06 em julho de 1993
1996	Iniciou o processo de Avaliação Pedagógica dos livros inscritos, consolidadas no "Guia do Livro Didático" que serve de fonte de consulta para professores	Instrumental referencial para melhoria do processo de escolha dos livros
1997	FAE -> FNDE Extinção da FAE e absorção do PNLD pelo FNDE.	Até aqui o PNLD distribuía livros didáticos de algumas matérias, apenas para alunos de 1 ^a a 4 ^a séries.

TABELA 70
HISTÓRICO DO PNLD - 1998 A 2001

ANO	FATOS	LEGISLAÇÃO
1998	109,2 milhões de livros a alunos de 1 ^a a 8 ^a série. O PNLD passa a distribuir livros a todos os alunos do Ensino Fundamental	Resolução nº 21/98 - Critérios de Atendimento
1999	Pela primeira vez o Instituto Nacional de Tecnologia - INT/instituto de Pesquisa Tecnológica - IPT, realizam o controle de qualidade nos livros didáticos. Pesquisando na Internet, as escolas tiveram acesso ao quantitativo de livros distribuídos pelo Programa.	Resolução nº 07/99 - Retifica o Anexo I - cronograma de atendimento do PNLD
2000	Os livros didáticos, pela primeira vez, foram entregues, antes do inicio do ano letivo. Incorporação em caráter permanente da distribuição de Dicionários de Língua Portuguesa para todos os alunos de 1 ^a a 4 ^a séries. As Secretarias Estaduais e Municipais escolheram os dicionários via Internet.	Resolução nº 22/2000 - Dispõe sobre a execução do PNLD.
2001	Estendeu o atendimento com dicionários para alunos de 5 ^a e 6 ^a séries. Inclui-se a distribuição de livros de 1 ^a a 4 ^a séries, transcritos em Braille. Ação em parceria entre o FNDE e o Instituto Benjamim Constant - IBC. A escola pôde fazer a escolha via Internet. Os livros foram entregues em tempo hábil. 100% dos livros foram distribuídos no final do mês de dezembro/2001.	Revogam-se as resoluções anteriores estando em vigor a Resolução nº 003/2001 - Dispõe sobre a execução do PNLD.'

TABELA 71
ATENDIMENTO CONSOLIDADO DO PNLD - 1998 A 2001

ANO	DESTINO DOS LIVROS CRITÉRIOS DE ENTENDIMENTO	NÚMERO ESCOLAS	NÚMERO ALUNOS	RECURSOS (R\$)	
AQUISIÇÃO	UTILIZAÇÃO				
1998	1999	Todos os alunos de 1 ^a série ; Complementação de 2 ^a a 4 ^a séries; Todos os alunos de 5 ^a a 8 ^a séries.	169 mil	32,9 milhões	373 milhões
1999	2000	Todos os alunos de 1 ^a série ; Complementação de 2 ^a a 8 ^a séries.	165 mil	33,4 milhões	249 milhões
2000	2001	Os livros didáticos, pela primeira vez, foram entregues no ano letivo anterior ao de sua utilização. Incorporação, em caráter permanente, da distribuição de Dicionários de Língua Portuguesa. As Secretarias Estaduais e Municipais escolheram os dicionários via Internet.	163 mil	32,5 milhões	474,3 milhões
2001	2002	Todos os alunos de 1 ^a série ; Complementação de 2 ^a a 4 ^a séries; Todos os alunos de 5 ^a a 8 ^a séries.	162 mil	31,9 milhões	539,04 milhões

4.4.1 TÔDA CRIANÇA NA ESCOLA (PROGRAMA 0040)

LIVRO DIDÁTICO - PNLD

O Programa Nacional do Livro Didático - PNLD teve um marco significativo, a partir de 1985, quando se estabeleceu a adoção de livros reutilizáveis (exceto para a 1^a série), escolha dos livros pelo conjunto de professores, distribuição gratuita às escolas e aquisição com recursos do Governo Federal.

A distribuição de livros didáticos é uma ação do Governo Federal cuja origem nos remete ao final da década de trinta, quando estabeleceu-se as condições para a produção, importação e utilização de livros didáticos e constituiu-se a Comissão Nacional do Livro Didático - CNLD.

Após a extinção da FAE, em 1997, o FNDE responsabilizou-se pela execução deste programa.

DADOS DA EXECUÇÃO DO PNLD/2001

As ações relativas à execução do Programa têm previsão mínima de dois anos anteriores à data da efetiva entrega dos livros didáticos nas escolas. Os resultados de 2001 guardam uma relação direta com as melhorias introduzidas nos campos administrativo, tecnológico e operacional, que foram planejadas e estrategicamente implementadas, anualmente, em cada etapa do Programa. Nesse processo evolutivo, as secretarias estaduais e municipais de educação, os professores e diretores de escolas, os alunos e comunidade em geral, assumiram papéis diversos, com seriedade e compromisso, numa ação multiplicadora.

EXECUÇÃO CENTRALIZADA

Todas as escolas públicas do País receberam nos meses de novembro a dezembro de 2001, livros de 1^a série e dicionários, complementação dos livros de 2^a a 4^a séries, bem como livros de 5^a a 8^a séries, a serem utilizados no ano letivo de 2002, conforme tabelas 72 e 73.

TABELA 72
ATENDIMENTO PNLD - ANO LETIVO 2002

SÉRIE	CLIENTELA	COMPONENTES	INSTRUMENTO DE ESCOLHA DOS PROFESSORES
1 ^a	Todos os alunos	Alfabetização Português Matemática Ciências Estudos Sociais ou História e Geografia	Escolha realizada no PNLD/2001
1 ^a	Todos os alunos	Dicionários	Escolha realizada na Internet no PNLD/2001
2 ^a a 4 ^a	Diferença de matrícula	Português Matemática Ciências Estudos Sociais ou História e Geografia	Complementação referente à escolha do PNLD/2001
5 ^a a 8 ^a	Diferença de matrícula	Português Matemática Ciências Geografia História	Escolha realizada no Guia do PNLD/2002 e Internet

Fonte: FNDE/Dirad

TABELA 73
DISTRIBUIÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO - 2001

UF	LIVROS ADQUIRIDOS				RECURSOS APLICADOS			Em R\$
	ALUNOS E PROFESSORES	RESERVA TÉCNICA	DICIONÁRIOS	TOTAL	AQUISIÇÃO	DISTRIBUIÇÃO *	TOTAL	
AC	467.658	13.882	44.943	526.483	2.116.533,62	260.927,87	2.377.461,49	
AL	2.190.997	65.445	204.209	2.460.651	9.892.407,88	1.213.218,49	11.105.626,37	
AM	2.345.743	70.114	206.297	2.622.154	10.542.181,61	1.296.207,42	11.838.389,03	
AP	359.650	10.631	33.954	404.235	1.625.104,05	199.015,97	1.824.120,02	
BA	11.711.100	373.359	1.072.305	13.156.764	52.894.203,10	6.499.421,79	59.393.624,89	
CE	5.715.361	172.293	524.484	6.412.138	25.778.668,05	3.159.266,16	28.937.934,21	
DF	1.034.579	30.869	95.154	1.160.602	4.665.949,44	567.145,49	5.233.094,93	
ES	1.698.059	54.910	163.011	1.915.980	7.702.525,25	933.733,66	8.636.258,91	
GO	3.501.395	104.852	325.405	3.931.652	15.806.223,54	1.919.016,59	17.725.240,13	
MA	4.723.087	141.113	457.978	5.322.178	21.395.723,87	2.624.091,08	24.019.814,95	
MG	10.832.402	323.450	1.029.633	12.185.485	48.987.775,86	5.960.365,30	54.948.141,16	
MS	1.491.216	44.554	139.997	1.675.767	6.736.945,42	819.700,05	7.556.645,47	
MT	1.936.717	58.306	186.897	2.181.920	8.771.588,81	1.067.406,31	9.838.995,12	
PA	4.813.929	153.414	484.342	5.451.685	21.915.692,86	2.703.610,55	24.619.303,41	
PB	2.556.832	79.101	235.008	2.870.941	11.542.013,81	1.412.592,92	12.954.606,73	
PE	5.069.806	152.020	471.939	5.693.765	22.890.328,01	2.788.778,06	25.679.106,07	
PI	2.367.310	70.792	222.499	2.660.601	10.696.181,00	1.314.477,41	12.010.658,41	
PR	5.136.231	153.482	487.977	5.777.690	23.227.331,43	2.825.596,77	26.052.928,20	
RJ	6.999.173	216.276	732.922	7.948.371	31.951.167,53	3.903.344,10	35.854.511,63	
RN	1.872.876	55.968	173.700	2.102.544	8.452.766,15	1.029.232,93	9.481.999,08	
RO	1.004.439	30.066	97.031	1.131.536	4.548.910,30	553.448,66	5.102.358,96	
RR	238.734	7.440	22.307	268.481	1.079.356,96	132.026,89	1.211.383,85	
RS	5.308.692	171.924	484.929	5.965.545	23.983.365,52	2.914.211,63	26.897.577,15	
SC	2.921.952	87.304	277.438	3.286.694	13.213.095,41	1.604.307,38	14.817.402,79	
SE	1.239.492	36.948	111.873	1.388.313	5.581.497,24	684.508,67	6.266.005,91	
SP	19.432.282		1.766.955	21.199.237	89.828.949,53	344.620,37	90.173.569,90	
TO	880.462	26.359	87.359	994.180	3.996.630,96	487.480,48	4.484.111,44	
SUBTOTAL (A)	107.850.174	2.704.872	10.140.546	120.695.592	489.823.117,21	49.217.753,00	(*)539.040.870,21	

(*)não estão inclusos as despesas com: controle de qualidade, avaliação de livros, triagem e guia de livros didáticos totalizando R\$ 3.807.754,56
Fonte: FNDE/Dirad

EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

O Estado de São Paulo executa o PNLD de forma descentralizada, por meio do repasse de recurso via convênio firmado entre o FNDE e a secretaria estadual de educação. Para o PNLD/2002 foram adquiridos e distribuídos os livros didáticos às escolas públicas, de acordo com a tabela 74.

Foram implementadas, ao longo dos últimos três anos, inovações como a triagem e avaliação pedagógica.

TRIAGEM

Na Triagem verifica-se a conformidade dos livros com as especificações estabelecidas no Edital de Convocação para inscrição no processo de seleção das obras, através do IPT/USP, uma entidade centenária, reconhecida internacionalmente, responsável pela avaliação técnica dos livros. Após a verificação, se reprovado o livro, emite-se um laudo técnico a ser encaminhado ao detentor de direito autoral, informando sobre os motivos que determinaram a

TABELA 74
EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA - PNLD - ANO LETIVO 2002

UF	LIVROS ADQUIRIDOS				RECURSOS APLICADOS			Em R\$
	ALUNOS E PROFESSORES	RESERVA TÉCNICA	DICIONÁRIOS	TOTAL	AQUISIÇÃO	DISTRIBUIÇÃO *	TOTAL	
SP	19.432.282		1.766.955	21.199.237	89.828.949,53	344.620,37	90.173.569,90	

Fonte: FNDE/Dirad

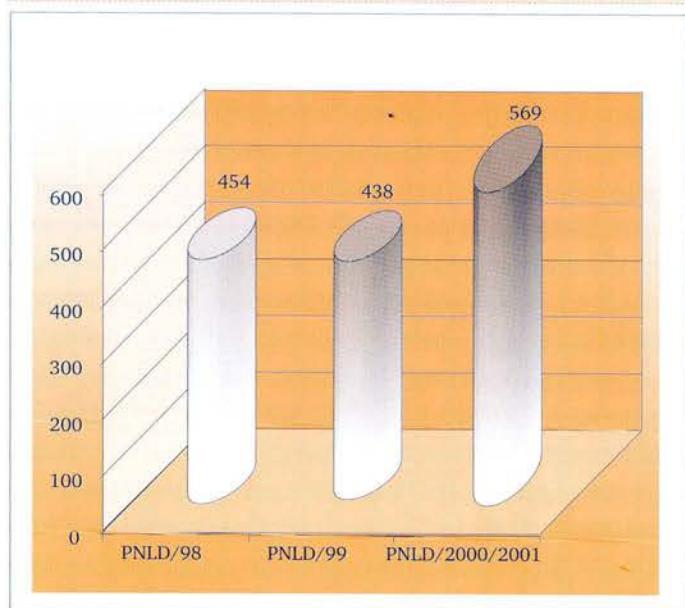
exclusão. Somente os livros aprovados na etapa de Triagem são encaminhados para a etapa posterior.

AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA

As obras são analisadas por especialistas nas áreas de alfabetização, língua portuguesa, matemática, estudos sociais, história, geografia e ciências. São observados erros conceituais e metodológicos, como também preconceitos de raça, credo, cor ou discriminações, entre outros e elaborados pareceres sobre todas as obras. Para os livros aprovados, são preparadas resenhas para comporem o Guia do Livro Didático.

No gráfico abaixo observa-se que em 1998 foram avaliados 454 livros e em 2001 chegou-se a 569 livros. O acréscimo nas inscrições de livros decorre da melhoria da qualidade física e pedagógica das análises (Gráfico 16).

GRÁFICO 16
LIVROS DIDÁTICOS AVALIADOS NO PNLD/98 A 2001



Uma inovação para o PNLD/2002 foi a inscrição de obras didáticas compreendidas como coleções. Foram inscritas 111 coleções das quais 104 foram aprovadas na triagem e encaminhadas para avaliação pedagógica. Dos livros avaliados para o PNLD/2002, 54% foram inscritos pela primeira vez e 46% foram reinscritos, evidenciando renovações no mercado editorial.

ESCOLHA E PROCESSAMENTO DOS PEDIDOS DE LIVROS

Em 2001, além do formulário impresso, implementou-se a escolha, pela Internet, dos livros que os professores e alunos irão utilizar no ano letivo de 2002. Por meio do

endereço eletrônico www.fnde.gov.br e de posse de uma a senha de permissão enviada às escolas, assegurando aos professores que puderem e desejaram efetuar seus pedidos pela Internet, uma forma segura e ágil (Tabela 75).

TABELA 75
PNLD - QUADRO COMPARATIVO DAS EXECUÇÕES

MECANISMO	ANTES (ANO 98)	ATUAL (ANO 2001)	VANTAGEM DO SISTEMA
Instrumental de escolha do professor.	Envio pelo correio de 170 mil guias do livro didático e formulário de escolha.	O guia e o formulário disponível na Internet. Escolha por meio virtual.	Redução de gastos com impressão do guia e dos formulários, com despesa de postagem; remessa e devolução dos formulários.
Recepção dos pedidos.	Recebimento dos formulários, identificação, organização dos lotes e digitalização.	Das 153 mil escolas, 15 mil estabelecimentos realizaram a escolha virtual.	Evita erros no preenchimento, validação automática e agilidade no processamento. Redução de gastos com equipe de manuseio e digitalização.
Processamento	Cerca de três meses de trabalho, com 280 profissionais técnicos e digitadores, a um custo de R\$ 350 mil.	Inovações tecnológicas (formulários e adesivos especialmente para o PNLD, uso de código de barras, leitura ótica, escolha virtual, etc.)	Redução de tempo pessoal e custos.

Fonte: FNGE/Dirad

A incorporação de novas tecnologias na etapa de escolha, indicação e processamento dos pedidos das escolas trouxe agilidade, segurança e economia para o sistema, nos últimos três anos. Em 2001, o uso da internet contou com a adesão de dez por cento das escolas na escolha virtual.

NEGOCIAÇÃO COM AS EDITORAS

Grande avanço foi obtido no processo de negociação com a realização de treinamentos de servidores, integrantes da Comissão de Negociação do PNLD. Além de participarem de cursos sobre técnicas de negociação foi dada ênfase no conhecimento de mercados nacional e internacional de papel, tintas, novas tecnologias gráficas e fusões e incorporações de editoras.

O preço médio dos livros adquiridos para o PNLD 2002, em função da escala, equivale a, em média, 10 a 15% do preço de capa desses livros no mercado. O custo médio do livro praticado nessa compra no ano de 2001 foi de R\$ 4,02 por exemplar.

Concluída a negociação, após assinatura dos contratos com as editoras, é enviada uma correspondência "Carta para os Autores", informando os atos administrativos relacionados à execução do Programa, proporcionando maior credibilidade e transparência, a todo processo.

HABILITAÇÃO DAS EDITORAS

Concluída a negociação, a Comissão de Habilitação analisa a documentação apresentada pelas Editoras. A comissão também participou de diversos treinamentos, visando ao aperfeiçoamento do corpo técnico frente aos aspectos legais da documentação.

PRODUÇÃO E CONTROLE DE QUALIDADE

A produção dos livros do PNLD ocorre em cerca de 3,5 meses. Nesse período, as editoras realizam a impressão, o acabamento, a amostragem e a postagem de mais de 100 milhões de livros, endereçados a aproximadamente 170 mil escolas em todos os municípios brasileiros.

Concomitantemente à produção, realiza-se o controle de qualidade, a cargo do IPT/USP. O Instituto recolhe amostras dos livros nas Editoras, em dias e horários aleatórios, com o objetivo de analisá-las. As amostras são tratadas nos laboratórios do IPT/USP e passam por cerca de 43 ensaios. O Gráfico abaixo representa o avanço em termos de itens que são analisados em um único exemplar, envolvendo matéria prima, processos e defeitos de produção.

Nos últimos três anos, foram introduzidos novos mecanismos e padrões de qualidade aceitável para o livro didático, aferidos no momento da inscrição dos títulos pelas editoras e na produção. Na tabela 76, poderá ser observado e analisada a evolução do sistema, comparando a execução de 1998 com a situação atual.

GRÁFICO 17
NÚMEROS DE ENSAIOS DA AMOSTRA

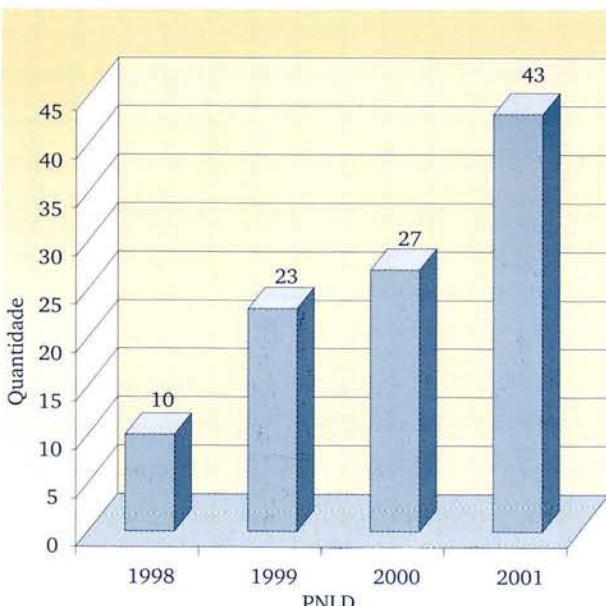


TABELA 76
PNLD - MECANISMO DE QUALIDADE

MECANISMO	ANTES (ANO 98)	ATUAL (ANO 2001)	VANTAGEM DO SISTEMA
Controle de qualidade.	Inspeções realizadas por servidores do FNDE.	Realizada pelo IPT mediante contrato.	Garantia de competência técnica e eficiência para análise nos prazos e nas condições requeridas.
Forma de realização quanto às especificações técnicas.	Verificação restrita ao formato e defeitos evidentes.	Criação do manual de procedimentos de controle de qualidade e laboratórios adequados.	Definição de planos de amostragem, definição operacional dos testes e ensaios, índices de gravidade e nível de qualidade aceitável, procedimentos de multas, etc.
Verificação da identidade de conteúdo do livro	Não era realizada.	Inserção do item "Identidade de Conteúdo".	Verificar se o livro aprovado na avaliação pedagógica, de fato, está sendo produzido e entregue às escolas.
Resultados do controle.	Das vinte e sete editoras participantes do Programa, nove foram inspecionadas. Aquisição de 86 milhões de livros, 1.216 exemplares analisados e 164 títulos amostrados.	As vinte e sete editoras produtoras foram inspecionadas. Dos 96 milhões de livros, 3.471 exemplares foram analisados e 445 títulos amostrados.	Definição do perfil da qualidade do livro, com aprimoramento das especificações e melhoria contínua. Reflexo nas editoras e gráficas, que reconheceram as falhas em seus sistemas produtivos
Elaboração de Normas Técnicas.	Participação eventual nos comitês da ABNT	Atuação no grupo de trabalho do livro didático da ABTG/ABNT, como maior cliente do mercado editorial.	Desenvolvimento de projetos de normas que serão referenciais para a produção de livros didáticos no País.

OPERAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO

O FNDE e a ECT, contratada para o recebimento dos livros nas editoras e entrega nas escolas, desenvolveram uma logística de expedição com uma sistemática de organização das encomendas por paletes que se processa na linha de produção dos livros e vem melhorando a cada ano. O reflexo desta evolução está na otimização da carga, na redução dos custos e na agilização da entrega nas escolas, como pode ser observado no comparativo dos últimos três anos (Tabela 77).

A distribuição das encomendas é feita por Aviso de Recebimento - AR, o que permite saber quando, onde e por quem foram recebidas. Além disso, todos os diretores de escolas recebem a "Carta Azul", um mecanismo de notificação ao professor dos dados, da quantidade, o nome, a série e a editora de cada título enviado. Essa informação permite acompanhar o recebimento dos livros, tendo como suporte a central de atendimento, com ligações gratuitas aos usuários.

TABELA 77
NÚMEROS DA OPERAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO - PNLD

ITEM	1998	2001	DIFERENCIAL
Livros adquiridos	R\$ 86 milhões	R\$ 96 milhões	De 1998 para 2001 ocorreu um aumento de dez milhões de exemplares de livros distribuídos.
Peso total	36 milhões de kg	56 milhões de kg	Houve um aumento de vinte milhões de kg em relação ao ano de 1998. Os livros de quinta a oitava séries, produzidos em 2001, são mais pesados.
Encomendas postadas	11 milhões de objetos	10,4 milhões de objetos	Mesmo com o aumento da quantidade de livros e do peso transportado, houve uma redução no número de objetos. Resultados da padronização do livro, das encomendas e dos paletes.
Custo médio por encomenda	R\$ 0,47	R\$ 0,49	O valor das encomendas nos últimos quatro anos aumentou apenas dois centavos.
Entrega dos livros nas Escolas	Fevereiro/1999	Dezembro/2001	Cem por cento dos livros chegaram na primeira quinzena de dezembro/2001. Antecipação da entrega do livro em sessenta dias, antes do início das aulas.

Fonte: FNDE/Dirad

BIBLIOTECA NA ESCOLA - PNBE

O Programa Nacional Biblioteca na Escola - PNBE, foi instituído por meio da Portaria do MEC 584/97, quando estabeleceu-se que sua atuação consistiria na distribuição às escolas do ensino fundamental das redes públicas das

TABELA 78
HISTÓRICO DO PNBE

ANO	FATOS	LEGISLAÇÃO
1998	Extinção da FAE em 97 e absorção de suas Portaria MEC nº 584, de 28/04/97 cria o competências pelo FNDE. Desativação do PNSL/BE (salas de leitura) e o PNBP (biblioteca do professor). Criação do PNBE para distribuição de acervos formados por livros de literatura e obras de referência.	Portaria MEC nº 652/97, aprova relação de títulos para atendimento.
1999	Segundo ano de atendimento do PNBE, com a destinação aos alunos de acervos formados por livros de literatura infantil e juvenil.	Resolução CD/FNDE nº 08/99, estabelece critérios para atendimento pelo PNBE. Portaria MEC nº 318/99, aprova relação de títulos.
2000	Atendimento aos professores com acervos formados por materiais didático-pedagógicos que complementaram as ações voltadas para capacitação docente, através do PROFA.	Resolução CD/FNDE nº 14/00, define critérios de atendimento.
2001	Distribuição de uma coleção aos alunos matriculados nas 4 ^a e 5 ^a séries e quatro acervos de cada coleção selecionada, para as respectivas escolas públicas com matrículas naquelas séries.	Portarias MEC nº 1.930/01, define critérios de atendimento; Portaria MEC nº 1.960/01, institui Colegiado para colaborar na execução do PNBE/2001; Portaria MEC nº 1.958/01, institui Comissão Técnica para estabelecimento de critérios de avaliação e seleção das obras; Portarias MEC nº 2.458/01 e nº 2.942/01, ampliam o atendimento do Programa; Portaria MEC nº 2.565/01, publica a relação coleções selecionadas.

Fonte: FNDE/Dirad

três esferas de Governo, de obras de literatura, de referência e outros materiais de apoio às atividades docente e ao processo de ensino. O PNBE, se comparado ao PNLD, criado em 1938, é um programa recente e vem sendo submetido a constantes reavaliações, as quais, certamente já resultaram no seu aprimoramento (Tabela 78).

A execução do PNBE, com novo enfoque, responde às necessidades da comunidade educacional, para a execução de programas e projetos destinados à promoção da leitura e à difusão do conhecimento entre professores e alunos, observando as seguintes características:

- incremento no orçamento do Programa;
- qualificação das publicações;
- avaliação das condições de escolha;
- aquisição e distribuição do acervo;
- interação com projetos voltados para atendimento às escolas;
- atendimento às escolas contempladas.

TABELA 79
PNBE - ATENDIMENTO

ANO	DESTINO DOS LIVROS E CRITÉRIOS DE ATENDIMENTO	NUMERO ESCOLAS	NUMERO BENEFICIÁRIOS	RECURSOS R\$
1998	Bibliotecas das escolas de 1 ^a a 8 ^a séries com mais de 500 alunos	20 mil	16,6 milhões alunos	23,5 milhões
1999	Bibliotecas das escolas 1 ^a a 4 ^a séries com mais de 150 alunos	36 mil	10,8 milhões alunos	17,5 milhões
2000	Bibliotecas das escolas participantes do Programa Parâmetros em Ação	30,7 mil	Diversos profissionais de educação	15,1 milhões
2001	Bibliotecas das escolas que ofertam a 4 ^a e 5 ^a séries (24 coleções, por escola), todos os alunos de 4 ^a e 5 ^a série (uma coleção)	139 mil	8,5 milhões alunos	50,3 milhões

Fonte: FNDE/Dirad

DADOS DA EXECUÇÃO DO PNBE NO ANO DE 2001

Em dezembro, concluiu-se a aquisição de 12,1 milhões de coleções "Literatura em Minha Casa" que se destinará a alunos da 4^a e 5^a séries, para utilização em 2002. Significa um marco na distribuição de livros do gênero para o sistema educacional. Pela primeira vez, as publicações estarão chegando, em um só momento, para mais de 139 mil escolas (Tabela 79).

Uma obra de cada tema:

Professores e alunos terão à sua disposição, na sala de aula, seis coleções com 36 livros diferentes

- poesias de autor brasileiro ou antologia de poeta brasileiro;
- poesias de autor brasileiro;
- contos de autor brasileiro ou uma antologia de contistas brasileiros;
- novela de autor brasileiro;
- clássico da literatura universal, traduzido ou adaptado;
- peça teatral ou obra ou antologia de textos de tradição popular.

TABELA 80
DISTRIBUIÇÃO DOS ACERVOS - PNBE

Em R\$

UF	QUANTIDADE DE COLEÇÕES				VALORES (R\$)		
	PARA OS ALUNOS	PARA ESCOLAS	RESERVA TÉCNICA	TOTAL	AQUISIÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL
AC	34.500	29.640	1.259	65.399	227.480,57	42.509,54	269.990,11
AL	182.281	62.232	5.935	250.448	871.142,25	162.791,28	1.033.933,53
AM	167.917	84.144	5.669	257.730	896.469,45	167.524,21	1.063.993,66
AP	29.646	11.688	977	42.311	147.171,91	27.502,17	174.674,08
BA	1.013.601	487.488	34.064	1.535.153	5.339.774,69	997.849,41	6.337.624,08
CE	430.326	195.072	14.373	639.771	2.225.336,24	415.850,96	2.641.187,20
DF	73.547	11.232	2.291	87.070	302.857,28	56.595,26	359.452,54
ES	136.097	68.160	4.594	208.851	726.453,80	135.753,20	862.207,00
GO	259.339	78.312	8.368	346.019	1.203.567,76	224.911,99	1.428.479,75
MA	416.172	245.208	14.324	675.704	2.350.324,59	439.207,67	2.789.532,26
MG	835.381	289.824	27.235	1.152.440	4.008.570,98	749.085,95	4.757.656,93
MS	121.015	19.584	3.777	144.376	502.189,02	93.844,60	596.033,62
MT	155.299	55.728	5.077	216.104	751.681,53	140.467,53	892.149,06
PA	373.975	246.168	13.066	633.209	2.202.510,34	411.585,46	2.614.095,80
PB	227.163	120.672	7.720	355.555	1.236.738,61	231.110,67	1.467.849,28
PE	412.533	183.576	13.753	609.862	2.121.302,73	396.410,11	2.517.712,84
PI	201.326	142.344	7.107	350.777	1.220.120,62	228.005,25	1.448.125,87
PR	410.127	150.696	13.434	574.257	1.997.457,44	373.267,01	2.370.724,45
RJ	500.396	118.032	15.897	634.325	2.206.394,28	412.311,26	2.618.705,54
RN	165.556	70.248	5.494	241.298	839.313,30	156.843,38	996.156,68
RO	84.456	56.040	2.864	140.360	488.218,81	91.233,97	579.452,78
RR	19.172	12.864	672	32.708	113.768,08	21.259,96	135.028,04
RS	411.945	192.384	13.801	618.130	2.150.063,06	401.784,58	2.551.847,64
SC	235.804	99.384	7.820	343.008	1.193.094,46	222.954,84	1.416.049,30
SE	101.918	42.504	3.376	147.798	514.091,84	96.068,89	610.160,73
SP	1.492.970	218.400	46.427	1.757.797	6.114.204,45	1.142.567,93	7.256.772,38
TO	72.177	47.232	2.520	121.929	424.108,15	79.253,54	503.361,69
SUBTOTAL	8.561.639	3.338.856	281.891	12.182.388	42.374.406,24	7.918.550,62	50.292.956,86
RESERVA MEC				2.400	8.348,01	1.560,01	9.908,02
TOTAL	8.561.639	3.338.856	281.891	12.184.778	42.382.754,25	7.920.110,63	50.302.864,88

(*)não estão inclusos as despesas com: aquisição e distribuição de periódicos e triagem das coleções totalizando R\$ 7.335.150,68

Fonte: FNDE/Dirad

Na história da distribuição de acervos de literatura e na existência ainda recente do PNBE, os livros sempre foram destinados às escolas. Em 1998, foram atendidas escolas com mais de 500 alunos e no ano seguinte, com sinais de que era necessária a democratização da distribuição dos acervos, o número de matrículas foi reduzido para 150 alunos, atendendo maior número de escolas.

O PNBE/2001 veio com um novo enfoque. As coleções destinam-se aos alunos. Entretanto, as escolas também receberam quatro coleções para o seu acervo. O objetivo é estimular o gosto pela leitura visando à formação de bibliotecas domiciliares e, secundariamente, a introdução desses livros nos lares mais carentes, como forma de ampliar a utilização dos mesmos pelas famílias dos estudantes. A

tabela 80 apresenta o quantitativo de coleções adquiridas e distribuídas por Unidade Federada.

AÇÕES SIGNIFICATIVAS

ATENDIMENTO A DEFICIENTES VISUAIS

A Secretaria de Educação Especial - Seesp e o FNDE definiram os critérios para o desenvolvimento das primeiras ações necessárias ao atendimento dos alunos com deficiência visual do ensino fundamental com livros em Braille.

O FNDE investiu recursos para a concretização do projeto e o Instituto Benjamim Constant - IBC coordenou as ações relativas à transcrição, cotejamento e impressão dos livros de 1^a a 4^a séries em Braille.

OUTROS PROGRAMAS DA SEF

A capacitação técnica dos servidores do FNDE, bem como o sucesso nos Programas do Livro, fizeram com que o FNDE pudesse assumir compromissos e incorporar em suas rotinas operacionais no ano de 2001 novos projetos da SEF/MEC, tais como os Programas Professores Alfabetizadores; Especial Viver e Aprender de Jovens e Adultos; Recomeço; Índios do Brasil; PCN em Ação e Livronauta.

O FNDE é responsável pela execução desses Projetos desde a confecção do Projeto Básico, a pesquisa, o estabelecimento de especificações técnicas mínimas, a definição da logística a ser implementada, a realização da licitação, o recebimento dos materiais e a distribuição ao destinatário final.

ENCONTRO COM AS EDITORAS

A Autarquia realiza, anualmente, com as editoras participantes do programa um Encontro Técnico. Nesse evento são abordados temas importantes às ações relativas ao Programa, tais como: a operacionalização, a logística, sistema de postagem e, ainda, o controle de qualidade.

De fato os editores são parceiros do Programa, e nesta condição, dão opiniões que são levadas em consideração. Além disso, nos encontros são tiradas todas as dúvidas quanto ao procedimento logístico e as responsabilidades de cada um na operação.

OPERAÇÃO LIVRO NA ESCOLA

Inicia-se na fase de produção do livro e vai até o final da etapa de distribuição. Nesse período equipes do FNDE percorrem as editoras e escolas de diversos municípios de "todos" os Estados do país, fiscalizando entrega, data, condições físicas das embalagens e dos livros e a conformidade com a escolha feita pela escola. Havendo irregularidades, elas são objeto de relatórios para as providências cabíveis. Esse trabalho é denominado "Operação Livro na Escola".

ENCONTRO TÉCNICO DO LIVRO

Embora não constitua etapa do PNLD ou do PNBE, ao término da distribuição dos livros realiza-se o Encontro Técnico de Avaliação dos Programas do Livro. Nele são reunidos os Secretários de Educação, Diretores de Ensino

e/ou representantes das secretarias de educação de todos os Estados, de todas as capitais de estado, das áreas de estatística das Secretarias de Estado, Gerentes das áreas encarregadas do PNLD no FNDE, Auditoria e Procuradoria do FNDE, Tribunal de Contas da União, Secretaria Federal de Controle do Ministério da Fazenda, Controles Externos, ECT, INEP/MEC, SEF/MEC, dentre outros, a fim de avaliar os resultados dos Programas, identificando pontos fortes e fracos e traçando as diretrizes para os próximos anos.

INSTITUIÇÕES CONVENIADAS

Em 2001 ampliou-se o número de instituições conveniadas para a avaliação pedagógica dos livros inscritos para o Programa Nacional do Livro Didático, sendo as seguintes:

- Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG: avaliação dos livros de Língua Portuguesa e dicionários.
- Universidade Federal de Pernambuco/ UFPE: avaliação dos livros de matemática.
- Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo/ FUSP: avaliação dos livros de ciências.
- Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho/ UNESP: avaliação dos livros de história e geografia.

DIVULGAÇÃO DOS PROGRAMAS DO LIVRO

- Participação em Feiras, Bienais, Congressos e demais eventos da área do livro;
- Encontro Técnico Nacional com das Secretarias Estaduais de Educação, das Secretarias Municipais das capitais de todo o País;
- Reuniões esclarecendo sobre os Programas do Livro, quando do monitoramento/supervisão anual realizados pelos técnicos do FNDE;
- Campanha "Tempo de Leitura".
- Feira Internacional do Livro de Frankfurt/Alemanha e Feira Internacional de Guadalajara/México.

4.4.2 APOIO ADMINISTRATIVO (PROGRAMA 0750)

4.4.2.1 ROTINAS DE SERVIÇOS GERAIS

O apoio administrativo tem como tarefa garantir às demais unidades da Autarquia, os meios logísticos e os recursos administrativos necessários à gestão dos seus programas finalísticos.

Os resultados podem ser aferidos pela eficiente

aplicação de recursos, melhoria qualitativa do ambiente de trabalho, racionalização e otimização de procedimentos, redução de custos em processos de aquisição, entre outros itens. Relatamos os dados pertinentes a cada unidade do setor:

COMPRAS

O Pregão foi consolidado como a modalidade mais adotada nos procedimentos de compras no FNDE, tendo como principais características a eficácia, agilidade, economicidade e transparência junto à sociedade e órgãos de controle, garantiu os seguintes resultados:

27 PREGÕES
REALIZADOS
NO ANO DE
2001

- redução média de 50% no valor final das compras
(Exemplo: PREGÃO N.º 20 - 38 acessos ao sistema móvel celular - lance inicial: R\$ 57 mil, fechamento R\$ 25 mil).

PATRIMÔNIO

O controle informatizado dos bens móveis permite, em tempo real e de forma segura, a localização e a situação do material ou equipamento. O sistema foi objeto de um registro de elogio pela observância da legislação e eficiência no relatório da Secretaria Federal de Controle, quando procedeu auditoria verificando o patrimônio da Autarquia:

SITUAÇÃO
PATRIMONIAL
CONSOLIDADA
NO ANO DE
2001

- Em termos de bens móveis
- 11,7 mil móveis (bens constantes);
 - Valor R\$ 4,8 milhões

DEPÓSITO

A Dirad possui, ainda, um depósito para apoio logístico às atividades de armazenamento, controle e distribuição de materiais escolares, obras e publicações adquiridas para programas que executa e cujas demandas de atendimento são de menor volume, comportando execução na própria Unidade. Nos últimos três anos, o sistema operacional do setor foi informatizado, permitindo agilidade de procedimentos e controle mais efetivo e eficaz das atividades desenvolvidas.

COMUNICAÇÕES

Engloba os serviços de reprografia, telefonia, protocolo, publicação de atos administrativos, arquivamento

e documentação de processos. O quadro abaixo resume as melhorias implementadas no sistema entre 1998 e 2001.

ÁREA	RESULTADO 2001	DIFERENCIAL
Protocolo	Triagem de 1,5 milhão de objetos e documentos e abertura de 40 mil processos. Com o aumento das ações dos Programas foram triados 500 mil objetos a mais que em 2000.	Mesmo com redução de 36% na força de trabalho do setor, a demanda foi atendida. Medidas de racionalização de procedimentos compensaram a redução de servidores, que gerou economia anual de R\$ 57 mil.
Reprografia	Locação de novos equipamentos com novas tecnologias	O custo por cópia foi reduzido de R\$ 0,27 (1999) para R\$ 0,06 (2001). Foram produzidas 9,3 milhões de cópias em 2001, com uma economia R\$ 1,9 milhões.
Publicações Oficiais	Em 1998 foram realizados 4,7 mil extratos de publicações que ocuparam 130 mil cm. Em 2001 esse número subiu para 12 mil publicações, porém, com a ocupação de, apenas, 71 mil cm.	Introduziram-se modificações na formatação de textos tornado-os mais compactos. Reduziu-se em 4% as dimensões dos extratos, gerando economia anual com publicações na imprensa oficial da ordem de R\$ 2,4 milhões.
Sistema Telefonia local	Mudança do entroncamento e configuração do PABX de analógico para digital. Ampliação do número de ramais instalados de 300 para 700 pontos.	Tais medidas proporcionaram uma economia anual de 154 mil reais, nas contas telefônicas, quando comparadas com períodos anteriores.
Sistema de Telefonia DDD e DDI	Implantação do roteador de chamadas para os serviços DDD e DDI.	O roteador trouxe uma economia anual de R\$ 24 mil reais, pois o sistema possibilita eleger a operadora de menor tarifa, conforme dia da semana e horário.

MANUTENÇÃO

A manutenção predial foi objeto de implementação de diversas medidas econômicas e criativas, ao longo dos últimos três anos. Exemplo disso foi o serviço de vigilância com informatização dos controles de entrada e saída no edifício-sede do FNDE. Neste exercício, registrou-se a média recorde de 120 visitas/dia.

A rede hidráulica do edifício passou por reforma geral, eliminando desperdícios. Igualmente, a rede interna de energia, que já havia contabilizado redução dos gastos no ano de 2000, foi reformulada. Desde o início das medidas de contenção de consumo de energia o FNDE reduziu ainda mais o seu consumo de energia elétrica, tendo alcançado economia em percentuais consideravelmente superiores àqueles previstos nas metas estabelecidas pelo Governo Federal. Comparativamente, os resultados foram os seguintes:

Água e Esgoto	Consumo e economia
	<ul style="list-style-type: none"> Exercícios anteriores: 29 mil m³ e R\$ 127 mil Exercício de 2001: 13 mil m³ e R\$ 71 mil reais;
Energia	Consumo e economia mensais
	<ul style="list-style-type: none"> Em exercícios anteriores o pico de consumo atingiu 146 mil kwh/mês. Em 2001 o consumo médio mensal foi de 74 mil kwh, gerando redução média de consumo de 46,9% e economia de R\$ 191 mil reais no ano.

O acervo da Biblioteca do FNDE é composto por documentos que retratam a história da Autarquia, o desenvolvimento e a evolução dos programas finalísticos, livros e periódicos de conhecimento geral. Nos últimos três anos foi totalmente reestruturada, ganhando espaço adequado, novas publicações e sistema informatizado de catalogação.

4.4.3 RECURSOS HUMANOS

A gestão de recursos humanos da Autarquia tem sido pautada na crença de que o aprimoramento da instituição é consequência direta e proporcional ao crescimento do servidor como profissional e como pessoa. Esse preceito tem sido a tônica da Administração do FNDE no trato das questões relativas ao seu quadro de pessoal. No exercício de 2001 a Autarquia contou com uma força de trabalho assim distribuída:

UNIDADES ORGANIZACIONAIS	Servidores
Secretaria-Executiva	14
Procuradoria-Geral	37
Auditória	26
Diretoria de Administração e Produção	129
Diretoria de Ações de Assistência Educacional	34
Diretoria de Programas e Projetos Educacionais	49
Diretoria Financeira	103
Lotação Provisória	2
TOTAL	394

Obs.:
não está incluso o serviço terceirizado de conservação e limpeza, vigilância, gerência de projetos de informática, suporte operacional e administrativo, totalizando 443 prestadores;
não estão computados 73 servidores da Autarquia, cedidos a outros órgãos dos poderes públicos.

CARGOS EM COMISSÃO NO FNDE - 2001

CARGO/FINÇÃO	REQUISITADOS	NOMEADOS	QUADRO EFETIVO	VAGOS	TOTAL
DAS 101.1	3	0	3	0	6
DAS 102.1	0	0	4	0	4
DAS 101.2	3	3	21	0	27
DAS 102.2	0	0	6	0	6
DAS 101.3	0	2	25	0	27
DAS 102.3	1	1	1	0	3
DAS 101.4	4	8	5	0	17
DAS 101.5	2	2	0	0	4
DAS 101.6	1	0	0	0	1
TOTAL DAS	14	16	65	0	95
FG - 1	1	0	48	0	49
TOTAL GERAL	15	16	113	0	144

PERFIL DO SERVIDOR

Os 394 servidores do FNDE estão classificados e distribuídos nas categorias funcionais de nível superior, médio ou técnico: 44% com profissionais de nível superior e 56% no nível técnico ou médio.

Nível Superior Cargo/Enquadramento (44%)	<ul style="list-style-type: none"> 42% Técnico de Nível Superior 30% Técnico Assuntos Educacionais 12% Administrador 7% Procurador
Nível Técnico ou Médio Cargo/Enquadramento (56%)	<ul style="list-style-type: none"> 56% Técnico de Nível Médio 23% Agente Administrativo 05% Técnico em Contabilidade 16% outras atividades de nível médio

O quadro de pessoal ativo do FNDE é composto, predominantemente, por pessoas do sexo feminino representando 58% do total de servidores.

4.4.2.3 POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

O treinamento dos funcionários do FNDE integra o Programa de Valorização do Servidor Público Federal, com a educação continuada. Observou-se uma forma positiva de investimento no processo de vivência, troca de informações e utilização de conhecimentos.

Ao longo dos últimos anos procurou-se desenvolver uma política de capacitação voltada para a especificidade das atividades das unidades em que o servidor atua, propiciando melhorias nos desempenhos de cada área.

No quadro abaixo verifica-se o número de servidores treinados e os recursos aplicados nos anos de 1999 e 2001.

Além da capacitação em atividades técnicas, a Autarquia tem como meta o desenvolvimento do trabalho de Recursos Humanos, promovendo mais qualidade de vida e melhor clima organizacional

Oferta de Cursos Ano de 2001	<ul style="list-style-type: none"> 457 servidores participantes Equivalentes a 1, 5 treinamento por servidor 70% dos servidores fizeram um ou mais treinamentos
---------------------------------	--

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES		
	1999	2000	2001
Relacionamento Interpessoal, Mobilizando Equipes, Qualidade no Atendimento, Comunicação nas Organizações Públicas, Ginástica Laboral, Dança de Salão, Primeiros Socorros, Palestras, Jornada Brasileira sobre Qualidade de Vida.	99	453	994

POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

Integra o Programa Governamental Valorização do Servidor Público. No ano de 2001 surgem os primeiros resultados com a implementação das seguintes atividades:

Ginástica Laboral - realização de atividades físicas no próprio ambiente de trabalho, quebrando a rotina, reduzindo o estresse e melhorando a relação interpessoal;

Cursos de Idiomas - resgata a oportunidade do servidor aprender uma língua estrangeira, com uma bolsa de 50% custeada pelo FNDE;

Ensino de 1º e 2º graus e EJA - realizado nas dependências do FNDE possibilitou o aumento do nível escolarização dos servidores e prestadores de serviço.

4.4.4 ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR (PROGRAMA 0100)

Visando ao bem-estar do servidor e seus dependentes, foram implementadas as seguintes atividades de orientação e atendimento à saúde, conforme a tabela abaixo:

Registra-se como o grande feito em 2001, com vistas à implantação em 2002, o Projeto das Funções Comissionadas Técnicas - FCT, o FNDE cumpriu todos os pré-requisitos e habilitou-se a pleitear funções. O Projeto de Lei foi encaminhado ao Congresso em 06/02/2002, com exposição de motivos assinada pelos Srs. Ministros da Educação e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

ÁREA	AÇÃO	NÚMEROS
Assistência Médico - Hospitalar	Contratação de empresa especializada para atendimento de servidores e dependentes	Beneficiários: 1.598 Investimento: R\$ 463 mil
Assistência Odontológica	Contratação de plano de saúde odontológico e instalação de consultório na sede do FNDE.	Beneficiários: 2.111 Investimento: R\$ 552 mil
Correio (Informativo Mensal da SUREH)	Publicação distribuída aos servidores. Na seção "Cantinho de Saúde", divulgação periódica de artigos e dicas de caráter geral sobre higiene e prevenções para a saúde (21 temas publicados).	Edições publicadas: 12. Tiragem total: 6 mil exemplares
Palestras/Campanhas	Apresentação de especialistas sobre temas voltados à prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida. Campanhas de vacinação dos servidores, extensiva aos dependentes.	Palestras realizadas: 02 Média de presença: 45 servidores.

POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO SERVIDOR

Informações sobre legislação, normas, regulamentos, formulários etc., podem ser acessada pelos funcionários, na página Intranet do FNDE. Além disso, existe o SAS - Serviço de Atendimento ao Servidor, ativo e inativo. Outro sistema de atendimento é o "RH Itinerante", que percorreu todas as unidades do FNDE no ano de 2001.

4.4.5 INFORMÁTICA (PROGRAMA 0750)

O desenvolvimento da informática é preocupação permanente do FNDE. Investimentos no Setor foram realizados nos últimos três anos para permitir o acesso rápido às informações pela comunidade educacional.

A modernização do setor de informática foi possível graças ao Convênio de Cooperação Técnica Internacional, firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, que possibilitou investimentos e a execução do Plano Diretor de Informática - PRODOC, com a duração de três anos. Tratou-se de concentrar esforços urgentes em cinco frentes de trabalhos simultâneas e igualmente importantes, conforme abaixo:

ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA

Constituir uma estrutura de gestão da informação com recursos, meios, normas e capacidades de manutenção e implementação do tratamento e armazenamento de dados.

Concentrou-se esforços urgentes na solução de problemas de hardware e software básico, cuja insuficiência colocava em risco a integridade de sistemas já disponíveis e em operação. Ação concluída com aquisição e instalação, por meio de licitação internacional, do servidor multiprocessado, sistema de segurança de acesso ao servidor e sistema de armazenamento em disco. Foram adquiridos e implantados, ainda, microcomputadores e scanners.

Os principais reflexos dessas aquisições podem ser facilmente mensurados, pois, a partir da implantação desse novo ambiente computacional, pôde-se iniciar o atendimento da imensa demanda por serviços de informática que se seguiriam.

CAPACITAÇÃO DOS RH ALOCADOS, VISANDO ADEQUÁ-LOS AO NOVO AMBIENTE

Adequação da equipe à nova plataforma tecnológica. Ação concluída através de empresa especializadas no treinamento em Oracle 8i, CA TNG, Java Básico e Avançado, Solaris 8, Windows 2000, operação do SUN E1000 e E5500, Rational Rose, dentre outros realizados internamente.

IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Um dos maiores problemas do setor de informática ocorria quando do desligamento de um servidor especialista, que ao sair, levava consigo uma parte do conhecimento do sistema do qual participava do desenvolvimento e operação. Para inverter esta situação, um conjunto de ferramentas foi integrado ao sistema, com a finalidade de apoiar os processos de análise, projeto e teste de soluções de tecnologia da informação. Garantiu-se aí a padronização de seus processos e a criação da "Cultura FNDE" de preservação da inteligência dos processos informatizados:

IMPLEMENTAÇÃO DA MDS

Esta etapa ocorreu em duas fases distintas. Inicialmente a metodologia e a sua reformulação para o RUP com a elaboração dos manuais abordando as métricas de desenvolvimento que deveriam regular sua implantação. O objetivo foi traçar os rumos do desenvolvimento de sistemas no FNDE e introduzir a cultura de engenharia de software, no desenvolvimento. Em 2001, definitivamente se alinhou a metodologia de desenvolvimento da Autarquia com os mais modernos padrões existentes no mercado.

MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS LEGADOS E EM PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS NOVOS SISTEMAS

Sistema Financeiro

Ao longo dos três últimos anos foram criados sistemas complexos, para que pudessem atender às necessidades do setor:

1. (1998) - SGF - para controle apenas dos pagamentos efetuados pelo FNDE e limitado aos programas que tivessem convênio, controlando somente Notas de Empenhos e Ordem Bancárias, e início do controle de contas correntes.
2. (1999/2000) -SAFE - para controle dos programas e pagamentos dos programas e integrado aos sistemas fins, mas limitado aos documentos Nota de Empenho, Nota de Crédito, Ordem Bancária e Contas Correntes.
3. (2001) - SIGEF - para controle de todos os pagamentos feitos no FNDE, sejam programas das áreas fim ou das demais áreas (através de sistemas integrados ao SIGEF), estando capacitado a processar todos os documentos do SIAFI, exercer um controle geral das contas correntes e um módulo específico para solicitação e distribuição de orçamento. No ano de 2001 o sistema processou quase trinta mil documentos. O sistema continua em desenvolvimento, pois deverá contar também com o módulo de pagamento de contratos, diárias e outros, além dos módulos de Prestação de Contas e Gerencial.

Sistema de Ações de Assistência Educacional - SAE

Foi implantado para gerenciar o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O subsistema PDDE abrange desde o cadastramento de entidades até o efetivo pagamento às unidades executoras.

Para agilidade e facilidade no cadastramento, foi disponibilizado o PDDEnet onde as unidades executoras podem realizar o seu cadastro pela Internet ou meio magnético.

Inicialmente, em 2000, mais de 300 municípios realizaram o cadastro de 37 mil entidades. Em 2001, este número cresceu e mais de 700 municípios cadastraram 42, 3 mil unidades executoras das 70 mil atendidas.

O subsistema PNAE, desde 1999, totalmente redefinido e implantado na nova plataforma, tornou-se capaz de subsidiar as decisões gerenciais de cunho orçamentário e financeiro, executando e acompanhando os repasses mensais aos 5.506 municípios, 37 milhões de alunos e aplicação de R\$ 910 milhões de reais por ano.

Em 2000/2001 foram realizadas as adaptações em face das exigências da nova legislação de formação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE). Novas demandas no acompanhamento qualitativo da merenda escolar nos municípios serão atendidas pelo Sistema de Acompanhamento e Monitoramento do PNAE - SAM, em fase final de desenvolvimento.

Sistema do Programa Nacional do Livro Didático -PNLD

Este sistema exige uma estrutura grande na área de informática.

Um aplicativo foi desenvolvido em nova plataforma e, a partir de 1999, montou-se um esquema eficiente de distribuição, envolvendo a ECT e Editoras, atendendo às expectativas. A metodologia de escolha dos livros foi modificada com o uso da Internet, etiquetas auto-adesivas, leitura automática dos formulários e o uso de código de barras. Anteriormente, utilizavam-se duzentos e oitenta digitadores durante noventa dias. A demanda foi atendida envolvendo nove técnicos e a execução da tarefa durou 21 dias. O agendamento da produção e distribuição permitiu o controle entre as editoras e a ECT, possibilitando o monitoramento dos prazos.

As evoluções dessa interação trouxeram diversas vantagens que podem ser observadas no processamento da escolha dos livros.

Anteriormente:

- formulários escritos à mão indicando os livros, o que acarretava uma série de erros;
- digitação utilizando 280 digitadores e levando 90 dias.

Atualmente:

- um formulário com etiquetas auto-adesivas que reduzem, em muito, os erros de preenchimento, pois possuem cores que indicam as matérias e já vem com o título e o código de barras dos livros ou coleções;
- leitura automatizada dos formulários;
- reconhecimento óptico dos códigos de barras;
- são empregados 9 técnicos por 21 dias;
- com a escolha pela Internet se elimina a possibilidade de ocorrência de erros e o arquivo é gerado sem a necessidade de alocação de técnicos e de forma imediata.

Adicionalmente, as evoluções implementadas facilitaram a negociação com as editoras, dinamizaram o controle de qualidade e garantiram credibilidade ao processo. O agendamento da produção e distribuição controla a relação entre as editoras e a ECT, possibilitando o estabelecimento e monitoramento do cumprimento de prazos de entregas.

Sistema de Controle de Postagens - Sicop

Cuida do endereçamento, etiquetando encomendas e pallets.

Controla a postagem, gerando arquivos que preparam os pagamentos. O Sistema permite a entrega de livros no final do ano, antes de iniciar o ano letivo.

Sistema de Manutenção de Ensino Fundamental - SME

Controla a arrecadação. As mudanças introduzidas no módulo Arrecadação Direta e uma definição mais precisa das regras melhora o controle da arrecadação. Hoje, as guias permitem uma análise mais precisa dos recolhimentos e maior agilidade no processo de restituição e inspeção.

Inovações do sistema, por módulo:

Restituição - implantado em 2001, para controlar os pedidos de restituições às empresas, impedindo a duplicidade como ocorria no passado.

Apuração e Cobrança de Débito - este módulo era realizado de maneira precária através de planilhas e pequenos sistemas em paralelo e agora está totalmente integrado aos sistemas corporativos do FNDE.

Parcelamento Administrativo/Judicial

- implementação de rotina para acompanhamento do parcelamento na qual efetua-se atualização de valores relativos a parcelamentos, geração de parcelas a vencer, atualização do valor das parcelas vencidas, cobrança da diferença entre valor devido e valor pago(resíduo) , atualização de resíduo de parcelas e geração de parcela única para cobrança de diversos resíduos.

Pagamentos das escolas prestadoras de serviços da Aquisição de Vagas - benefício em fase de extinção, implantou uma série de transações em relação ao Siafi, Siasg, Sicaf feitos em lote para pagamento às escolas prestadoras de serviços à Aquisição de Vagas.

Controle das Deduções/informações de alunos Indenizados módulo de controle/capturações anteriormente processado por meio de disquetes e atualmente disponibilizado na Internet.

Cadastro de Empresas/Escolas Particulares/

Alunos - esse módulo passou por grandes avanços tecnológicos/operacionais, disponibilizando informações na Internet e eliminando a digitação realizada fora das dependências do FNDE. Possibilitou, ainda, controle mais eficiente confrontando outras informações tabeladas nas bases de dados (CEP, CNAE, Cadastro de Municípios, Código do IBGE, entre outras). Além disso, implantou-se o controle de sucessão de empresas e a leitura do seu histórico. Finalmente, agilizou-se o processo de cobrança de empresas inadimplentes.

Sistema de Assistência a Programas e Projetos Educacionais - SAPE

Esse sistema é totalmente parametrizado, o que o torna flexível. Foi construído sobre uma estrutura de PROGRAMA/PROJETO, NÍVEL/MODALIDADE, AÇÃO E ESPECIFICAÇÃO. Baseia em regras de negócio cadastradas previamente no Banco de Dados.

ÁREA-MEIO

Sistema de Controle de Denúncias - Coden

Foi criado para suprir as necessidades da Auditoria dos Programas e o controle das denúncias de irregularidades na execução nos municípios. As estatísticas de providências são obtidas com grande precisão. No gráfico abaixo, pode-se observar como evolui rapidamente o número de denúncias e encaminhamentos, sob controle do FNDE.

Sistema de Controle de Diligências - Codil

Auxilia o controle das Diligências da Auditoria. É capaz de fornecer os mecanismos necessários para o controle destas diligências e dos seus prazos, provendo um acompanhamento e controle de cada diligência.

Sistema de Controle de Processos Jurídicos - SCPJ

Foi implantado em 1998, por solicitação da Procuradoria Geral. Possibilita um controle mais efetivo as ações judiciais, a cargo do FNDE, de diversas empresas que passaram a questionar na Justiça a constitucionalidade da Cobrança do Salário-Educação. Este fato gerou um aumento expressivo de processos.

Sistema de Inscrição na Dívida Ativa - SIDA

Colocado em produção desde de 1999, vem permitindo o monitoramento e a consequente execução judicial das empresas e pessoas físicas em débito com o FNDE. Considerando as inscrições registradas pela Procuradoria desde 1987, em termos comparativos, a proporção das inscrições antes e depois da adoção do sistema é significativamente maior atualmente. Chega-se à razão de mais de 36 inscrições registradas ao mês. Comparando com a média mensal anterior ao Sistema, registravam-se cerca de 5 inscrições ao mês.

É relevante notar que além do crescimento em termos de produção, a Procuradoria buscou através do sistema aumentar também a abrangência dos seus sistemas. Antes havia apenas um tipo de Certidão de Dívida Ativa, que se aplicava exclusivamente à inscrição de débitos tributários. Hoje há por volta de 13 diferentes tipos de inscrições, referentes tanto a débitos tributários e não tributários. O sistema permite a criação automática de documentos Word completos contendo tanto os Termos de Dívida quanto as Certidões de Dívida Ativa, que são necessárias para ajuizamento das ações de execução fiscal.

Para atender às crescentes necessidades da Procuradoria em relação à Dívida Ativa, a área meio desenvolveu também diversos outros aplicativos, que se prestam a dar suporte à atividade diária da Proge/Secaj, entre os quais podemos citar o Contec - Controle de Termos e Contratos, um aplicativo que auxilia na criação e controle de Termos e Contratos de Parcelamento de Dívida. Outro aplicativo criado especialmente para apoiar o acompanhamento da Dívida Ativa é o controle de ARs. da Secaj, que os auxilia no processo de inscrição de devedores no Cadin.

Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Foi dado mais um grande passo, ou seja, criou-se um ambiente gerencial que possibilita um maior conhecimento dos negócios do FNDE. Colocou-se em prática o objetivo maior do Governo na implantação de uma administração pública gerencial transparente.

INTERNET

O FNDE contabilizou um grande avanço na disseminação de informações e de serviços públicos, com a crescente oportunidade de utilização dos mecanismos oriundos da rede pública mundial de computadores - a Internet.

Várias situações comprovam o avanço nesta área. Um deles é o uso da internet para a escolha do livro didático, compreendendo desde a disponibilização das resenhas e formato das opções dos livros até a escolha do material em si. A internet trouxe agilidade, segurança e redução de custos, eliminando gastos com gráfica, postagem e processamento.

O desenvolvimento de processos de Arrecadação teve destaque no segundo semestre de 2001, com a implantação de mecanismos que permitissem formas mais eficientes de interação com todas as empresas do país. A liberação via Internet, do cálculo e emissão de Guias de Arrecadação (até mesmo guias em branco) contribuiu para tornar mais rápida a emissão de boletos bancários sem a necessidade de auxílio direto do FNDE.

Ainda dentro do projeto para apoio à Arrecadação já implantado, pode-se ainda citar os processos automáticos de informação dos Relatórios de Alunos Indenizados, tanto no envio pelas empresas quanto do acesso destas informações constantes nas bases de dados do FNDE.

O acesso às bases do Censo Educacional, por meio do relatório de Perfil dos Municípios é um serviço importante para ser utilizado nos programas, projetos e para consulta direta dos parceiros, economizando-se inúmeras viagens. O acesso aos editais de licitações, às notícias em destaque, às enquetes, permitindo parâmetros de avaliação de atividades e programas, foi um avanço significativo.

O portal do FNDE recebe cerca de sete mil acessos diários, número bastante expressivo, pois no período de dois anos era de apenas trezentos acessos. Chegou-se ao pico de mais de trinta mil acessos diários por ocasião da seleção do livro didático. É um reconhecimento público dos serviços realizados pela Organização. O site desta Autarquia encontra-se entre os dez sites governamentais mais visitados, tornando-se referência nacional.

Os dados apresentados neste relatório procuraram mostrar a evolução ocorrida na área de informática e os reflexos desta nos trabalhos do FNDE. Outros dados importantes:

- 1) - número de usuários ativos no banco de dados saltou de uma média de 128 usuários concorrentes para mais de 500 usuários conectados e submetendo transações ao banco de dados;

- 2) - evolução de uma média de 80 GB de informação no banco de dados para mais de 300 GB;
- 3) - salto de cerca de 220 usuários na rede, para mais de 650;
- 4) - sistema apresenta, hoje, para o usuário, mais de 98% de disponibilidade;
- 5) - nenhum sistema perdeu qualquer informação, por conta de problemas relativos à segurança ou backup;
- 6) - na plataforma antiga, a carga do Censo Educacional demorava algo em torno de 48 h com o sistema dedicado. Agora é feita em cerca de 4 h em horário normal (compartilhado);
- 7) - o backup do banco de dados na plataforma antiga (o banco de dados era três vezes menor) levava cerca de nove horas. Atualmente isso é feito em menos de três horas.

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES FNDE 2001
COORDENAÇÃO GERAL

GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Magda Oliveira de Myron Cardoso- Gerente

Equipe Técnica:

Rômulo Santos de Araújo - Subgerente - SUPLA

Maria Cristina de Souza Leão Attayde

João Antônio Lopes de Oliveira

Maria de Fátima Rodrigues de Oliveira

Francisco Stélio Soares Sales

Teresa Cristina Lustosa Dantas - Subgerente - SUDOR

Ana Lúcia Penteado Cesar

Carlos Augusto Cesar

Izaias Gonçalves de Lima Neto - Diagramação, Capa, Arte Final e Fotografias

Ismênia Timo de Castro - Revisão Ortográfica

Benné Mendonça - Fotografias

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Setor Bancário Sul - Quadra 02 - Bloco F

Edifício Áurea - CEP: 70.070-929 - Brasília - DF

Telefones (61) 212-4800 - 212-4808

www.fnde.gov.br

ESTE DOCUMENTO DEVE SER DEVOLVIDO
NA ÚLTIMA DATA REGISTRADA

Autor

Título

Devolver em	Nome do Leitor

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
BIBLIOTECA PROF^a ECILDA RAMOS DE SOUZA

Fundo Nacional do Desenvolvimento da
Educação (Brasil) (FNDE),
Relatório de Atividades 2001

37.014.543(047) F981r 2001

Tit.: 3438 Cód.: 0007636

A pontualidade na devolução e a perfeita conservação dos livros é um dever do usuário.

FNDE

*Fundo Nacional
de Desenvolvimento
da Educação*

**MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO**



0007636